

*Aprovado por
Unanimidade
Então...
24/04/2026*

[Handwritten signatures and initials]

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2025

DOCUMENTO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS



APROVADO,

Pelo Conselho Intermunicipal em reunião de 08 / 04 / 2026

Pela Assembleia Intermunicipal em reunião de 24 / 04 / 2026



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below.]

ÍNDICE

Introdução	7
1 Atividade Relevantes	9
1.1 Conhecimento, Inovação e Competitividade	12
1.1.1 Investimentos de base territorial (IT).....	12
1.1.2 Ações Coletivas para as Associações de Base Local (IT).....	13
1.1.3 Emprego e Empreendedorismo (IT).....	13
1.1.4 Capacitação de entidades territoriais de suporte à dinamização do emprego e do empreendedorismo (IT).....	14
1.1.5 Serviços e redes de intervenção social e de saúde (IT)	14
1.1.6 Infraestruturas e Equipamentos sociais (IT).....	14
1.1.7 Equipamentos Desportivos (IT).....	15
1.2 Turismo, Cultura e Património	15
1.2.1 Património cultural e natural (IT).....	15
1.2.2 Produtos turísticos sub-regionais e locais (IT)	15
1.2.3 Provere das Terras de Trás-os-Montes	16
1.2.4 Turismo Inteligente nas Terras de Trás-os-Montes	19
1.2.5 Inclusão ativa de grupos vulneráveis (IT).....	19
1.3 Desenvolvimento Rural.....	20
1.4 Ambiente e Ecossistemas.....	21
1.4.1 CUA – Ciclo Urbano da Água em baixa (IT)	21
1.4.2 Gestão de resíduos urbanos: Subinvestimentos em baixa (IT)	22
1.4.3 Proteção civil e gestão integrada de riscos (IT)	22
1.4.4 Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal	24
1.4.5 Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas	25
1.4.6 “ECO-SMART TTM – Ação climática Comum Rumo à Resiliência e Desenvolvimento Sustentável das Terras de Trás-os-Montes”.....	26
1.4.7 RecolhaBio – Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de biorresíduos	27



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

1.4.7.1	RecolhaBio – apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de biorresíduos 2023.....	28
1.4.7.2	RecolhaBio – apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de biorresíduos 2024.....	28
1.4.7.3	RecolhaBio – apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de biorresíduos 2025.....	29
1.4.8	Estação de Medição da Qualidade do Ar (EMQAR).....	29
1.4.9	Pathways2Resilience (P2R).....	30
1.5	Energia.....	32
1.6	Conetividades e Acessibilidades.....	32
1.7	Desenvolvimento Urbano.....	33
1.7.1	Reabilitação e regeneração urbanas (IT).....	33
1.7.2	Refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação de espaços públicos (IT)	33
1.7.3	Transportes.....	34
1.8	Educação e Formação.....	36
1.8.1	Promoção do sucesso educativo (IT).....	36
1.8.2	Ensino Pré-escolar, Básico e Secundário (IT).....	37
1.8.3	Projeto “Turmas de Responsabilidade Partilhada”.....	37
1.8.4	Rede Intermunicipal das Bibliotecas das Terras de Trás-os-Montes (RIBTTM).....	38
1.8.5	Formação para a Modernização e Capacitação da Administração Local das Terras de Trás-os-Montes (IT).....	39
1.9	Capacitação e Modernização da Administração Local e Intermunicipal.....	40
1.9.1	Capacitação Institucional e Modernização Administrativa.....	40
1.9.2	Canal de Denúncias dos Municípios.....	44
1.9.3	Cumprimento do Decreto-Lei n.º 65/2021, de 30 de julho (Cibersegurança).....	44
1.9.4	Diagnóstico das Soluções Tecnológicas com vista à execução do Plano Diretor para a Transição Digital dos Municípios das Terras de Trás-os-Montes.....	45
1.9.5	IDE – Local – Infraestruturas de Dados Espaciais.....	46
1.9.6	Plataforma de Gestão Territorial.....	46



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'ZUP', 'J', 'A', 'L', 'M', 'P', 'R', 'S', 'T', 'U', 'V', 'W', 'X', 'Y', 'Z']

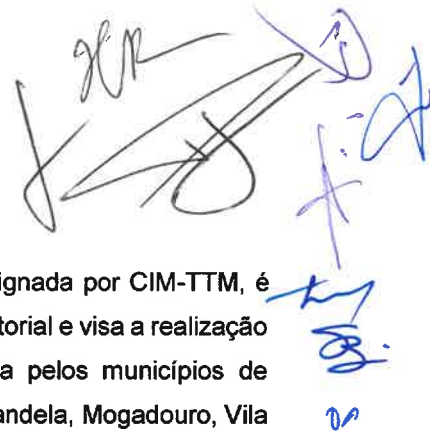
1.9.7	SIG – Intermunicipal	47
1.9.8	Criação de Espaço Cowork dos Municípios de Alfândega da Fé, Mogadouro e Vinhais 48	
1.9.9	Digitalização da Administração Local em Terras de Trás-os-Montes (IT).....	49
1.9.10	Outros projetos	51
1.9.11	Marketing Territorial.....	52
1.10	Cooperação Transfronteiriça.....	53
1.10.1	Projetos em execução.....	53
1.10.1.1	AgroHub.....	53
1.10.1.2	OET_DURIUS	55
1.10.1.3	USE4FOREST.....	56
1.10.1.4	IN GENIOS	57
1.10.1.5	DIH_SE.....	59
1.10.2	Projeto aprovado em 2025	59
1.10.3	Projetos candidatados em 2025.....	60
1.10.3.1	NORCYL_CULTURA.....	60
1.10.3.2	DRIH	61
1.10.3.3	SENSORIALIMENT	62
1.10.3.4	OETERRA	62
1.10.3.5	ESGROWTH	63
1.10.3.6	ZAM TTM.....	63
1.10.3.7	TRANSTOURSOCIAL	64
1.10.3.8	Transnatura	65
1.10.3.9	Activa Rural	65
1.10.3.10	Cilume.....	66
2	Análise da Execução Orçamental	69
3	Análise da Situação Económica e Financeira.....	73
3.1	Demonstração de Resultados	74
3.2	Resultados Operacionais.....	74



3.3	Situação Financeira e Patrimonial	76	
3.3.1	Evolução da Dívida de Terceiros	76	
3.3.2	Evolução da Dívida a Terceiros	76	
3.3.3	Indicadores de Gestão	76	
3.4	Proposta de aplicação de resultados	77	
4	Demonstrações Financeiras	79	
4.1	Balanço	80	
4.2	Demonstração de Resultados por Natureza	81	
4.3	Demonstrações das Alterações no Património Líquido	82	
4.4	Demonstração dos Fluxos de Caixa	84	
	Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais	85	
5	Demonstrações Orçamentais	101	
5.1	Demonstração do Desempenho Orçamental	102	
5.2	Demonstração de Desempenho Orçamental da Receita	104	
5.3	Demonstração de Desempenho Orçamental da Despesa	107	
5.4	Demonstração de execução do Plano Plurianual de Investimentos PPI	111	
5.5	DTAS – Dívidas a Terceiros por Antiguidade de Saldos	112	
	Anexo às Demonstrações Orçamentais	113	

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized signature at the top right and several smaller initials below it.

Introdução



A Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, adiante designada por CIM-TTM, é uma pessoa coletiva de direito público de natureza associativa e âmbito territorial e visa a realização de interesses comuns aos municípios que a integram, sendo composta pelos municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais. A CIM-TTM foi criada em 2013, ao abrigo da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e resultou da cisão da Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes, a qual deu origem à CIM das Terras de Trás-os-Montes e à CIM do Alto Tâmega. pelo que, o ano de 2025 representou o décimo segundo ano completo de atividade.

Com o presente Relatório de Gestão e Contas do ano de 2025, referente ao 12º ano de vida da CIM-TTM, pretende-se efetuar uma exposição das principais atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2025, bem como demonstrar a forma como os recursos disponíveis foram aplicados.

De realçar que neste ano se procedeu ao encerramento financeiro do último Quadro comunitário do período 2014/2021 exigindo um grande envolvimento dos técnicos da CIM.

Ao mesmo tempo com a entrada em funcionamento do atual Quadro Comunitário 2021/2027 e a obrigatoriedade do cumprimento de taxas de execução elevadas (30% a 30 de setembro de 2025) obrigou a CIM a reforçar o quadro de pessoal e a efetuar trabalho extraordinário para dar resposta ao solicitado, no âmbito da contratualização.

Durante o ano de 2025 foi efetuada uma reunião ordinária da Assembleia Intermunicipal, 10 reuniões ordinárias e cinco extraordinárias do Conselho Intermunicipal e 24 reuniões ordinárias e duas extraordinárias do Secretariado Executivo Intermunicipal.

O presente relatório é constituído por cinco capítulos, a saber: "Atividades Relevantes", "Análise da Execução Orçamental", "Análise da Situação Económica e Financeira", "Demonstrações Financeiras" e "Demonstrações Orçamentais".

Handwritten signatures and initials in black and blue ink, including the letters 'AR' and 'A'.

1 Atividade Relevantes



A CIM-TTM enquanto Organismo Intermédio

A principal atividade da CIM está relacionada com a sua missão de captar apoio financeiro para investimentos que promovam o crescimento e desenvolvimento da região das Terras de Trás-os-Montes. Neste sentido, a 24 de abril de 2024 foi celebrado entre a Autoridade de Gestão (AG) do NORTE2030 e a CIM-TTM um Contrato para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (CDCT), onde estão estabelecidas as tarefas e funções de gestão da CIM-TTM (enquanto Organismo Intermédio) e ficou estabelecido o envelope financeiro para o período de 2021 a 2027, no valor de **109 578 690 euros**.

O CDCT inclui os Quadros de Investimento Prioritários (QIP) distribuídos por Objetivo Prioritário (OP), Objetivo Específico (OE) e Tipologias de Intervenção. As verbas estão distribuídas por 4 OP e foram afetadas a cada município conforme o Quadro seguinte:

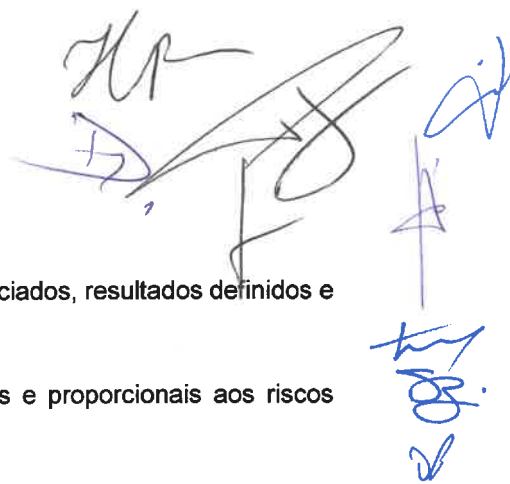
PLANO DE FINANCIAMENTO DO ITI Terras de Trás-os-Montes																	
OP	OE	Eixo	Fundos	Tipologia de intervenção	Dotação CIM-TTM (€)	Complementariedade - CIM + Outros (€)	AFÍNEGOS (€)	Prerrogativas (€)	Mecanismo de Coesão (€)	Momento do Despacho (€)	MUNICÍPIOS					TOTAL	
											Vila Real	Bragança	Mirandela	Vila Franca do Campo	Trás-os-Montes		
					FEF		7,75%	16,50%	22,00%	8,84%	11,85%	11,56%	7,30%	7,94%	11,71%	100,00%	
OP1	RS01.2	1	FEDER	1010 - Digitalização para a eficiência de serviços aos cidadãos e empresas	3 430 982	1 430 982											
	RS01.3	3		1012 - Investimentos de base territorial	8 289 943	8 289 943											
				Viveiros de empresas	206 929												
				Ações coletivas para as associações de base local	521 961	521 961											
OP2	RS02.1	1		1023 - Eficiência energética na AP Regional e Local	6 129 003		444 417	1 134 050	796 275	541 883	848 590	708 616	451 300	486 714	717 810	6 129 003	
	RS02.2	2		1025 - Autoconsumo e Comunidades de Energia Renovável	883 331			360 425	253 077		269 832					883 331	
	RS02.4	1		1028 - Melhores materiais para a proteção civil	9 360 100	9 360 100	497 363	1 269 134	891 138	605 440	950 135	793 037	504 909	544 699	803 317	9 360 100	
	RS02.5			1032 - CLM em banca (sistemas municipais)	11 084 559		800 006	2 041 393	1 433 389	975 455	1 528 286	1 275 595	812 144	876 144	1 292 147	11 084 559	
	RS02.6			1036 - Gestão de resíduos: Subinvestimentos em baixa	2 650 699	2 650 699											
	RS02.8	2		1044 - Outros projetos de mobilidade urbana sustentável	795 380				324 619	227 935		243 026				795 380	
OP4	ES04.1	3	FSE	1095 - Apoio ao empreendedor e ao empreendedorismo	4 130 652	4 130 652											
	ES04.4	1		1099 - Qualificação de serviços territoriais	730 793	730 793											
	ES04.8			1112 - Inclusão ativa de grupos vulneráveis	1 495 398	1 000 000	101 160	368 919	181 100	123 345	193 250	161 298	102 695		163 391	1 395 157	
	ES04.11			1120 - Promoção do sucesso educativo	5 227 918	1 050 000	302 899	772 915	542 712	869 328	578 642	482 967	307 495	331 727	489 114	5 227 918	
				1124 - Serviços e redes de intervenção social e de saúde	741 738		53 775	137 218	96 349	65 568	102 728	144 635	54 300		86 850	741 738	
OP5	RS05.1	1	FEDER	1065 - Ensino Pré-escolar, Básico e Secundário (IT)	55 379 091			4 014 984	10 245 132	7 193 744	4 895 512	7 670 004	6 401 829	4 075 901	4 397 100	6 484 892	55 379 091
				1066 - Infraestruturas e Equipamentos Sociais (IT)	0												
				1067 - Saúde - cuidados saúde primários (IT)	0												
				1068 - Equipamentos Desportivos (IT)	0												
				1069 - Mobilidade a jusante (IT)	0												
				1070 - Habitação Social (IT)	0												
				1071 - Habitação a custos acessíveis (IT)	0												
		2		1074 - Reabilitação e regeneração urbanas (IT)	0												
		3		1076 - Refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação do	0												
				1077 - Património cultural e natural (IT)	0												
				1078 - Produtos turísticos subregionais e locais (IT)	0												
				1079 - Reforço do papel da cultura, incluindo a valorização e conserva	0												
				1080 - Apoio à estruturação de produtos turísticos locais e sustentáveis	0												
				1081 - Apoio à estruturação e requalificação de produtos turísticos e p	0												
				1082 - Infraestruturas rodoviárias (nos termos do Acordo de Parceria)	0												
				1072 - Relações de cooperação transfronteiriça (IT)	0												
TOTAL GERAL					109 578 690		21 584 178	6 257 681	16 663 785	11 662 258	7 630 290	12 457 568	9 967 970	6 352 828	6 863 216	10 107 915	87 994 813

CIM	5 533 526,00 €
Empresas	10 399 993,00 €
Resíduos Nord.	2 650 659,00 €
Municípios	87 994 512,00 €

As tarefas e competências do Organismo Intermédio, conforme especificado na Adenda ao Contrato de 8 de maio de 2024, incluem:

1. Funções de gestão de operações:

- Aplicar metodologia e critérios de seleção de operações aprovados pelo Comité de Acompanhamento do NORTE2030, garantindo transparência, não discriminação, eficiência financeira e alinhamento com os objetivos do programa;
- Avaliar elegibilidade e mérito das candidaturas a financiamento, verificando enquadramento nos objetivos e elegibilidades do programa;
- Verificar capacidade administrativa, financeira e operacional dos beneficiários antes da aprovação das operações;



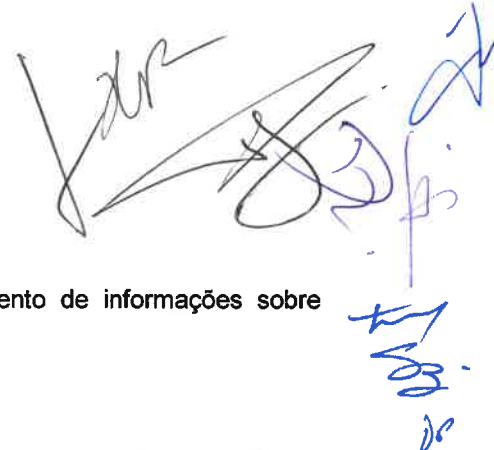
- Monitorar a realização de produtos e serviços cofinanciados, resultados definidos e conformidade com legislação e condições de apoio;
- Realizar verificações de gestão baseadas em riscos e proporcionais aos riscos identificados;
- Assegurar registos eletrônicos dos dados das operações para monitoramento, avaliação, certificação e auditoria;
- Recolher e tratar dados físicos, financeiros e estatísticos para indicadores de acompanhamento e estudos de avaliação;
- Implementar sistemas de gestão e controle interno para prevenir irregularidades e validar despesas;
- Participar na elaboração da descrição do sistema de gestão e controle do programa.

2. Obrigações específicas:

- Cumprir os resultados contratualizados e prazos para análise e decisão das candidaturas;
- Colaborar na avaliação de risco de fraude e implementar medidas antifraude;
- Garantir a conservação de documentos de despesa e auditorias, assegurando uma pista de auditoria adequada;
- Disponibilizar aos beneficiários documentos sobre condições de apoio para cada operação;
- Colaborar na implementação dos planos de comunicação e avaliação do Portugal 2030 e NORTE2030;
- Submeter-se a procedimentos de controle e auditoria;
- Assegurar mecanismos internos de gestão para prevenir e monitorar projetos em situação de incumprimento;
- Reunir regularmente com a AG do NORTE2030 para monitorar a execução do contrato;
- Garantir o cumprimento de objetivos, indicadores de realização e resultado;
- Verificar cumprimento de regras europeias e nacionais, como concorrência, contratação pública, conflito de interesses, ambiente e igualdade de oportunidades.

3. Relatórios e comunicação:

- Elaborar relatórios de execução das tarefas atribuídas, evidenciando o grau de realização das operações;



- Colaborar com a AG do NORTE2030 no fornecimento de informações sobre iniciativas e atividades de comunicação.

4. Gestão de recursos humanos:

- Afetar estrutura de recursos humanos adequada às tarefas e funções de gestão;
- Identificar interlocutor específico para articulação contínua com a AG do NORTE2030.

5. Outras responsabilidades:

- Criar e manter atualizado um registo eletrónico de todos os projetos.
- Propor alterações ao "Manual de Procedimentos" para melhoria de eficiência e eficácia.

Essas tarefas e competências são exercidas em conformidade com os princípios de transparência, segregação de funções e prevenção de conflitos de interesse, conforme estabelecido no contrato e na legislação aplicável.

De seguida será fornecida informação dos diversos projetos/atividades, concretizados no ano de 2025, por área de atuação, alinhados com o Plano de Atividades de modo a facilitar a leitura do documento.

1.1 Conhecimento, Inovação e Competitividade

Com recurso aos Fundos Comunitários previstos no CDCT e em outros Programas do Programa Regional do Norte 2030 foi desenhado um programa de apoio ao empreendedorismo, à semelhança do efetuado no Quadro anterior, bem como mecanismos de apoio ao Sistema de ciência e tecnologia, investigação e desenvolvimento.

1.1.1 Investimentos de base territorial (IT)

Investimentos de base territorial consiste em investimentos de pequena dimensão de micro e pequenas empresas para expansão ou modernização da sua atividade e que contribuam para o emprego e para a modernização e resiliência das economias locais. Esta Tipologia de Intervenção tem uma dotação de 6.289.541,00€, tendo sido lançado o Aviso NORTE2030-2024-54 com uma dotação de 3.773.725,00€, destinado a empresas com mais de um ano de atividade, cuja data de encerramento foi a 31-01-2025. Registaram-se 108 candidaturas de empresas do território que totalizam 21.433.859,88€ de investimento apresentado, superando em 70% a dotação do aviso, constatando-se uma procura elevada. Os resultados preliminares da análise das candidaturas integram 71 candidaturas com mérito igual ou superior a 3 e 37 candidaturas sem condições de admissibilidade e/ou com mérito inferior a 3. Desta análise inicial constata-se que apenas 37 candidaturas com mérito superior a 3.55 é que terão dotação.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the word "ZUP" and various scribbles.

Após terminar todas as contratações do primeiro Aviso, será aberto novo Aviso durante o ano de 2026, com a dotação remanescente e destinado preferencialmente a empresas com menos de um ano de atividade.

1.1.2 Ações Coletivas para as Associações de Base Local (IT)

A CIM-TTM submeteu em 29-09-2025 a candidatura "TMQ- Trás-os-Montes Qualifica: Qualificação para a Competitividade no Turismo, Comércio e Serviços" cujo objetivo passa pela qualificação para a competitividade no Cluster do Turismo de modo a reforçar a competitividade, a diferenciação e a sustentabilidade do turismo regional, posicionando-o como um verdadeiro motor de desenvolvimento económico e social. A candidatura surge num contexto de diagnóstico aprofundado do setor, apoiado em dados da Moody's referentes a 2024, que revelam tanto o potencial como as fragilidades do cluster ATST (Ativos Territoriais e Serviços de Turismo) na região.

A candidatura apresenta um investimento de 613.935,12€ e um fundo comunitário de 521.844,85€, sendo praticamente esgotada a dotação da Tipologia de Intervenção no QIP da OP1.

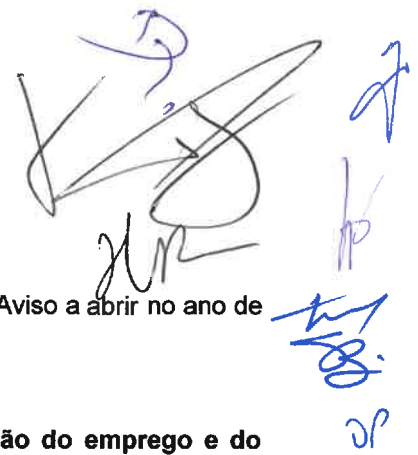
A execução desta operação terá início no ano de 2026.

1.1.3 Emprego e Empreendedorismo (IT)

Na vertente do emprego e do empreendedorismo pretende-se apoiar operações de microempreendedorismo de base local, por via da expansão de micro e pequenas empresas e da criação de emprego em entidades da economia social, envolvendo a criação de postos de trabalho, à luz do previsto na secção I do Capítulo II (Artigos 39.º a 43.º-A) do Regulamento Específico da Área Temática Demografia, Qualificações e Inclusão (REDQI), adotado pela Portaria n.º 325/2023, de 30 de outubro, na redação atual, e em estreita articulação com as Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial estabelecidas para as NUTS III e com os correspondentes planos de ação prosseguidos pelas CIM e pela Área Metropolitana do Porto.

Esta Tipologia de Intervenção tem uma dotação de 3.699.406,80€, tendo sido lançado o aviso NORTE2030-2024-106 com uma dotação de 2.590.000,00€, distribuídos por empresas (1.590.000,00€) e entidades da economia social (1.000.000,00€), cuja data de encerramento foi a 15-04-2025. Registaram-se 63 candidaturas de empresas e entidades da economia social do território que totalizam 9.225.493,99€ de investimento apresentado, superando em 70% a dotação do aviso, constatando-se uma procura elevada.

A análise ficou concluída em 2025, registando-se o indeferimento de 30 candidaturas devido a questões de admissibilidade, falta de mérito e desistidas pelos beneficiários e 33 candidaturas aprovadas que totalizaram o valor de Fundo de 2.948.884,91€, acima da dotação do aviso que houve necessidade de reforçar de forma a poder-se apoiar todas as operações com mérito superior a 3.



O valor remanescente de cerca de 750 000 euros será objeto de um novo Aviso a abrir no ano de 2026 e destinado preferencialmente a entidades da economia social.

1.1.4 Capacitação de entidades territoriais de suporte à dinamização do emprego e do empreendedorismo (IT)

No que diz respeito à capacitação de entidades territoriais de suporte à dinamização do emprego e do empreendedorismo, registaram-se duas candidaturas que integram as Associações de Desenvolvimento Local da região, a saber: Corane, Desteque e Douro Superior. As duas primeiras apresentaram uma candidatura em copromoção e a Douro Superior apresentou uma candidatura individual. As candidaturas foram analisadas e aprovadas, contando com um fundo aprovado de 410.945,47€ para capacitar estas entidades territoriais de forma a dinamizarem e promoverem junto de potenciais interessados os projetos de emprego e de empreendedorismo.

1.1.5 Serviços e redes de intervenção social e de saúde (IT)

No que concerne a serviços e redes de intervenção social e de saúde corresponde a ações de apoio à criação e ao desenvolvimento de balcões de inclusão — unidades móveis, especialmente em territórios de baixa densidade, com vista à promoção do acesso a serviços coletivos de proximidade para pessoas com deficiência e/ou incapacidade, de idosos e respetivos familiares e de pessoas com limitações na utilização de serviços desmaterializados e eletrónicos.

Foram submetidas as oito candidaturas dos municípios previstas no QIP, tendo sido aprovadas sete que se encontram em execução e totalizam um fundo de 726.136,77€.

1.1.6 Infraestruturas e Equipamentos sociais (IT)

No âmbito do Aviso NORTE2030-2024-45 podem ser apresentadas candidaturas que integram intervenções em:

- a. Creches;
- b. Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário;
- c. Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI);
- d. Espaços de acolhimento e/ou alojamento de pessoas em situação de sem-abrigo;
- e. Investimentos em instituições residenciais.

Estão duas candidaturas submetidas, uma aprovada e outra em análise. Do valor inscrito no QIP da OP5 está atribuído o fundo de 933.039,27€.



1.1.7 Equipamentos Desportivos (IT)

O investimento em Equipamentos Desportivos, enquadrados no Plano de Ação do Investimento Territorial Integrado da CIM-TTM, aprovado pela Autoridade de Gestão, prevê o apoio a projetos orientados para pequenas intervenções em equipamentos desportivos.

Os municípios submeteram nove candidaturas, sendo que duas foram desistidas e sete estão contratadas, o que perfaz um valor de fundo de 1.589.524,05€.

1.2 Turismo, Cultura e Património

O Turismo assume-se cada vez mais como um setor determinante para o desenvolvimento do território. A riqueza patrimonial, cultural e gastronómica confere à região fatores de diferenciação que importa promover de forma concertada com os diferentes agentes do território.

Com o objetivo de valorizar os recursos endógenos da região, a estratégia usada teve por base a criação da marca "Terras de Trás-os-Montes" por se entender ser esta uma forma diferenciadora de promover e valorizar não só os produtos como todos os agentes envolvidos no desenvolvimento, crescimento e notoriedade do território.

A Agenda Cultural Intermunicipal, lançada em 2023 e editada trimestralmente, constitui um excelente mecanismo de divulgação dos eventos e espaços culturais, facto que só é possível devido ao envolvimento dos principais agentes turísticos do território, nomeadamente dos técnicos dos municípios.

1.2.1 Património cultural e natural (IT)

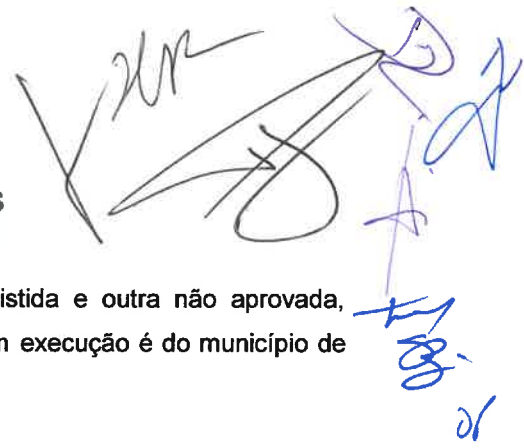
Esta tipologia de intervenção visa projetos que incluam ações orientadas para a:

- a. Valorização do património cultural, incluindo museus, com prioridade para intervenções sobre bens imóveis classificados como de interesse municipal, nos termos do Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de outubro;
- b. Valorização do património natural;
- c. Programação cultural.

Foram submetidas três candidaturas, todas em execução que perfazem um fundo de 2.832.432,69€.

1.2.2 Produtos turísticos sub-regionais e locais (IT)

A vertente de produtos turísticos sub-regionais e locais (IT) compreende ações de estruturação de produtos turísticos sub-regionais e locais enquadradas em Planos de Ação dos Investimentos Territoriais Integrados CIM/AM (ITI CIM/AM), aprovados pela Autoridade de Gestão.



Foram submetidas três candidaturas, tendo uma delas sido desistida e outra não aprovada, passando ambas para outra tipologia. A candidatura aprovada e em execução é do município de Miranda do Douro que conta com um fundo de 271.934,55€.

1.2.3 Provere das Terras de Trás-os-Montes

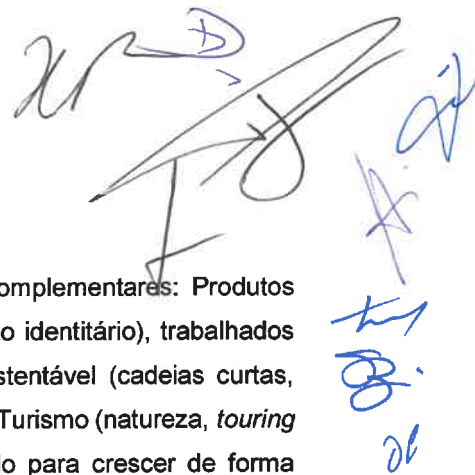
Em 2025 foi elaborada e submetida a nova geração do PROVERE das Terras de Trás-os-Montes que dá continuidade ao Provere promovido pela CIM-TTM no anterior período de programação, dinamizando projetos âncora e complementares que apresentaram resultados positivos na valorização do potencial endógeno, com base nas duas EEC de primeira geração executadas no âmbito do QREN: o Provere INOVARURAL, na Terra Quente Transmontana, e o Provere da Terra Fria Transmontana.

A anterior EEC coincidiu com a afirmação de um novo modelo de organização administrativa, sendo uma oportunidade para reforçar a capacidade das Comunidades Intermunicipais na formulação de políticas e na execução de intervenções coletivas em territórios de baixa densidade. Nas Terras de Trás-os-Montes, turismo e produtos locais foram os eixos de intervenção, refletindo a complementaridade das terras fria e quente transmontanas.

A CIM realizou uma autoavaliação que, embora não tenha atingido o indicador de alavancagem de investimento privado vs. público (2:1), evidenciou um legado relevante que importa reforçar, assumindo maior exigência e compromisso com a governação do Provere. No turismo, os impactos foram significativos e, por isso, este eixo continuará prioritário, evoluindo para o reconhecimento de uma Rota Transmontana, agregadora dos recursos, meios e vontades do território, sem substituir as Rotas da Terra Fria e da Terra Quente, que se manterão como redes de oferta organizadas em torno de produtos locais específicos. Já no eixo dos produtos tradicionais, a avaliação revelou menor desempenho, justificando uma aposta renovada na valorização da alimentação sustentável como veículo de promoção dos principais clusters ligados à terra — olival, vinha, cereais, frutos secos, lacticínios, pecuária — estruturando redes de produtores, reforçando a presença em mercados de valor e sensibilizando a comunidade para a preservação deste património.

Endereçando fragilidades identificadas, esta candidatura propõe-se implementar um modelo de gestão mais eficiente, fortalecendo a cooperação entre copromotores, consortes e agentes locais para superar as dificuldades de desenvolvimento decorrentes da demografia, interioridade e baixa densidade, maximizando ganhos de escala e a atratividade do território. Em conformidade com as orientações e exigências do Aviso de 2025, dará especial atenção à valorização económica sustentável dos recursos endógenos, à transição climática e digital, à inovação e ao reforço da coesão territorial e social, alinhando-se também com a Agenda de Inovação para a Agricultura 2030, o Plano de Ação para a Transição Digital e as metas de neutralidade carbónica.

Em resumo, a EEC PROVERE e programa de ação das TTM submetida, e que será alvo de análise e negociação com a Autoridade de Gestão, integra a seguinte informação:



O foco-temático do PROVERE TTM 2030 finca-se em dois vetores complementares: Produtos Tradicionais (agrícolas, silvícolas, pecuários, agroindustriais e artesanato identitário), trabalhados como fileiras de origem e qualidade e alinhados com alimentação sustentável (cadeias curtas, sazonalidade, redução de desperdício, aumento da perceção de valor), e Turismo (natureza, *touring* cultural/paisagístico, turismo ativo, gastronomia/enoturismo), dinamizado para crescer de forma sustentada, criar valor intrínseco e ancorar a procura dos próprios produtos tradicionais.

Isso justifica-se pelo potencial do recurso endógeno que suporta as duas atividades, pelas complementaridades entre elas e pela sua capacidade de promover a sustentabilidade do território, tirando partido do valor intangível de um conjunto de recursos endógenos que, de outro modo, teriam mais dificuldades de valorização económica. Estão neste caso os recursos endógenos relacionados com a biodiversidade, os recursos naturais, as áreas protegidas, o património genético, os ofícios tradicionais, cultura e a tradição, a singularidade dos lugares e das suas comunidades, todos eles recursos que também se situam dentro do perímetro dos bens públicos.

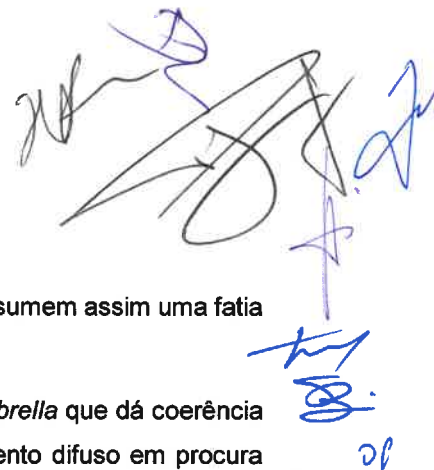
As Terras de Trás-os-Montes assentam numa dualidade territorial fértil — Terra Fria (influência continental) e Terra Quente (influência mediterrânica) — que estrutura recursos, produtos e experiências. Na Terra Quente, a lógica de valorização privilegia santuários e miradouros, dietas e experiências “da terra à mesa” (azeite DOP, vinhos DOC, ovinos DOP), praias fluviais e embarcadouros; na Terra Fria, ganham densidade o turismo ativo e de natureza e as vivências de ruralidade (pecuária, fumeiro, castanha). Esta leitura sustenta um “mix” de propostas diferenciadas, enraizadas nas comunidades e aptas a especializar, de forma complementar, redes e produtos turísticos.

A estratégia organiza-se em quatro eixos/instrumentos: Afirmação da Marca “Terras de Trás-os-Montes”; Promoção da Alimentação Sustentável; Curadoria de Experiências Turísticas; e Gestão do Consórcio com foco na eficácia, incorporando as lições do ciclo anterior e elevando a exigência de governança, monitorização e resultados.

Materializam-na cinco projetos âncora que funcionam como braços operativos e de escala: Marca “Terras de Trás-os-Montes”; Gestão e Dinamização do Consórcio; CIAS – Alimentação Sustentável (promoção/sensibilização); Rota Transmontana (*umbrella* que articula as Rotas da Terra Fria e da Terra Quente); e e-MOB – Ecopistas do Tua e do Sabor. A estratégia assume complementaridade “interior/exterior” (organização da oferta vs. projeção/mercados), para garantir coerência entre identidade, produto, experiência e comunicação.

A autoavaliação reconhece êxitos no turismo (a manter e aprofundar com a Rota Transmontana) e desempenho aquém nos produtos tradicionais (a corrigir através do vetor Alimentação Sustentável, redes de produtores e literacia/mercados de valor). Daqui deriva um reforço da gestão (consórcio mais curto e operativo), com maior disciplina de execução e foco em impacto.

Os 16 projetos âncora transversais e municipais do Provere TTM 2030 representam um investimento total estimado que totaliza **18.450.286,03€**, para um investimento FEDER de **8.816.774,00€**. Desse



investimento âncora, 14.607.493,09€ é promovido pelos municípios, que assumem assim uma fatia muito importante – quase 80% do total.

A Marca “Terras de Trás-os-Montes” (incluindo o esquema do selo) é o *umbrella* que dá coerência e notoriedade, liga produto-território-experiência e transforma reconhecimento difuso em procura efetiva (visitas, reservas, vendas). A Marca Terras de Trás-os-Montes tem como objetivo valorizar e promover os produtos, serviços e recursos endógenos do território. Através de um selo de autenticidade, a marca pretende reforçar a identidade e a qualidade da produção regional, contribuindo para a promoção do território, para o aumento da notoriedade da sua oferta e para o fortalecimento da base económica local.

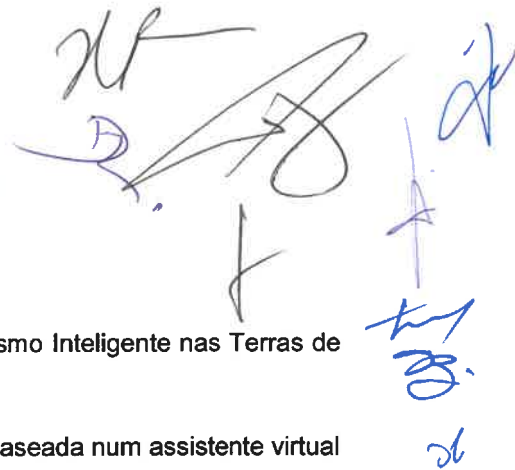
No âmbito da gestão da marca, a CIM-TTM assegura o processo de adesão de produtores, o acompanhamento dos aderentes e o cumprimento do regulamento associado ao uso do selo. Durante o ano de 2025 registou-se a adesão de três novos produtores, correspondendo à integração de nove novos produtos na marca. Desta forma, no final de 2025, a Marca Terras de Trás-os-Montes contabilizava um total de 46 aderentes e 215 produtos certificados com o selo da marca, refletindo a consolidação e crescimento gradual desta iniciativa de valorização do território.

A Rota Transmontana organiza itinerários e curadoria de experiências entre Terra Fria e Terra Quente, integra as Rotas Turísticas já existentes e as suas redes de aderentes, proporciona experiências e cria escala comercial. O e-MOB reforça mobilidade suave nas ecopistas (no Tua e agora também ao Sabor), liga TTM a destinos vizinhos e atrai mercados de turismo ativo. O CIAS – Alimentação Sustentável ativa cadeias curtas, literacia alimentar, inovação culinária e posicionamento “saudável e de baixo impacto” das fileiras. A Gestão do Consórcio profissionaliza governança, monitorização e prestação de contas.

Os projetos complementares (43 operações; investimento estimado de 45,29 M€) funcionam como capilaridade e efeitos de arrastamento — ajustam-se ao mapa de recursos/atores, ampliam oferta e conectam investimento público e privado. A distribuição por concelhos e por foco (Turismo/Produtos Tradicionais) demonstra concentração em Bragança e Miranda do Douro, que juntos superam 70% do investimento privado sinalizado, mas garante presença em toda a NUT III, necessária para redes e fluxos equilibrados.

Considerando o somatório de todas as operações âncora e complementares, o valor do investimento total estimado no Programa de Ação da EEC do Proverer TTM ascende a 63 milhões euros para um total de 78 operações (âncoras e complementares).

No ano de 2025 foram efetuados trabalhos de limpeza e consolidação do canal ferroviário pelos municípios de Mirandela, Macedo de Cavaleiros e Bragança, tendo em vista a operacionalização da Ecopista do Tua.



1.2.4 Turismo Inteligente nas Terras de Trás-os-Montes

Ao abrigo da Linha + Interior Turismo, está aprovado o projeto: Turismo Inteligente nas Terras de Trás-os-Montes.

O projeto consiste no desenvolvimento de uma solução tecnológica baseada num assistente virtual com inteligência artificial (IA), destinado à divulgação e à promoção das Terras de Trás-os-Montes. Trata-se de uma solução inovadora que reforça a promoção turística, social e económica do território, tirando partido de IA generativa associada a um avatar interativo capaz de criar conteúdos a partir de uma base de dados certificada. O assistente irá proporcionar uma experiência de interação simples, agradável e atrativa para qualquer utilizador.

O projeto irá permitir a promoção integrada dos nove municípios da CIM-TTM através de um guia turístico virtual permanentemente disponível. Este guia assume a forma de um avatar capaz de conversar no idioma do próprio turista sobre todos os temas turísticos da região, incentivando a descoberta de todo o território.

O visitante poderá aceder à aplicação através da página de internet das Terras de Trás-os-Montes e a interação com o assistente poderá ocorrer através de conversa por texto ou por voz. Será disponibilizada informação sobre Cultura e Património; Atividades ao ar livre (caminhadas, trilhos, miradouros, natureza, etc.); Gastronomia; Festas e eventos; alojamento e restauração, entre outros, sempre ajustados às preferências do utilizador.

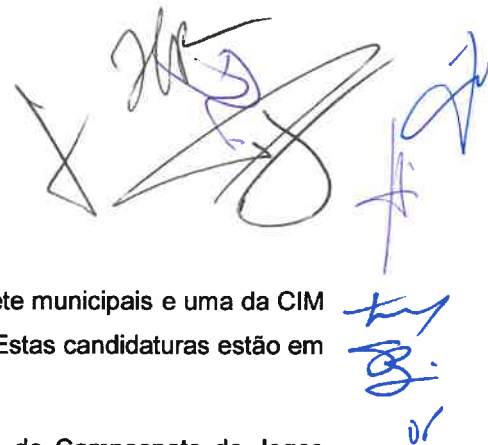
Com este projeto pretende-se reforçar a atratividade turística das Terras de Trás-os-Montes, promover a mobilidade inteligente e sustentável e oferecer ao turista um meio simples, rápido, fiável e cómodo de aceder a informação relevante — disponível 365 dias por ano.

O projeto foi aprovado com o valor de 178.297,21€, financiado a 70%.

Em 2025 foram adquiridos os portáteis e a impressora digitalizadora de suporte à digitalização de informação a incorporar na base de dados que irá alimentar o assistente de I.A. Em 2026 pretende-se contratar a solução tecnológica de ChatGPT usando Inteligência Artificial para interação com o utilizador bem como a aquisição de solução de alojamento/instalação da aplicação.

1.2.5 Inclusão ativa de grupos vulneráveis (IT)

As intervenções a apoiar no âmbito dos Planos de Ação Intermunicipais para a Inclusão Ativa de Grupos Vulneráveis visam contribuir para a inclusão ativa de grupos vulneráveis, em dimensões como a integração de pessoas em situação de sem-abrigo, a inclusão social por via de intervenções em múltiplas áreas da cultura, o envelhecimento ativo das pessoas idosas, o incentivo à atividade física enquanto fator indutor de saúde e de inclusão social ativa, a empregabilidade e a integração no mercado de trabalho, a não institucionalização e a vida autónoma na comunidade de pessoas com deficiência ou incapacidade ou o apoio a mediadores municipais e facilitadores culturais.



Foram submetidas e aprovadas até final de 2025 oito candidaturas, sete municipais e uma da CIM que é relativa aos Jogos Tradicionais nas Terras de Trás-os-Montes. Estas candidaturas estão em execução e têm um fundo aprovado de 1.125.604,97€.

Desde 2022 que a CIM tem vindo a dar continuidade à realização do Campeonato de Jogos Tradicionais nas Terras de Trás-os-Montes. A quarta edição do Campeonato realizou-se a 15 de junho de 2025, em Miranda do Douro, e teve como destinatários jovens em situação escolar, jovens NEET, pessoas em situação de desemprego, população idosa, grupos étnicos, população nacional de países estrangeiros, pessoas com deficiência ou incapacidades, familiares e comunidade em geral. Estiveram envolvidos os nove municípios que integram a CIM-TTM, sete IPSS, as escolas, a comunidade local, entre outros, num total de cerca de 500 participantes. Em 2026 o Campeonato será realizado em Alfândega da Fé no dia 21 de junho.

1.3 Desenvolvimento Rural

A grande maioria das atividades no setor agrário são financiadas através do programa Operacional da Agricultura – PEPAC.

Considerando o setor agropecuário como da maior importância para a sustentabilidade socioeconómica desta região, a CIM contratou a elaboração do Estudo da Valorização do Potencial Hidroagrícola, estudo este considerado fundamental para identificar os investimentos que são necessários na região, dar maior competitividade ao setor da agricultura e para garantir a sustentabilidade do meio rural e evitar o crescente despovoamento que a região regista.

Sendo objetivo da CIM-TTM e Municípios parceiros dar continuidade à operacionalização do BUPi enquanto plataforma única de relacionamento com o cidadão e empresas, bem como destes com a Administração Pública e o sistema de cadastro simplificado, foi apresentada a candidatura ao investimento RE-C08-i02.04 – Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo, nos termos do AAC n.º 01/ C08-i02.04/2023, com o período de execução entre 2023-07-01 e 2026-06-30.

Assim, pretende-se, através da implementação da operação da CIM-TTM e municípios parceiros, designada por “Cadastra & Capacita TTM – Fase II – Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo nas Terras de Trás-os-Montes”, desenvolver uma resposta estrutural na prevenção e combate de incêndios rurais capaz de proteger Portugal de incêndios rurais graves num contexto de alterações climáticas, e com impacto duradouro ao nível da resiliência, sustentabilidade e coesão territorial.

A operação contempla a concretização de duas grandes atividades que definem as linhas orientadoras para as tarefas em desenvolvimento, sendo:

Atividade 1 – “A1 – Aproximar, capacitar e cadastrar no território das Terras de Trás-os-Montes”, que procura enquadrar os principais aspetos-chave da execução da operação, designadamente a

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

aproximação dos serviços da administração pública ao cidadão e a simplificação dos processos, bem como a capacitação dos serviços da administração pública no âmbito da implementação do Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo no território das Terras de Trás-os-Montes;

Atividade 2 – “A2 – Comunicar a operação “Cadastra & Capacita TTM” no território das Terras de Trás-os-Montes” que pretende operacionalizar o plano de comunicação da operação.

Esta operação tem um investimento total de 1.142.844,00€, integrando encargos com pessoal e aquisição de serviços a terceiros, bem como encargos com promoção e divulgação da operação.

A CIM-TTM tem vindo a assumir a coordenação da operação e a estabelecer uma parceria formal com os municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Vila Flor, Vimioso e Vinhais, dando continuidade à representação gráfica georreferenciada do cadastro simplificado, assim como a divulgação e promoção da operação através dos meios de comunicação locais/regionais, permitindo alcançar as metas propostas em cada concelho.

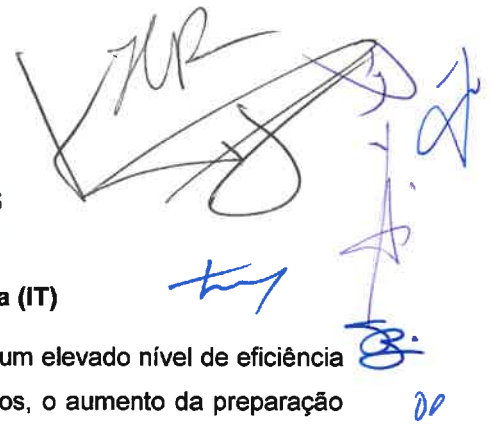
Em relação às ações destinadas aos municípios, foram desenvolvidos os processos de forma a garantir as condições para a execução contínua dos serviços municipais já implementados de representação gráfica georreferenciada “balcão BUPI”, bem como o reforço da equipa técnica habilitada com aquisição de serviços a terceiros e encargos com pessoal interno, de modo a assegurar diariamente o bom desempenho do sistema cadastral simplificado nos municípios parceiros.

1.4 Ambiente e Ecossistemas

1.4.1 CUA – Ciclo Urbano da Água em baixa (IT)

Pretende-se promover investimentos primordialmente inseridos no ciclo urbano da água em baixa (Sistemas de Abastecimento de Água – AA e Saneamento de Águas Residuais – SAR) que contribuam para a implementação do Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030) subordinado aos objetivos estratégicos de eficácia, eficiência, sustentabilidade e valorização económica, ambiental e societal de serviços, de forma a garantir serviços de água de excelência às populações.

Esta Tipologia de Intervenção tem uma dotação de 11.034.559,00€, tendo sido lançado o Aviso NORTE2030-2024-59. Registaram-se 19 candidaturas de municípios do território, todas submetidas em 2025, tendo sido analisadas e aprovadas, totalizando 7.567.903,67€ de Fundo aprovado.



1.4.2 Gestão de resíduos urbanos: Subinvestimentos em baixa (IT)

Pretende-se promover a transição para uma economia circular com um elevado nível de eficiência na utilização de recursos, contribuindo para a prevenção de resíduos, o aumento da preparação para reutilização, reciclagem e outras formas de valorização dos resíduos urbanos, com a consequente redução de consumo de matérias-primas primárias, dando um contributo de relevo para a descarbonização e melhoria do ambiente.

Esta Tipologia de Intervenção tem uma dotação de 2.650.659,00€, tendo sido lançado o Aviso NORTE2030-2024-27. Regista-se uma candidatura da Resíduos do Nordeste, submetida em 2025, tendo sido analisada e aprovada, totalizando 2.569.867,35€ de Fundo aprovado.

Neste setor a estratégia da CIM passou por delegar na empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste a execução desta operação.

1.4.3 Proteção civil e gestão integrada de riscos (IT)

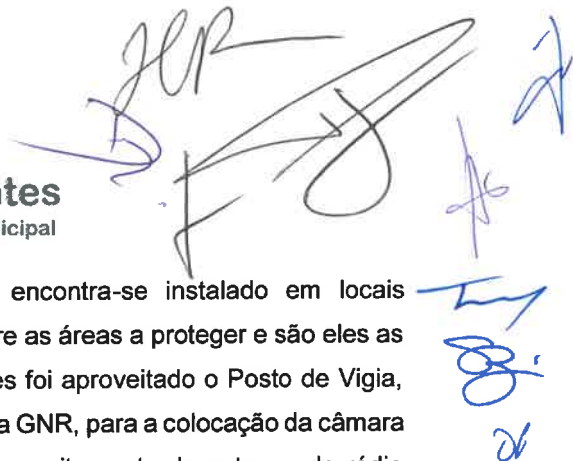
Pretende-se promover os investimentos que contribuam para a mitigação das consequências resultantes das alterações climáticas, aumentando a segurança territorial e o nível de resiliência a eventos extremos de incidência local (fenómenos erosivos, de galgamento e inundação ou de cheias e secas ou de incêndios rurais), prosseguindo o reforço de capacitação das entidades com os meios materiais que permitam uma ação mais eficaz e eficiente na redução de riscos e na proteção de pessoas e bens.

Esta Tipologia de Intervenção tem uma dotação de 9.630.183,00€, tendo sido lançado o Aviso NORTE2030-2024-41.

Registaram-se 20 candidaturas de municípios e associações humanitárias de bombeiros do território, das quais 16 submetidas em 2025 que foram analisadas e aprovadas, totalizando 4.441.520,50€ de Fundo aprovado.

Também a CIM submeteu duas candidaturas: “Módulo Móvel de Vigilância e Deteção Florestal” e “Proteção Civil e gestão integrada de riscos em terras de Trás-os-Montes: ações intermunicipais (videovigilância florestal)” que totalizam um investimento de 2.4 milhões e Fundo de 2.042.907,92€.

Desde 2018 que se encontra em pleno funcionamento o Sistema de Vigilância e Apoio à Decisão Operacional, cujo objetivo principal é a videovigilância florestal. Tendo em conta o risco elevado de incêndio, assim como o histórico de incêndios florestais e área ardida que esta região apresenta, o sistema integrado de vigilância e apoio à decisão operacional reveste-se de relevância estratégica, uma vez que, permite um reforço da gestão no combate aos incêndios florestais, diminuindo as vulnerabilidades do território em causa, aumentando e gerindo as capacidades operacionais, ao permitir uma rápida coordenação e reação dos meios e agentes envolvidos no combate a incêndios florestais, diminuindo os recursos a utilizar.



O Sistema de Vigilância e Apoio à Decisão Operacional encontra-se instalado em locais estratégicos, que possuem uma maior bacia de visibilidade sobre as áreas a proteger e são eles as Serras de Bornes, Nogueira e Castanheira. Na Serra de Bornes foi aproveitado o Posto de Vigia, pertencente à Rede Nacional de Postos de Vigia, sob a alçada da GNR, para a colocação da câmara de vídeo. Nas Serras de Nogueira e Castanheira foi feito o aproveitamento de antenas de rádio existentes, onde foram colocadas as respetivas câmaras.

Tecnicamente o Sistema de Vigilância e Apoio à Decisão Operacional compõe-se essencialmente de estações de dois tipos: as Torres de Vigilância e Aquisição de Dados, instaladas nos locais anteriormente referidos, um Centro de Gestão e Controlo, instalado no Comando Distrital de Operações de Socorro de Bragança e outro instalado no Comando Territorial de Bragança da GNR.

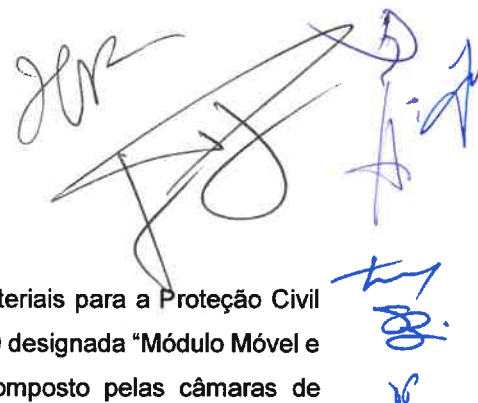
As Torres de Vigilância e Aquisição de Dados servem de suporte às câmaras de vídeo, orientáveis em azimute e elevação, a partir dos Centros de Gestão e Controlo. Os Centros de Gestão e Controlo dispõem de monitores de vídeo onde as imagens das câmaras são apresentadas em simultâneo e em tempo real, com elevada qualidade e taxa de atualização.

O sistema instalado garante uma cobertura de 164.530ha, na área de intervenção da CIM-TTM e zonas limítrofes. A análise de cobertura tem em conta um alcance efetivo máximo das câmaras de 20Km e uma altura da coluna de fumo de 10 metros.

Dada a importância da vigilância e a deteção de incêndios florestais, há a necessidade de dar continuidade à manutenção das torres de videovigilância florestal existentes na CIM-TTM, assim, e através de despacho da Secretaria de Estado da Proteção Civil, foi estabelecido que seria a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) a assegurar a referida manutenção.

Para o efeito, foi estabelecido um Protocolo de Manutenção entre a ANEPC e a CIM-TTM, com o objeto de regular a forma de ressarcimento à CIM-TTM no que respeita aos encargos com os serviços de manutenção das 3 (três) torres do sistema de videovigilância florestal.

No âmbito do aviso-convite NORTE2030-2024-41 – Meios Materiais para a Proteção Civil (IT), foi aprovada a operação NORTE2030-FEDER-02912800 designada “Proteção civil e gestão integrada de riscos em Terras de Trás-os-Montes: Ações Intermunicipais (Videovigilância Florestal), com o objetivo de reforçar o sistema já existente, com a instalação de 16 novas torres de videovigilância, e a adaptação das torres existentes ao exigido no despacho n.º 3070/2018 do Gabinete do Ministro da Administração Interna, assim como a requalificação dos Centros de Gestão e Controlo. A referida operação contempla também a aquisição de uma torre de vigilância móvel, assim como um *drone* como complemento da torre móvel, para colmatar as zonas de orografia mais acidentada e que podem ser utilizados no teatro de operações para ações de vigilância, combate e rescaldo. Está também previsto equipar uma viatura de comando da ANEPC com um computador portátil e um monitor, assim como criar centros de monitorização remota nos nove municípios da CIM-TTM.



Ainda no âmbito do aviso-convite NORTE2030-2024-41 – “Meios Materiais para a Proteção Civil (IT)”, foi também aprovada a operação NORTE2030-FEDER-03348100 designada “Módulo Móvel e Detecção Florestal”, com o objetivo de complementar o sistema composto pelas câmaras de videovigilância já instaladas e a instalar, e assim, conseguir-se uma maior e melhor atuação em caso de incêndio florestal, nomeadamente nas zonas mais críticas, não passíveis da abrangência da videovigilância. Pretende-se com a presente operação a aquisição de Módulo Móvel de Vigilância e Detecção Florestal (MMVDF) para projeção de forças e meios UAV (*drones*) no terreno, dotado de uma forte componente tecnológica, autonomia energética e com uma componente de apoio logístico, que permite manter em funcionamento no exterior os meios humanos e materiais necessários à operação continuada dos UAV por vários dias.

O MMVDF é composto por três módulos, um módulo de *Unmanned Aerial Vehicle* (UAV) de dois tipos: hélice e asa fixa, um módulo central de apoio operacional (viatura) e um módulo de apoio logístico (reboque).

1.4.4 Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal

O Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (GTFI-TTM) foi constituído ao abrigo de uma candidatura ao Fundo Florestal Permanente (FFP). Elenca-se em seguida as principais atividades desenvolvidas no âmbito da concessão de apoios pelo FFP no ano de 2025:

- Realização de reuniões conjuntas com os Gabinetes Técnicos Florestais (GTF) municipais para acompanhamento da implementação das ações estabelecidas nos diversos diplomas legais e planos relativos a políticas florestais e para uma melhor articulação e funcionamento integrado dos GTF's municipais da área de intervenção da CIM-TTM;
- Apoio técnico aos GTF municipais na instrução dos processos de construção fora das áreas edificadas, na elaboração/atualização dos POM 2025 e PMDFCI, em pedidos de esclarecimento sobre as diferentes matérias de DFCI, na elaboração de candidaturas ao Fundo Florestal Permanente e na elaboração de pareceres;
- Reuniões com os GTF Intermunicipais da Região Norte para discussão e articulação dos assuntos definidos na carta de missão dos GTFI;
- Participação nas reuniões das CMGIFR dos Municípios que compõem a CIM-TTM;
- Colaboração na elaboração do Plano Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais do Norte (PRA-Norte), tendo-se participado nas reuniões técnicas da Comissão Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais do Norte;
- Apoio técnico e administrativo à comissão sub-regional, participando-se nas reuniões da comissão sub-regionais de nível deliberativo e de nível técnico, apoiando o desenvolvimento da sua atividade;



- Colaboração na elaboração do Plano Sub-regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais das Terras de Trás-os-Montes (PSA-TTM);
- Difusão de informação de âmbito florestal junto dos GTF municipais;
- Produção e disponibilização de informação agregada de âmbito florestal, nomeadamente cartografia que compõe o PMDFCI e que vai integrar o PSA-TTM;
- Dinamização de grupos de trabalho no âmbito da elaboração do Programa Sub-regional de Ação (PSA) das Terras de Trás-os-Montes, com incidência em matérias como a definição dos elementos do 4, 5 e 6 do artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, definição de usos compatíveis e a adaptação das Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança (APPS) à sub-região;
- Análise de candidaturas do PRN do aviso Meios materiais para a proteção civil.

1.4.5 Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas

As alterações climáticas são uma realidade mundial e a sua extensão e rapidez torna-se cada vez mais evidente. O aumento da frequência e intensidade de eventos climáticos extremos tem causado a perda de vidas e graves consequências na sociedade, na economia e nos ecossistemas.

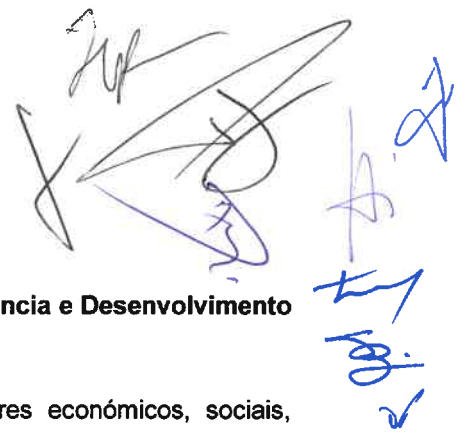
Neste seguimento, conscientes de que as Alterações Climáticas constituem um problema global, as decisões no que respeita quer à mitigação, quer à adaptação, envolvem ações a todos os níveis da tomada de decisão, desde o nível mais local e da comunidade ao nível intermunicipal, tendo a CIM-TTM avançado com a execução dos Planos Municipais de Ação Climática em 2023.

A elaboração dos “Planos Municipais de ação climática dos Municípios das Terras de Trás-os-Montes” – PMAC previu a elaboração de um documento estratégico que analise e avalie o estado atual dos municípios, no que diz respeito às alterações climáticas, bem como propor ações prioritárias para o seu combate, descarbonização da economia e desenvolvimento sustentável de cada um dos municípios, tendo em conta metas e objetivos definidos a nível nacional e europeu.

O PMAC pretende operacionalizar as políticas municipais de adaptação às alterações climáticas criando condições para que, nos diversos domínios das políticas locais, exista um quadro de atuação claro e preciso para a ação climática Municipal. Em 2025 a CIM-TTM acompanhou o desenrolar dos trabalhos de aprovação dos respetivos planos e deu início ao processo de monitorização dos mesmos.

Foi ainda iniciado o serviço de consultoria e, em articulação com os interlocutores de um município piloto, realizaram-se sessões de trabalho com cada uma das divisões. Nessas sessões, foram identificadas as ações em curso e aquelas a desenvolver num futuro próximo.

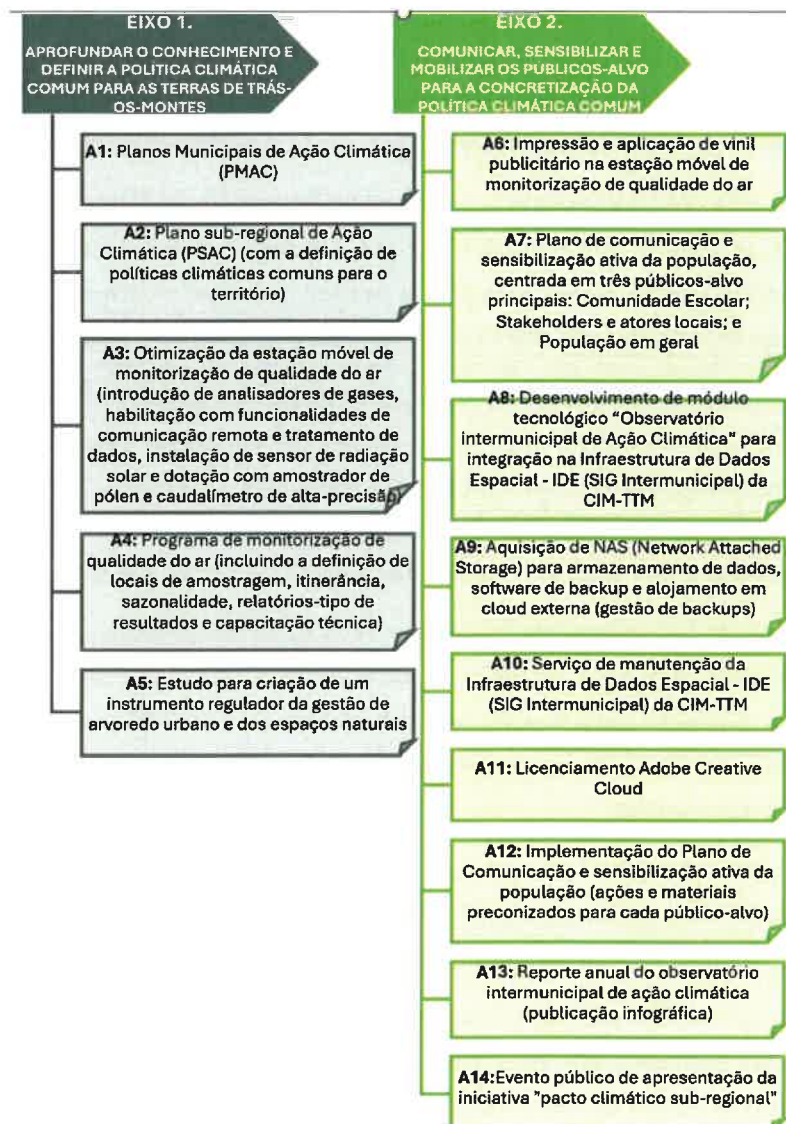
A cada departamento será entregue uma ficha de monitorização das ações que, no final de cada ano, deverá ser submetida aos interlocutores do município, com o objetivo de manter atualizada toda a informação relativa às ações municipais em execução no âmbito das alterações climáticas.

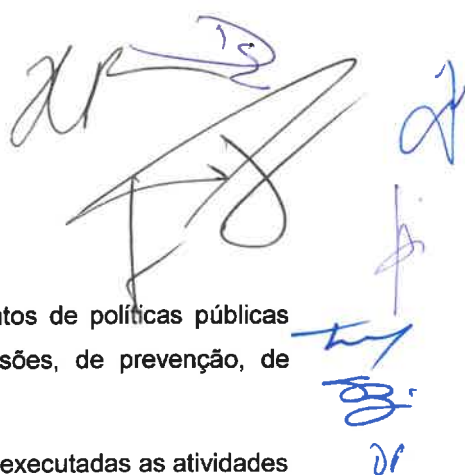


1.4.6 “ECO-SMART TTM – Ação climática Comum Rumo à Resiliência e Desenvolvimento Sustentável das Terras de Trás-os-Montes”

A CIM-TTM tem vindo a trabalhar no sentido de potenciar os valores económicos, sociais, ambientais e culturais da região, de forma a fazer deste território uma **eco região de excelência**, reconhecida nacional e internacionalmente, utilizando os valores naturais e produtos de excelência como principal alavanca.

No âmbito da candidatura ao Aviso NORTE2030-2023-12 "Planos territoriais de adaptação às alterações climáticas (NUTS II, NUTS III e Municípios)", foi aprovada a candidatura com a designação “ECO-SMART TTM Ação Climática Comum Rumo à Resiliência e Desenvolvimento Sustentável das Terras de Trás-os-Montes”. Aprovada em 2024, e com o seu término previsto para 31/08/2026 num valor total de 369.356,11€, estão previstas 14 atividades, organizadas em 2 eixos estratégicos:





O objetivo geral passa por dotar o território sub-regional de instrumentos de políticas públicas adequados para suporte à decisão e resposta em diferentes dimensões, de prevenção, de adaptação e de reação, num contexto de alterações climáticas.

A CIM-TTM gere cada uma das atividades previstas estando atualmente executadas as atividades A1, A4, A6, A9 e A11, em execução em 2025 as atividades A2, A5, A7, A12 e A4 e as restantes previstas para 2026.

Importa salientar que a CIM-TTM é a primeira Comunidade Intermunicipal com a sua estratégia climática definida e alinhada com os Planos Municipais de Ação Climática dos 9 municípios associados.

1.4.7 RecolhaBio – Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de biorresíduos

O Plano Estratégico de Resíduos Urbanos (PERSU 2030), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2023, de 24 de março, pretende garantir e legislar a aplicação da política nacional de gestão de resíduos urbanos, orientando para a implementação de ações que permitam ao país estar alinhado com as políticas e estratégia comunitárias, no sentido da prevenção, reutilização, reciclagem e outras formas de valorizar os resíduos urbanos.

Considerando-se fundamentais as orientações do Plano de Ação para uma Economia Circular (PAEC) de procura de eficiência, cujo objetivo é reduzir a intensidade material e energética do processo produtivo rumo a uma economia circular, orienta-se o projeto proposto no sentido deste objetivo geral. O projeto a implementar nos 9 municípios da CIM-TTM consiste na realização de um serviço de recolha de resíduos verdes produzidos nas sedes de municípios.

O novo regime geral de gestão de resíduos (RGGR), aprovado pelo DL n.º 102-D/2020 de 10 de dezembro, estipula que até 31 de dezembro de 2023, os municípios e os sistemas de gestão de resíduos devem operacionalizar a recolha seletiva de biorresíduos.

Os biorresíduos correspondem a cerca de 40% do total de resíduos produzidos na área de intervenção da Resíduos do Nordeste e são constituídos essencialmente por três tipologias, os resíduos alimentares (28%), os resíduos de jardim (2%) e outros resíduos putrescíveis (10%).

O projeto Recolha de Resíduos Verdes, nos Municípios da CIM-TTM, é para ser implementado em 9 municípios com uma área de 5.543,6 km² e uma população residente de 107.302 habitantes (Censos, 2021). A produção média per capita de resíduos é de 1,15 kg/hab*dia).

Objetivos:

- Implementar uma solução de recolha económica, ambiental e tecnicamente viável de forma a contribuir para o cumprimento das metas que vierem a ser definidas no âmbito do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2030);



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

- Aumento da quantidade e qualidade dos biorresíduos separados na fonte, através do fornecimento de equipamentos e envolvimento eficaz do público-alvo proposto;
- Redução da quantidade de biorresíduos depositados em aterro e contribuir para a otimização dos processos de valorização orgânica e energética da UTMB, ampliando os resultados ambientais e económicos;
- Orientar para a criação uma cultura responsável no âmbito da separação dos biorresíduos e beneficiar a participação ativa do cidadão, como elemento mobilizador na separação eficaz de biorresíduos;
- Implementar ações, orientadas para a prática, com forte adesão à continuidade.

Para operacionalizar a gestão do projeto RECOLHABIO, ao longo dos últimos anos foram celebrados protocolos, visando regular os termos e condições de natureza técnica e financeira da colaboração entre o Fundo Ambiental e a CIM-TTM, no âmbito do Programa RecolhaBio.

Para implementação do projeto foram celebrados protocolos entre a CIM-TTM e a Resíduos do Nordeste no âmbito do "RecolhaBio – Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de biorresíduos".

Infra indicam-se os diferentes protocolos e respetivos montantes envolvidos.

1.4.7.1 RecolhaBio – apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de biorresíduos 2023

Este protocolo de colaboração técnica e financeira visou regular os termos e condições de natureza técnica e financeira da colaboração entre o Fundo Ambiental e a CIM-TTM, no âmbito do Programa RecolhaBio – Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de bioresíduos" de 2023.

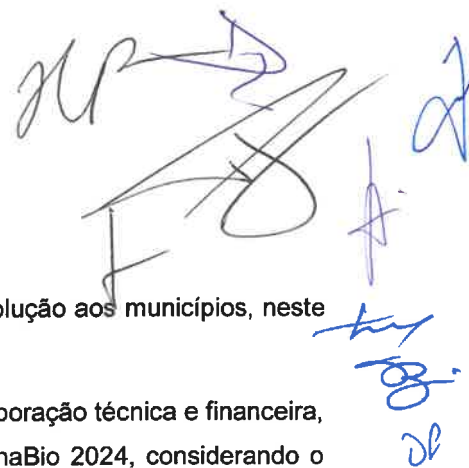
Para efeitos de financiamento do projeto, o Fundo obrigou-se a transferir para a CIM-TTM, o montante de 156.107,00€.

Para assegurar os custos relativos aos recursos humanos e logística associados aos trabalhos inerentes à análise, validação e pagamentos no âmbito do Programa RecolhaBio 2023, à CIM-TTM foram atribuídos 10.000,00€, sendo que ficaram disponíveis para devolução aos municípios (representados pela Resíduos do Nordeste) o montante de 146.107,00€.

1.4.7.2 RecolhaBio – apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de biorresíduos 2024

Este protocolo de colaboração técnica e financeira visou regular os termos e condições de natureza técnica e financeira da colaboração entre o Fundo Ambiental e a CIM-TTM, no âmbito do Programa RecolhaBio – Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de bioresíduos" de 2024.

Para efeitos de financiamento do projeto, o Fundo obrigou-se a transferir para a CIM-TTM, o montante de 322.403,94€, dos quais 10.000,00€ foram destinados à CIM-TTM para assegurar os custos relativos com recursos humanos e logística associada aos trabalhos inerentes à análise,



validação e pagamentos e 312.403,94€ ficaram disponíveis para devolução aos municípios, neste âmbito representados pela Resíduos do Nordeste.

Em dezembro de 2025 foi assinada uma adenda ao protocolo de colaboração técnica e financeira, tendo juntado o Programa RecolhaBio 2023 com o Programa RecolhaBio 2024, considerando o somatório das verbas de 2023 com as que foram atribuídas em 2024. Ora, a dotação financeira máxima afeta ao "RECOLHABIO – Apoio à Implementação de Projetos de Recolha Seletiva de Biorresíduos 2023-24" passou a ser de 458.510,94€, sendo os investimentos financiados a 100%.

1.4.7.3 RecolhaBio – apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de biorresíduos 2025

Este protocolo de colaboração técnica e financeira visou regular os termos e condições de natureza técnica e financeira da colaboração entre o Fundo Ambiental e a CIM-TTM, no âmbito do Programa RecolhaBio – Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de bioresíduos" de 2025.

Para efeitos de financiamento do projeto, o Fundo obriga-se a transferir para a CIM-TTM o montante de 322.403,94€.

Para assegurar os custos relativos aos recursos humanos e logística associados aos trabalhos inerentes à análise, validação e pagamentos no âmbito do Programa RecolhaBio 2025 foi atribuído à CIM-TTM o montante de 10.000,00€, sendo que fica disponível para devolução aos municípios o montante de 312.403,94€.

No âmbito do apoio já disponibilizado neste setor foram já efetuados vários investimentos com relevo, nomeadamente a aquisição de 11 viaturas elétricas de recolha de bioresíduos e compositores.

1.4.8 Estação de Medição da Qualidade do Ar (EMQAR)

Considerando que a sub-região das Terras de Trás-os-Montes detém o maior índice de qualidade ambiental de Portugal, a CIM-TTM tem vindo a potenciar a região com os seus valores económicos, sociais, ambientais e culturais de forma a fazer deste território uma eco região de excelência, reconhecida nacional e internacionalmente, utilizando os valores naturais e produtos de excelência como principal alavanca.

Pelas características do território e ambição estratégica em termos de desenvolvimento territorial, as alterações climáticas e impactes delas decorrentes representam uma preocupação prioritária, quer na perspetiva do desenvolvimento sustentável do território, quer da resiliência da comunidade.

De forma a capacitar o território, em termos tecnológicos e materiais, para a efetiva monitorização das alterações climáticas e impactes associados foi adquirida pela CIM-TTM a Estação de Medição da Qualidade do Ar (EMQAR), permitindo a medição de partículas finas, de gases e de parâmetros meteorológicos. Prevê-se num futuro próximo dotar a EMQAR com novos equipamentos de medição



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'JMR', 'A', 'D', and 'Df']

que permitirão alargar o espectro da medição das variáveis que influenciam a qualidade do ar que respiramos.

Durante o ano de 2025 foram realizadas algumas medições nos concelhos de Miranda do Douro, Mogadouro, Macedo de Cavaleiros e Mirandela. As localizações da EMQAR tiveram em atenção a medição da qualidade do ar em vários cenários de forma a permitir uma análise comparativa dos dados recolhidos. Foram efetuadas medições em zonas históricas, em artérias com tráfego automóvel intenso, em áreas florestais e em aldeias rurais.

Encontra-se a ser elaborado um plano regional da medição da qualidade do ar, conjuntamente com o Instituto Politécnico de Bragança, abrangendo os vários territórios da CIM-TTM. Após o tratamento dos dados recolhidos em campo serão elaborados relatórios que permitirão tomadas de decisão por parte das entidades que gerem o território.

Decorrente desta monitorização, os dados informáticos resultantes destes serão alojados em equipamentos tecnológicos de suporte nos *DataCenters* da CIM-TTM. Contudo, será necessário garantir a sua resiliência e segurança através de software de backup de dados.

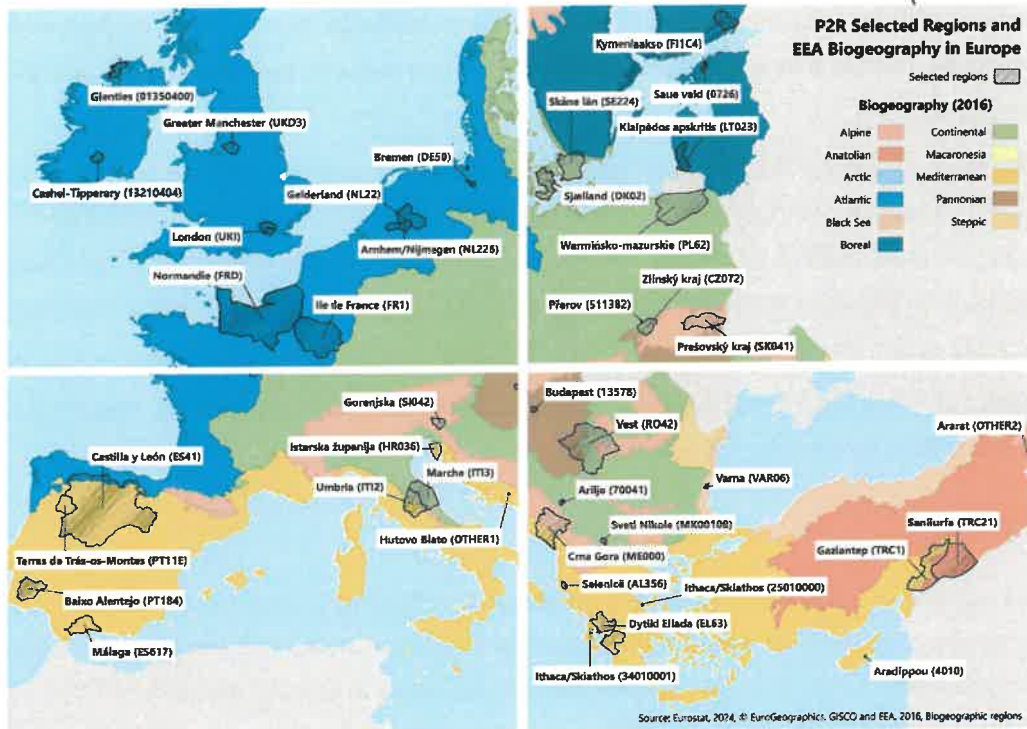
No âmbito de candidatura ao Programa Smart Region Trás-os-Montes, a CIM-TTM propõe-se a monitorizar o nível de poluição atmosférica e em particular a concentração de partículas atmosféricas (PM), a realizar em tempo real, com considerável economia de tempo e dinheiro, de forma móvel, contemplando assim todos os municípios que a integram.

1.4.9 Pathways2Resilience (P2R)

A CIM-TTM integrou recentemente um programa europeu que suporta a missão europeia de adaptação às alterações climáticas e que pretende apoiar os municípios no desenvolvimento de ações preconizadas, ou a preconizar, no Plano Municipal de Ação Climática (PMAC).

O programa designa-se Pathways2Resilience (P2R) e está enquadrado no programa “Horizonte Europa”, sendo coordenado pelo EIT Climate. O P2R visa aumentar a resiliência das regiões europeias e comunidades face às alterações climáticas, através da capacitação das regiões e comunidades para a inovação de sistemas e o reforço de capacidades para a resiliência climática.

Handwritten signature and initials in blue ink.



Handwritten signature and initials in blue ink.

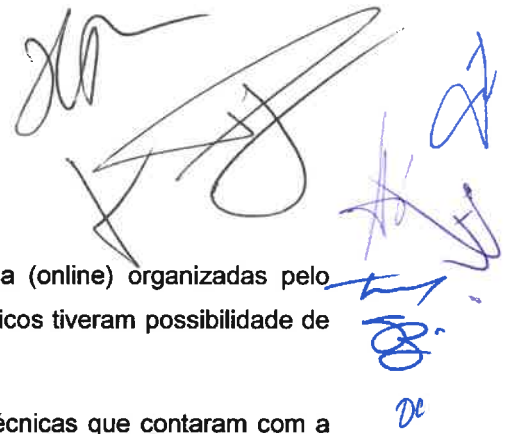
Este programa apoia regiões de diversos países da Europa conforme apresentado no mapa acima. Pretende essencialmente desenvolver soluções transformadoras para promover a sua adaptação climática, contemplando atividades como:

- O reforço das capacidades dos técnicos;
- Campanhas de comunicação e disseminação de informação sobre a temática das alterações climáticas;
- Intercâmbios;
- Envolvimento de *stakeholders*.

Estas atividades são uma mais valia na definição e implementação das ações a executar em cada uma das medidas de mitigação e adaptação definidas nos PMAC.

A CIM-TTM lidera um consórcio que conta com as empresas IPI Consulting Network e a empresa alemã BABLE Smart Cities de forma a produzir os seguintes resultados principais no final do programa:

- Relatório de Situação;
- Estratégia de Resiliência Climática,
- Plano de Ação para a Resiliência Climática;
- Plano de Investimento para a Resiliência Climática.



No final de 2024 foram realizadas sessões de capacitação técnica (online) organizadas pelo programa, com as diferentes regiões da Europa, a que todos os técnicos tiveram possibilidade de participar.

Ao longo do ano de 2025 a CIM-TTM organizou também sessões técnicas que contaram com a presença de técnicos municipais, técnicos da IPI, técnicos da BABLE e técnicos da CIM-TTM, tendo como principal objetivo não só de informar os municípios sobre o desenrolar do programa, como também sensibilizar e apoiar no desenvolvimento de ações existentes e a definir nos municípios.

Foi realizado o primeiro intercâmbio com a região do Alentejo Central, outra região do país a participar nesta ação Europeia, com o objetivo de aumentar a resiliência das regiões europeias e comunidades face às alterações climáticas.

1.5 Energia

Na vertente da energia pretende-se a promoção da eficiência energética e redução das emissões de gases com efeito de estufa na Administração Pública Local e nas Instituições Particulares de Solidariedade Social. Esta Tipologia de Intervenção tem uma dotação de 6.129.893,00€, tendo sido lançado o aviso NORTE2030-2024-14.

Registaram-se nove candidaturas de municípios do território, das quais oito submetidas em 2025 que foram analisadas e aprovadas, totalizando 2.615.467,32€ de Fundo aprovado.

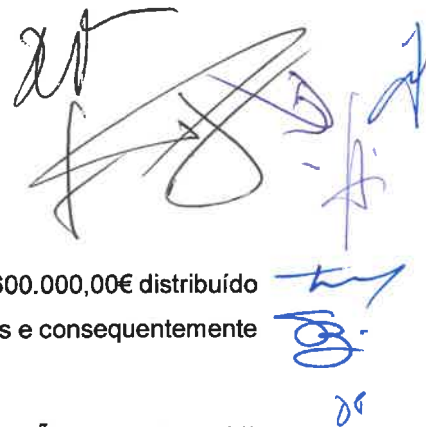
1.6 Conetividades e Acessibilidades

No âmbito do aviso NORTE2030-ITI_R_URB-2023-6, a CIM-TTM preparou e desenvolveu todos os trabalhos tendentes à submissão da candidatura ITI – RU Mobilidade Ferroviária que é liderada pelo município de Bragança, correspondendo à exigência do aviso em que o líder da candidatura tem de ser um Centro Urbano Regional ou Estruturante da Região Norte.

A Rede Urbana Temática “ITI – RU Mobilidade Ferroviária” visa estudar e potenciar o alargamento e a estruturação da rede ferroviária regional e a inserção desta nas redes ibérica e europeia, considerando como nova componente central a Linha de Trás-os-Montes. Pretende-se densificar a rede ferroviária regional e melhorar a mobilidade ferroviária (passageiros e mercadorias), com impactos na competitividade, no ambiente e na coesão territorial.

A candidatura inclui como parceiras todas as outras CIM do Norte e o município de Paredes, sendo a CIM-TTM, por sua vez, também parceira nas ITI Redes Urbanas dos outros territórios.

A candidatura foi submetida ainda em 2024, não se registando ainda grande evolução, contudo verificou-se, sim, desenvolvimentos com o Ministério das Infraestruturas que considerou o projeto importante, tendo sido assinado, em 2025, um protocolo com a CIM e a CCDRN para desenvolvimento dos estudos para o desenvolvimento da Linha de Alta velocidade de Trás-os-Montes.



A candidatura prevê um apoio de 1.360.000,00€ com um investimento de 1.600.000,00€ distribuído pelos vários parceiros, mas onde a CIM-TTM tem os trabalhos mais exigentes e consequentemente mais dispendiosos.

No âmbito da Mobilidade Sustentável pretende-se o investimento em intervenções que promovam a acessibilidade e a mobilidade sustentável com capacidade de reduzir a pegada carbónica dos usos individuais de viaturas, com relevância para a articulação entre os modos suaves, enquadradas em Planos de Ação dos Investimentos Territoriais Integrados CIM/AM (ITI CIM/AM), aprovados pela Autoridade de Gestão. Esta Tipologia de Intervenção tem uma dotação de 795.580,00€, tendo sido lançado o aviso NORTE2030-2024-18. Registaram-se duas candidaturas de municípios do território, ambas submetidas em 2025, tendo sido analisadas e aprovadas, totalizando 305.617,44€ de Fundo aprovado.

No âmbito das acessibilidades a CIM manifestou junto do Ministro das Infraestruturas as principais necessidades de investimento na rodovia.

1.7 Desenvolvimento Urbano

1.7.1 Reabilitação e regeneração urbanas (IT)

Esta tipologia de intervenção visa projetos orientados para a reabilitação e regeneração urbanas, incluindo, designadamente: reabilitação de edifícios; reabilitação de espaço público; criação de novos equipamentos coletivos/espacos de identidade e referência urbana; desenvolvimento de ações com vista à gestão e animação da área urbana, à promoção da atividade económica, à valorização dos espaços urbanos e à mobilização das comunidades locais.

Nesta Tipologia de Intervenção só são elegíveis os municípios de Bragança, Macedo de Cavaleiros e Mirandela. Foram submetidas 14 candidaturas, tendo sido uma desistida e cinco ainda estão em análise, oito estão contratadas e em execução que correspondem a um fundo de 9.231.998,83€.

1.7.2 Refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação de espaços públicos (IT)

Esta tipologia de intervenção visa projetos que incluam ações orientadas para a:

- a. refuncionalização de equipamentos coletivos preexistentes para novos propósitos ou melhoria da sua eficiência e funcionalidade;
- b. qualificação de espaço público visando a sua acessibilidade, segurança e inclusão (social, económica ou ambiental).

Nesta tipologia inclui todos os municípios à exceção dos que constam da regeneração urbana.

Foram submetidas 24 candidaturas, registando-se três desistências e outras três que estão em análise e 18 candidaturas aprovadas que integram um fundo de 10.204.397,50€.



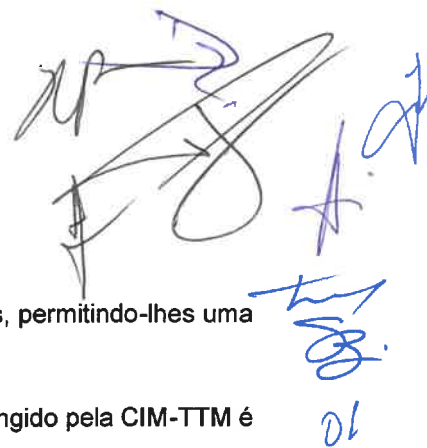
1.7.3 Transportes

O setor dos transportes representa um dos maiores desafios para os serviços da CIM-TTM, dada a sua complexidade e a vasta abrangência que envolve. Este desafio é ainda mais acentuado devido à especificidade do território, caracterizado por uma baixa densidade populacional, o que dificulta a implementação de soluções de transporte eficientes e sustentáveis em toda a região.

A CIM-TTM exerce a função de Autoridade Intermunicipal de Transportes, conforme estabelecido pela Lei n.º 50/2015, de 9 de junho. Além disso, a Comunidade Intermunicipal também assume o papel de Autoridade Municipal por meio de delegação de competências através dos municípios que a compõem, com a exceção do município de Bragança, que detém autonomia neste âmbito. Esta estrutura permite uma gestão mais integrada e coordenada dos serviços de transporte, adaptando-se às necessidades e particularidades de cada território.

Os programas PART e PROTRANSP, que desempenharam um papel fundamental no apoio ao desenvolvimento e à modernização dos sistemas de transportes, assim como no incentivo à utilização de transportes públicos, deram origem ao Programa INCENTIVA + TP, uma nova iniciativa que expande a sua aplicabilidade. O INCENTIVA + TP surge como uma evolução destes programas, mantendo o foco no incentivo à utilização dos transportes públicos, mas com um alcance mais abrangente, adaptando-se às novas realidades e desafios do setor. Com o INCENTIVA + TP, a abrangência de apoio foi alargada a um maior número de intervenções, permitindo soluções inovadoras e mais eficazes no domínio dos transportes. Este programa não só fortalece as bases para um transporte mais eficiente e sustentável, mas também incentiva a adoção de novas tecnologias e modelos de gestão, alinhando-se com as necessidades de uma mobilidade mais inclusiva e integrada, essencial para o desenvolvimento regional e o bem-estar das populações. Ao substituir os programas anteriores, o INCENTIVA + TP representa uma aposta no futuro, proporcionando maior flexibilidade e potencial de impacto, ao mesmo tempo que reforça o compromisso com a melhoria contínua da mobilidade em todo o país.

A Portaria 7-A/2024, de 5 de janeiro, estabelece a implementação de passes gratuitos para jovens, como parte de uma medida destinada a promover a acessibilidade e a mobilidade sustentável, ao mesmo tempo que apoia a inclusão social das camadas mais jovens da população. Este novo regulamento visa garantir que os jovens, com idades até aos 23 anos, possam beneficiar de transportes públicos gratuitos em diversas modalidades, facilitando o acesso a escolas, universidades, locais de trabalho e outros serviços essenciais. A medida reflete uma política pública voltada para o apoio à mobilidade juvenil, promovendo a equidade no acesso ao transporte, bem como a redução das despesas com transportes, uma preocupação crescente no contexto socioeconómico atual. Com a introdução dos passes gratuitos, a Portaria 7-A/2024 também visa incentivar o uso do transporte público, contribuindo para a redução da pegada ecológica e promovendo alternativas mais sustentáveis em comparação ao uso do automóvel particular. Além



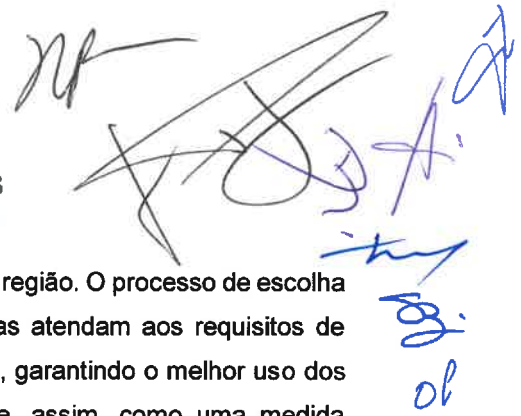
disso, este apoio reforça a mobilidade dos jovens em zonas urbanas e rurais, permitindo-lhes uma maior participação na vida social, cultural e económica do país.

Atualmente, o serviço público de transporte de passageiros no território abrangido pela CIM-TTM é garantido pelos operadores de transporte público, cuja licença de exploração consiste na "autorização para a manutenção do regime de exploração a título provisório" (denominada "autorização provisória"), atribuída por esta Comunidade Intermunicipal, enquanto autoridade competente em matéria de transportes, nos termos do artigo 10.º da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, que estabelece o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros. Essas autorizações foram renovadas em novembro de 2023 em conformidade com a legislação em vigor e com base nas orientações da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT). Simultaneamente, iniciou-se o processo para a celebração de novos acordos de compensação, a fim de substituir os acordos anteriormente vigentes até 3 de dezembro de 2023, entre esta Comunidade Intermunicipal e os operadores titulares das autorizações provisórias. Além disso, foi determinada a implementação imediata de um estudo técnico-financeiro, com o objetivo de analisar e fundamentar os termos e condições necessários, para celebração dos acordos das compensações.

Em plena observância do RJSPTP e do Regulamento (CE) n.º 1370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007, em 20 de janeiro de 2025 foi lançado um novo concurso público, tendente à Aquisição do Serviço Público de Transporte de Passageiros por Modo Rodoviário no território da CIM-TTM, o qual foi objeto de publicitação no Diário da República, n.º 15, série II, de 22 de janeiro de 2025, por anúncio com o n.º 1512/2025 e no Jornal Oficial da União Europeia n.º 70/2025, com o n.º 227756-2025. Esse concurso visa assegurar a continuidade e a melhoria da mobilidade na região, contribuindo para uma rede de transportes públicos eficiente, acessível e sustentável, que atenda às necessidades da população e promova o desenvolvimento regional.

A adjudicação veio a ocorrer em 25 de junho de 2025 e, após cumprimento de todas as formalidades pós-adjudicatórias, o contrato foi outorgado em 29 de julho de 2025. Tendo sido comunicado ao adjudicatário a emissão de visto prévio pelo Tribunal de Contas no mês de novembro de 2025, o Contrato começará a produzir os seus efeitos a partir das 00h00 do dia 01 de dezembro de 2025, iniciando-se, nessa mesma data, um período de transição de 6 meses durante o qual o adjudicatário deve ultimar o desenvolvimento de todas as ações de preparação que se mostrem adequadas ou necessárias para a operação. Neste quadro, espera-se que o período de funcionamento normal do Contrato se inicie a 1 de junho de 2026.

O serviço de transporte rodoviário desempenha um papel crucial na conectividade das localidades, especialmente numa região de baixa densidade populacional como é o caso das Terras de Trás-os-Montes e é fundamental para garantir o acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e emprego. A adjudicação do serviço de transporte de passageiros rodoviário é um passo decisivo



para a promoção de uma mobilidade mais sustentável e integrada na região. O processo de escolha do operador é orientado pela procura de soluções que não apenas atendam aos requisitos de eficiência e qualidade, mas também sejam economicamente viáveis, garantindo o melhor uso dos recursos públicos disponíveis. A realização deste concurso surge, assim, como uma medida estratégica para garantir a continuidade e a evolução dos serviços de transporte rodoviário na região, com vista ao cumprimento das políticas públicas em matéria de mobilidade e acessibilidade.

1.8 Educação e Formação

1.8.1 Promoção do sucesso educativo (IT)

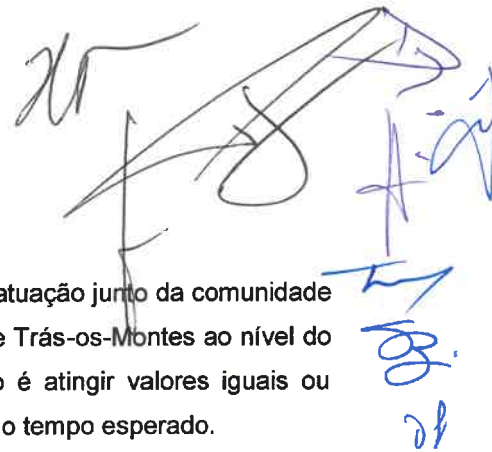
As intervenções a apoiar no âmbito dos programas intermunicipais de promoção do sucesso escolar (PIPSE) visam contribuir para o sucesso escolar, a redução das saídas precoces do sistema educativo, o enriquecimento das aprendizagens escolares, a melhoria das condições pessoais e sociais de frequência escolar de alunos oriundos de meios mais carenciados, o maior envolvimento da comunidade na promoção da educação e o reforço da equidade no acesso à educação pré-escolar e aos ensinos básico e secundário.

Durante 2025 foram submetidas todas as candidaturas municipais e a da CIM, que se encontram aprovadas e em execução. Estamos perante nove projetos municipais e um intermunicipal que juntos totalizam um fundo de 5.185.887,95€. A candidatura da CIM (Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar [PIPSE]) compreende duas ações supramunicipais: “Planeamento, Monitorização e Avaliação” e “Capacitação e Recursos de Apoio”, num investimento total de 1.235.000,00€ em 4 anos e tem como objetivos:

- Apoiar a trajetória de melhoria da retenção e do abandono precoce, reduzindo as assimetrias intrarregionais e reforçando a convergência com a realidade da região do Norte;
- Responder aos desafios da inclusão das crianças e jovens com situações de desfavorecimento mais acentuadas, garantindo a intervenção precoce e multidisciplinar;
- Promover o sucesso educativo como pilar dos resultados escolares e da formação integral das crianças e jovens, atuando na qualidade dos resultados e na equidade do acesso à educação.

Este programa assenta em três pilares: família, escolas/professores e comunidades e vem na continuidade do investimento feito no âmbito do anterior Plano Integrado de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE-TTM).

O PIPSE tem como base o trabalho colaborativo e em rede entre a CIM-TTM, os Municípios, os Agrupamentos Escolares e outros parceiros institucionais. Pretende-se com a implementação do mesmo continuar a reforçar esta rede colaborativa na convicção de que só com a cooperação e o empenho de todos é que o sucesso escolar registará valores positivos impulsionadores do desenvolvimento económico e social da região.



O PIPSE expressa uma vontade estratégica da região em reforçar a atuação junto da comunidade educativa de forma a alterar a realidade que caracteriza as Terras de Trás-os-Montes ao nível do insucesso e do abandono escolar no território. O principal objetivo é atingir valores iguais ou superiores a 85% na taxa de alunos que concluem o ciclo de estudo no tempo esperado.

1.8.2 Ensino Pré-escolar, Básico e Secundário (IT)

No âmbito do Aviso NORTE2030-2024-29 foram submetidos projetos que integram intervenções de:

- i. requalificação profunda de algumas escolas dos ensinos básico e secundário;
- ii. apetrechamento de instalações e equipamentos para diversificar a oferta formativa, designadamente no ensino profissional e para reforçar as dimensões artísticas, experimentais ou desportivas;
- iii. reforço das infraestruturas tecnológicas e equipamentos para resposta aos desafios da digitalização e das alterações climáticas.

Foram submetidas cinco candidaturas, tendo sido aprovadas três, com um valor de fundo associado de 2.407.801,92€, e duas estão em análise.

1.8.3 Projeto “Turmas de Responsabilidade Partilhada”

O projeto “Turmas de Responsabilidade Partilhada” teve início no ano letivo 2021/2022. Desde então que se tem vindo a dar continuidade ao projeto e visto que esta Comunidade Intermunicipal não dispõe de recursos próprios para o efeito foi necessário adquirir serviços de transporte para a deslocação dos alunos que frequentam as turmas de responsabilidade partilhada, dos Agrupamentos Escolares dos municípios que integram a CIM-TTM, no ano letivo 2025/2026, com data de início prevista a 15 de setembro de 2025 e término a 30 de junho de 2026.

Pelo 5º ano consecutivo foi assim implementado o Projeto das Turmas Partilhadas proporcionando a, aproximadamente, 60 jovens a possibilidade de frequentarem o curso profissional de que mais gostam e com maior empregabilidade. Registou-se, em 2025, um crescimento do número de alunos aderentes. Quanto ao número de estabelecimentos de ensino, manteve-se sem alterações significativas.

Este projeto permite que os alunos possam escolher o curso da sua preferência sem abandonar o seio familiar e a sua escola de origem. Nesta modalidade de Curso, os alunos deslocam-se três dias até à escola de destino, onde lhes é ministrada a componente de formação científica e tecnológica, permanecendo os restantes dois dias nas suas escolas de origem onde são asseguradas as componentes sociocultural.

Atendendo às características únicas deste projeto inovador e resultado das diligências da CIM junto das várias instituições envolvidas com o funcionamento e financiamento da formação profissional dos jovens com idade inferior a 18 anos, nomeadamente com o Ministério da Educação, a CCDRN,

a ADC e o Programa Pessoas2030, no sentido de obter financiamento público para o transporte dos alunos envolvidos neste projeto piloto, foi consignada, na 2ª alteração ao Regulamento Específico da Área Temática Demografia, Qualificação e Inclusão (REDQI), na Portaria n.º 268/2025/1 de 15 de julho a elegibilidade das despesas com o encargo dos formandos "Em montante equivalente ao custo das viagens realizadas quando esteja em causa encargos relacionados com o projeto piloto de Partilha de Turmas no âmbito do ensino profissional".



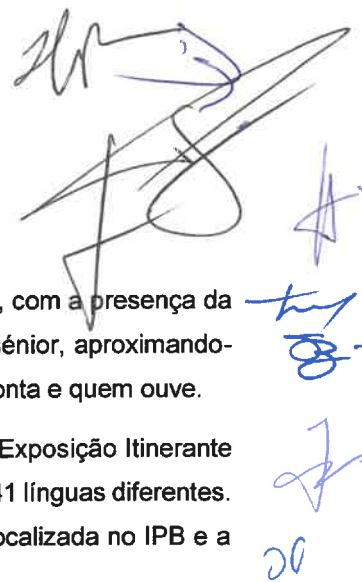
1.8.4 Rede Intermunicipal das Bibliotecas das Terras de Trás-os-Montes (RIBTTM)

Em 2022, o Conselho Intermunicipal aprovou a criação da Rede Intermunicipal das Bibliotecas das Terras de Trás-os-Montes com a assinatura de um Acordo de Cooperação entre a CIM-TTM e a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) e os nove municípios que integram a CIM-TTM. O Acordo fixa as responsabilidades de cada uma das partes, colocando as bibliotecas públicas da região a trabalhar em rede “numa lógica de otimização de recursos, visando a oferta de serviços partilhados para a Comunidade Intermunicipal, contribuindo para a prestação de um serviço de biblioteca pública de qualidade, promotor da identidade regional, com vista a promoção e desenvolvimento das literacias, incluindo a digital, junto da população do seu território”.

A RIBTTM é coordenada pela CIM-TTM através do seu Grupo Técnico (que junta os Técnicos superiores das Bibliotecas Públicas da região, uma Técnica Superior da CIM-TTM e a equipa técnica da DGLAB) e que reúne mensalmente, nos diversos municípios da região, de forma alternada, seguindo a ordem alfabética. O Grupo Técnico desenvolveu já vários documentos técnicos e normativos, produziu documentos de gestão diversificados (Plano Anual de Atividades, Relatórios semestrais relativos ao trabalho desenvolvido pelo Grupo Técnico, Bolsa de Atividades Partilhadas, Plano de Formação), garantiu a sua presença no digital, através de um separador na página web da CIM-TTM, criou uma linha de material de divulgação da Rede e promoveu eventos públicos de forma a divulgar a Rede.

De modo a que as Bibliotecas Públicas da Rede beneficiassem de um apoio financeiro, em 2023, foi celebrado o contrato de financiamento, no âmbito do PRR, entre o Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais e a CIM-TTM, no valor de 185.530,46€, destinado à aquisição de software de gestão, equipamento informático (computadores) e agregador de catálogos. O referido contrato foi alvo de uma adenda com alteração do valor do investimento para 205.530,46€.

Até ao mês de agosto de 2025 ficou concluída a operação com a aquisição dos equipamentos informático para as bibliotecas, instalação dos softwares (ainda que com pequenos pormenores de migração de alguns dados de softwares mais antigos) e instalação do agregador de catálogos em servidor e exposto ao exterior em <https://bibliotecas.cim-ttm.pt/>, ainda que, a interligação aos softwares não se encontre totalmente concluída, apesar da componente aplicacional estar concluída por parte do adjudicatário, devido a questões de conectividade entre os diversos servidores e da necessidade de exposição ao exterior dos links associados aos serviços dos protocolos OAI-PMH.



O Grupo Técnico promoveu, em 2025, 24 sessões de narração oral de contos, com a presença da contadora de histórias Cristina Taquelim, alimentando o imaginário infantil e sénior, aproximando-os em torno da tradição oral portuguesa e criando laços afetivos entre quem conta e quem ouve.

Nos meses de junho e julho de 2025, as bibliotecas da RIBTTM acolheram a Exposição Itinerante Multilingue “O Príncipezinho”, obra de Antoine de Saint-Exupéry, traduzida em 41 línguas diferentes. Este acolhimento resultou de uma parceria entre a Europe Direct Bragança, localizada no IPB e a RIBTTM.

Em setembro de 2025 foi promovido o I Encontro da Rede Intermunicipal das Bibliotecas das Terras de Trás-os-Montes, o primeiro grande evento realizado pela RIBTTM, que teve lugar no Auditório Paulo Quintela, em Bragança, e contou com a participação de aproximadamente 70 pessoas. Sob o tema “Novos desafios do trabalho em rede – contributos das Bibliotecas Públicas”, este encontro reuniu profissionais das áreas das bibliotecas, da gestão cultural e da educação, numa iniciativa que visava a promoção do acesso à informação e da partilha de experiências. Foi ainda implementada pela RIBTTM a BiblioLED, uma biblioteca pública para leitura e empréstimo digital que presta um serviço de empréstimo gratuito de livros digitais e audiolivros.

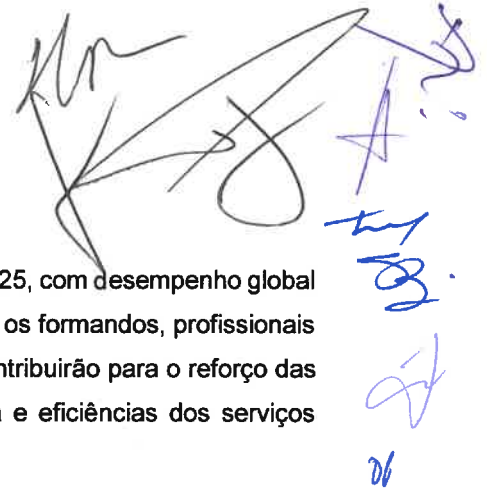
Durante o ano de 2025, a RIBTTM realizou 10 reuniões presenciais mensais para discussão destes temas e preparação do evento I Encontro da RIBTTM.

1.8.5 Formação para a Modernização e Capacitação da Administração Local das Terras de Trás-os-Montes (IT)

Foi submetida pela CIM a candidatura designada “Competências e qualificações na administração local das Terras de Trás-os-Montes” e aprovado o fundo de 730.073,00€ e um prazo de execução de 48 meses para implementação de um projeto formativo que responda de forma estruturada às necessidades identificadas pelos nove municípios da CIM-TTM, com o objetivo de fortalecer as competências dos trabalhadores da administração local. Inserido no contexto da modernização administrativa e das transições digital e climática, este plano formativo visa dotar os participantes de conhecimentos e ferramentas que promovam a eficiência, a inovação e a qualidade na prestação dos serviços públicos.

Em 2025 foram realizados, em conjunto com as várias entidades parceiras, os trabalhos de diagnóstico e elaboração do Plano de Formação Intermunicipal para a qualificação e formação dos colaboradores dos nove municípios integrantes da CIM-TTM, da própria CIM-TTM e das Associações de Municípios respetivas, assegurando um alinhamento rigoroso com as exigências da modernização administrativa e com as competências descentralizadas.

No decurso de 2025, teve início a execução da candidatura, através da realização da ação prevista em sede de candidatura, a Pós-Graduação em Marketing Territorial, ministrada pelo Instituto Politécnico de Bragança, com a duração total de 120 horas, a funcionar em regime laboral, no



período compreendido entre o dia 3 de outubro e 12 de dezembro de 2025, com desempenho global positivo, sendo a taxa de certificação associada de 100%, capacitando os formandos, profissionais dos municípios e da CIM-TTM, de competências fundamentais que contribuirão para o reforço das suas competências profissionais, o que permitirá melhorar a eficácia e eficiências dos serviços prestados por aquelas entidades.

1.9 Capacitação e Modernização da Administração Local e Intermunicipal

No âmbito da Transição Digital prevê-se a elaboração de um plano que torne a região mais capacitada e melhor preparada para a modernização administrativa, para melhor servir os cidadãos e tendo como preocupação garantir a cibersegurança.

1.9.1 Capacitação Institucional e Modernização Administrativa

No decorrer dos últimos anos tem-se intensificado a discussão sobre o papel da administração pública e a sua proximidade ao cidadão. Estamos numa época em que se promove a desburocratização dos serviços prestados pelas administrações à sociedade com a descentralização do atendimento, através de meios informáticos, daí que se tornou comum ouvir falar em "modernização administrativa na administração pública". A expectativa é que a implementação destes mecanismos permitirá melhorar a eficiência das instituições públicas e aproximá-las dos cidadãos e das empresas.

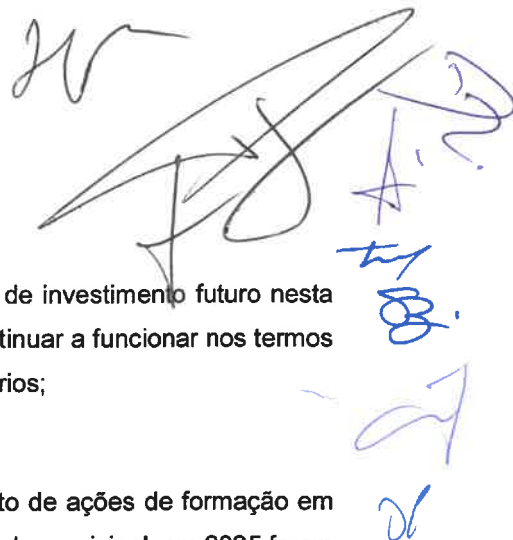
Consciente deste desafio e de forma completamente alinhada com os objetivos dos fundos comunitários para esta temática, a CIM-TTM continua a desenvolver alguns projetos que visam aumentar o acesso aos serviços públicos digitais, promover e melhorar a eficiência interna das administrações/organismos públicos.

Dar nota que quanto aos Balcões Móveis, estes continuam a sua atividade operacional, continuando a CIM-TTM a manter o apoio necessário à sua atividade, nomeadamente nas custas dos meios de comunicação digitais decorrentes do protocolo celebrado entre a AMA (agora designada de ARTE) e a CIM-TTM.

De seguida apresenta-se a descrição detalhada e o ponto de situação da execução ao longo de 2025 de projetos já terminados em termos de execução de candidatura, mas, no entanto, necessitam obrigatoriamente de um acompanhamento, quer em termos de manutenção e/ou apoio aos técnicos dos municípios no trabalho do dia-a-dia, nos seguintes termos:

I. Disponibilização de rede wi-fi nos municípios

PdS: Foi investido parte do valor total da ação para reforço da estrutura base existente no que concerne aos controladores de equipamento ativo e passivo. O restante valor não foi aplicado visto que os municípios aderiram ao programa da Turismo Porto e Norte que previa a aquisição de equipamentos similares, tendo o valor sobranse sido reprogramado. Durante o ano de 2025, o



licenciamento existente foi excedido, pelo que existe a necessidade de investimento futuro nesta matéria, por forma a garantir que a infraestrutura existente possa continuar a funcionar nos termos legais, nomeadamente no que concerne ao registo de utilizadores diários;

II. Implementação do Regulamento (EU) 2016/679

PdS: Foi iniciada em 2018 a sua implementação. Faltam um conjunto de ações de formação em cada município para integrar as necessidades do RGPD com a realidade municipal; em 2025 foram efetuadas várias ações de formações in loco, nos municípios.

III. Faturação Eletrónica

PdS: Já se encontra em pleno funcionamento em todos os Municípios, tendo sido efetuado um update para receção de faturação através de EDI e estando a ser negociada a emissão da faturação por parte dos Municípios; durante o ano de 2025, foram migrados alguns servidores para os servidores da CIM-TTM e garantidos serviços adicionais aos municípios no que concerne à emissão de faturas digitais, bem como o fortalecimento da receção e integração com o ERP Medidata;

IV. Aplicações SIGMA

PdS: Continuaram a ser otimizadas em 2025 as aplicações de PES e SNC; Neste momento existem estudos para upgrade das plataforma ERP associadas à Medidata, fruto da recente fusão no final de 2025 entre entidades privadas, que irão apresentar novas soluções de atendimento ao cidadão e de *workflow* interno para os municípios;

V. Solução VDI para os Municípios

PdS: Foi aberto o procedimento concursal em setembro de 2019 e adjudicado o fornecimento em março de 2020, tendo sido iniciada a configuração de todo o sistema no final de 2020, tendo prosseguido em 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025, onde diversos Municípios já utilizam o serviço de forma diária.

VI. Segurança – Aquisição de Firewall

PdS: Têm sido efetuados updates e upgrades do próprio equipamento físico no ano de 2025 ao abrigo de contrato de manutenção com a empresa a que se adjudicou o serviço;

VII. Implementação de normas do Centro Nacional de Cibersegurança

Prevê-se a aplicação de políticas enquadradas no âmbito do Quadro Nacional de Referência para a Cibersegurança, dotando os Municípios da CIM-TTM dos instrumentos mais essenciais que lhe permitirão fazer face às ameaças e perigos do Mundo Digital e com definição de fases de aplicabilidade de segurança. A intervenção foi colocada a concurso em julho de 2020, tendo sido iniciada a configuração de todo o sistema no final de 2020, continuando em 2021, 2022 e 2023, 2024 e 2025; Neste último ano, tem-se dado o apoio necessário para que as normas sejam já ministradas de forma mais autónoma por parte dos municípios, tendo sempre por base a nova



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones.]

legislação em vigor que irá entrar em produção muito brevemente relacionada com as imposições dos regulamentos NIS2, transpostas para a legislação nacional através do DL 125/2025.

VIII. Modernização no Planeamento e Gestão do Território

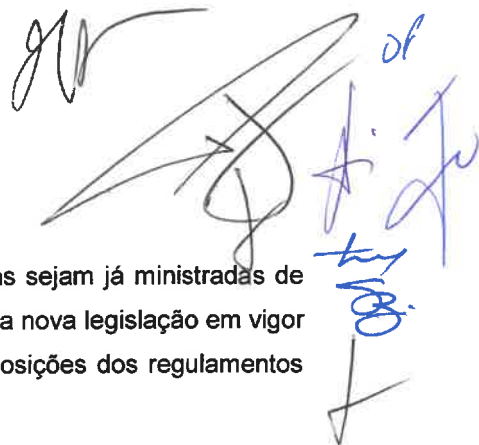
A Plataforma de Gestão e Disponibilização de Informação Geográfica foi desenvolvida, tendo como principal objetivo o acesso, através de aplicações inovadoras, que aliam as potencialidades de um Sistema de Informação Geográfica (SIG), com as permissões de acesso, transferência, visualização e manipulação de informação na Web, a toda a informação geográfica existente, funcionando como um sistema de informação territorial. Por forma a maximizar e rentabilizar a infraestruturas de dados espaciais (IDE) recentemente criada urge a necessidade de migrar todos os serviços baseados na base de dados da referida infraestrutura.

Prosseguindo os objetivos traçados no ano transato, foi possível agregar a infraestrutura em Datacenter da CIM-TTM, centralizando a informação, com respetiva redundância de informação. Esta migração irá ainda permitir integrar o parecer do GTF municipais nos pareceres urbanísticos cumprido assim a recente alteração ao Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho que obriga à emissão de parecer do técnico do responsável do GTF municipal.

IX. Implementação das normas do CNCS

No seguimento das orientações do Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS) que definiu um modelo de capacitação em cibersegurança, visando a melhoria de processos, pessoas e tecnologias nas organizações nacionais, e no caso da infraestrutura da CIM-TTM, a complexidade e o crescimento exponencial relacionado com o número de aplicações existentes, máquinas virtuais, Cloud, terminais e equipamentos de rede ativos e passivos, permite antecipar um aumento da exposição externa de ataques cibernéticos.

Desta forma, e seguindo as orientações do CNCS – através da sua implementação – a segurança que se pretende para os sistemas críticos é essencial e requer-se visibilidade transversal e de contexto sobre os sistemas e sobre todos os dispositivos em tempo real, existindo a necessidade de observar, catalogar e corrigir proactivamente possíveis incidentes de intrusão e/ou de comprometimento de segurança, sejam eles externos ou que tenham origens dentro da rede interna, protegendo os sistemas de ataques direcionados a terminais, servidores ou equipamentos de rede. Neste contexto, surgiu a necessidade de adquirir um “Sistema de Análise de Segurança e Rede” que permita identificar e corrigir comprometimentos de segurança na rede da CIM-TTM, através de correlações cruzadas com bases de dados mundiais especializadas e que utilize sistemas de inteligência artificial a fim de identificar, investigar, priorizar, escalar e sanar possíveis ataques, mesmo antes de ocorrerem. Durante 2025, foi possível agregar mais fontes de dados de segurança e implementar novas políticas de monitorização dos servidores que se encontram em funcionamento.



Neste último ano, tem-se dado o apoio necessário para que as normas sejam já ministradas de forma mais autónoma por parte dos municípios, tendo sempre por base a nova legislação em vigor que irá entrar em produção muito brevemente relacionada com as imposições dos regulamentos NIS2, transpostas para a legislação nacional através do DL 125/2025.

X. Redefinição do propósito da ação e renomeação para “Plataforma Multicanal de Atendimento Municipal”, com a mesma verba e componentes associadas

Esta alteração prende-se pelo facto da necessária adaptação e priorização de investimentos no decorrer da implementação das ações inicialmente previstas e para que fosse possível reforçar os principais objetivos e resultados da operação no que concerne ao aumento de acessos e utilização de serviços públicos digitais.

Desta forma e considerando que a modernização do atendimento municipal é um fator fundamental de sucesso para alcançar uma relação excelente com os municípios é vital dotar os municípios de ferramentas que aumentem a agilidade do atendimento, criando canais inovadores de proximidade e humanização, e simultaneamente garantir total segurança e confiança quer dos cidadãos quer dos funcionários.

Assim foi possível criar uma Plataforma Multicanal de Atendimento Municipal que agregou mecanismos automáticos e/ou manuais de atendimento, tais como:

- Atendimento por chat ou vídeo no site os municípios;
- Receção de formulários submetidos de forma anónima ou autenticada;
- Receção de ocorrências submetidos de forma anónima ou autenticada;
- Disponibilização de agendamento e reagendamento online.

XI. Modernização no Planeamento e Gestão do Território

Adjudicou-se um equipamento orientado à captura de imagens tridimensionais envolventes do território, edifícios e orografia do terreno com mapeamento vetorial por forma a “alimentar” a Plataforma de Gestão e Disponibilização de Informação Geográfica já existente e maximizar e rentabilizar a infraestrutura de dados espaciais (IDE) recentemente criada de modo a gerar dados autónomas e independentes de soluções comerciais.

Foi possível ainda adquirir um equipamento de armazenamento de dados redundante que foi instalado nos *DataCenters* em Mirandela e Bragança com maior capacidade de dados, para alimentar a Infraestrutura de Dados Espaciais e correlacionar dados com o mais recente projeto em execução Bupi – Balcão Único do Prédio.

XII. Solução de Colaboração de Comunicação

A crise pandémica COVID-19, obrigou a uma alteração na forma de comunicar entre cada um dos agentes responsáveis pela gestão municipal. A necessidade de comunicar de forma digital, através



de softwares e plataformas distintas, criou a necessidade de agregar e uniformizar a forma de comunicação entre os diversos municípios, CIM-TTM e municípios.

Assim, adjudicou-se um conjunto de equipamentos que servem os municípios integrantes da CIM-TTM por forma a uniformizar a forma de comunicação entre eles e o exterior, criando salas de comunicação digitais com sistemas de áudio e vídeo individuais para o efeito, mais especificamente o serviço associado à Cisco Webex Platform.

1.9.2 Canal de Denúncias dos Municípios

O enquadramento normativo resultante da aplicação do Decreto-Lei n.º 93/2021, de 9 de novembro obriga a que as entidades públicas tenham em funcionamento uma plataforma informática que permita a submissão anónima de denúncias de qualquer ordem relacionada com a atividade desenvolvida.

Assim, a aplicabilidade legal obriga a que os Municípios, Associações de Municípios, CIM e Juntas de Freguesias detenham canais externos e internos de receção de denúncias da população em geral e de elementos profissionais internos da instituição.

Desta forma permitiu-se efetuar a manutenção das plataformas informáticas que garantam, para as entidades públicas integrantes da CIM-TTM, através de portais web individualizados, uma janela de transparência e isenção que qualquer entidade preconiza na gestão do seu dia-a-dia, em cumprimento com o Decreto-Lei n.º 93/2021, de 9 de novembro.

1.9.3 Cumprimento do Decreto-Lei n.º 65/2021, de 30 de julho (Cibersegurança)

Considerando o Decreto-Lei n.º 65/2021, de 30 de julho, que veio regulamentar a Lei n.º 46/2018, de 13 de agosto – Regime Jurídico da Segurança no Ciberespaço (RJSC) – no sentido de concretizar e implementar medidas com vista a garantir o elevado nível de segurança das redes e da informação que o Regime prescreve e as obrigações e responsabilidades da CIM-TTM, Associações de Municípios da Terra Quente Transmontana (AMTQT) e Terra Fria do Nordeste Transmontano (AMTFNT) e acima de tudo dos municípios integrantes da CIM-TTM nesta matéria, a CIM-TTM adjudicou uma prestação de serviço externo por forma a liderar um processo de implementação de medidas de cumprimento do referido documento legal para todas as entidades envolvidas, através da Implementação do Regime Jurídico da Segurança no Ciberespaço (Decreto-Lei n.º 65/2021, de 30 de julho) nos Municípios da CIM-TTM.

Este processo, em 2023, foi iniciado de forma autónoma por parte das associações e dos municípios, com os conhecimentos adquiridos em anos anteriores, por forma a que os reportes e as comunicações necessárias ao CNCS sejam efetuadas com um grau de autonomia individual, não obstante o apoio necessário por parte da CIM-TTM.



Ainda decorrente deste processo, e com a colaboração da CIM-TTM, o Centro Nacional de Cibersegurança, organizou um evento à escala Nacional, com a participação de todos os Municípios integrantes da CIM-TTM, onde puderam, durante dois dias, testar a sua capacidade de resposta a incidentes informáticos, bem como gerir as suas comunicações a ataques e reportes a entidades oficiais, testando assim a aplicabilidade do Regime Jurídico.

Ainda, decorrente desta aproximação com o CNCS é a promoção de um conjunto de ações de formação específicas na área da Cibersegurança para técnicos municipais que continuaram a decorrer em 2025 com planos propostos pelo próprio CNCS por forma a capacitar os técnicos municipais com conhecimentos tecnológicos adequados ao novo mundo da Cibersegurança.

Neste último ano, tem-se dado o apoio necessário para que as normas sejam já ministradas de forma mais autónoma por parte dos municípios, tendo sempre por base a nova legislação em vigor que irá entrar em produção muito brevemente relacionada com as imposições dos regulamentos NIS2, transpostas para a legislação nacional através do DL 125/2025.

1.9.4 Diagnóstico das Soluções Tecnológicas com vista à execução do Plano Diretor para a Transição Digital dos Municípios das Terras de Trás-os-Montes

Considerando a prossecução dos objetivos traçados na linha Estratégica 2030 da Sub-região Terras de Trás-os-Montes, no âmbito da área da “Digitalização, inovação e qualificações como motores de desenvolvimento” constante da Estratégia de Desenvolvimento do Norte para o Período de Programação 2021-27 das Políticas da União Europeia aprovada pelo Conselho regional em 16 de dezembro de 2020, entendeu-se ser necessário a elaboração de um “Diagnóstico das Soluções Tecnológicas com vista à execução do Plano Diretor para a Transição Digital dos Municípios das Terras de Trás-os-Montes”.

Assim, efetuou-se a elaboração de um documento estratégico que analisou e avaliou o estado atual dos sistemas tecnológicos de informação dos Municípios, Associações de Municípios e da Comunidade Intermunicipal, identificando um conjunto de linhas orientadoras que, além das vulnerabilidades identificadas na área da Cibersegurança, descreveu recomendações para as eventuais atualizações ao hardware ou software presentes, alterações topológicas de rede, redefinição de sistemas de conectividade e respetiva redundância, instalação e configuração de serviços e sistemas de rede, implementação de sistemas de backup e redefinição do conceito CloudTTM atualmente implementado.

Serviu ainda para cumprimento dos objetivos constantes na candidatura submetida ao aviso n.º POAT-77-2022-08 – Planos de ação de base territorial – Investimentos Territoriais Integrados CIM/AM & Investimentos Territoriais Integrados Temáticos ou Funcionais.



Desta forma, surgiu o diagnóstico territorial de âmbito tecnológico com trabalhos de natureza técnica que serviram de base à elaboração dos planos de ação para a contratualização dos ITI previstos no Acordo de Parceria Portugal 2030.

1.9.5 IDE – Local – Infraestruturas de Dados Espaciais

A CIM-TTM deu continuidade ao trabalho desenvolvido inicialmente pela Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana (AMTQT) no que respeita aos Sistemas de Informação Geográfica (SIG), desenvolvendo uma Infraestrutura de Dados Espaciais – IDE para todos os seus Municípios.

A IDE consiste num conjunto de tecnologias, políticas, padrões e recursos humanos e tecnológicos necessários para adquirir, processar, armazenar, distribuir e aumentar a utilização de dados espaciais. Esta infraestrutura é transversal aos municípios associados, tendo em conta as diversas realidades locais, reproduzindo uma imagem atualizada e pormenorizada do território, por forma a facilitar a sua gestão.

Com a criação da referida infraestrutura de SIG a CIM-TTM possibilitou:

- A criação de um repositório central de SIG de acesso a todos os técnicos, baseado em tecnologia *Open Source*;
- A racionalização do parque informático de apoio aos SIG (servidores);
- O abandono de software proprietários de elevado valor de licenciamento, contribuindo assim para a contenção de custos dos municípios, da AMTQT e CIM-TTM;
- A definição de um modelo de dados SIG;
- A criação de visualizadores de informação SIG, transversais a toda a autarquia;
- A criação e consolidação de uma equipa de trabalho intermunicipal.

Ao longo de 2025 foram efetuadas atualizações na referida plataforma e organização das Bases de dados que suportam os dados existentes de forma a manter a plataforma atualizada e passível de utilização.

1.9.6 Plataforma de Gestão Territorial

A Plataforma de Gestão Territorial, inicialmente desenvolvida para a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana (AMTQT) e municípios integrantes, com a designação de Geoportal da Terra Quente, foi replicada recentemente para os Municípios Integrantes da CIM-TTM à exceção dos Municípios de Bragança e Macedo de Cavaleiros por já possuírem outras plataformas de disponibilização de informação geográfica.

A Plataforma de Gestão Territorial foi desenvolvida tendo como principal objetivo, o acesso, através de aplicações inovadoras, que aliam as potencialidades de um Sistema de Informação Geográfica

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones.

(SIG), com as permissões de acesso, transferência, visualização e manipulação de informação na Web, a toda a informação geográfica existente, funcionando como um sistema de informação territorial.

Com a plataforma de gestão e disponibilização de informação geográfica pretende-se:

- O Cumprimento das especificações da Lei n.º56/2007, de 31 de agosto;
- Permitir a Emissão de Plantas de Localização via web;
- Aumentar a produtividade e eficiência dos serviços prestados pelos Municípios;
- Proporcionar e garantir uma cidadania ativa nos Municípios integrantes da AMTQT e CIM-TTM;
- Concentrar, distribuir e partilhar informação geográfica por diferentes módulos destinados a diferentes grupos de utilizadores constituindo uma plataforma colaborativa.

Além da disponibilização do PDM online e georreferenciado, conforme obrigatoriedade legal imposta pela Lei n.º56/2007, de 31 de agosto, a Plataforma de Gestão Territorial possibilita a emissão de plantas de localização a emitir pelos departamentos de urbanismo, bem como apoia os técnicos dos Gabinetes florestais na emissão de pareceres quando solicitados.

A Plataforma possibilita ainda a disponibilização informação georreferenciada de diversas temáticas, em ambiente web, nomeadamente cartografia, temáticas do PDM, Planos de Defesa da Floresta, infraestruturas viárias, entre outros.

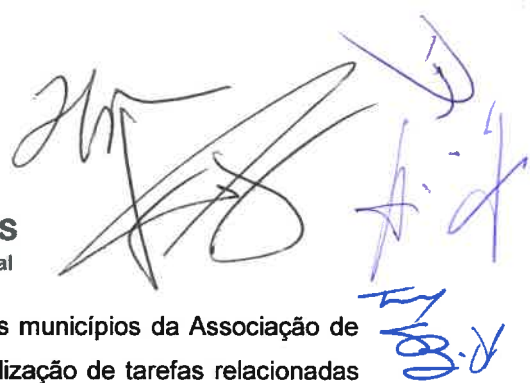
A CIM-TTM e AMTQT enquanto administradores da plataforma, deslocam-se a todos os Municípios para formar os trabalhadores dos Gabinetes de Atendimento, e GTF's no sentido serem emitidas plantas de localização a partir da Plataforma.

Atualmente e de forma a facilitar a emissão técnica de pareceres urbanísticos aos técnicos municipais, a CIM-TTM apoia a introdução na plataforma da informação relativa aos PDM por forma a sustentar o parecer técnico emitido pelo município.

1.9.7 SIG – Intermunicipal

Consciente da importância dos Sistemas de Informação Geográfica – SIG, como um poderoso instrumento de análise e de gestão de informação capazes de assegurar a eficácia dos modelos organizacionais que estão subjacentes a cada município, a AMTQT iniciou um método de trabalho, mantido pela CIM-TTM, no sentido de estabelecer e desenvolver práticas de criação e utilização dos SIG nos municípios.

Assim sendo, a IDE transversal aos municípios associados, e tendo em conta as diversas realidades locais, foi constituída uma equipa de trabalho intermunicipal com os técnicos dos municípios e CIM-TTM, por forma a uniformizar informação produzida e facilitar a gestão de informação existente.



A equipa de SIG da CIM-TTM, inicialmente criada apenas com os municípios da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, apoia e orienta a realização de tarefas relacionadas com os Sistemas de informação geográfica municipais quer através da solução colaborativa de comunicação, como também através de sessões de trabalho presenciais sempre que os técnicos municipais solicitam.

Ainda no âmbito desta assessoria e dinâmica intermunicipal têm sido criados manuais e normas para apoio e uniformização do trabalho de equipa intermunicipal, tendo em conta o desenvolvimento de metodologias comuns. Esta dinâmica possibilita a troca de conhecimentos, a normalização da informação existente, facilita a atualização da informação geográfica existente na IDE permitindo assim uma região mais coesa no que respeita ao Planeamento e Ordenamento do Território.

A equipa de SIG Intermunicipal, ao longo de 2025, ministrou formação em Qgis Inicial, e presta serviços de formação no posto de trabalho, de forma a capacitar técnicos municipais, em Sistemas de Informação geográfica, essencialmente da área de engenharia civil e arquitetura, imprescindível em planeamento e ordenamento do território.

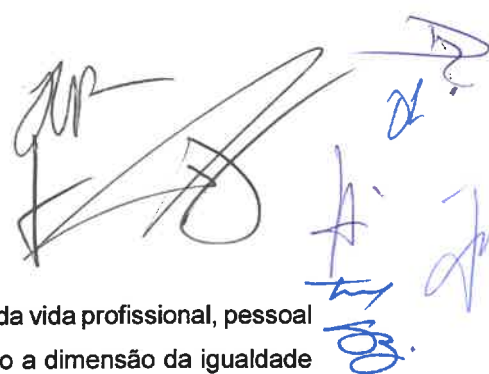
1.9.8 Criação de Espaço Cowork dos Municípios de Alfândega da Fé, Mogadouro e Vinhais

Os programas afetos à Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, DGAEP, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, que se integram na dimensão Transição Digital acentuam a importância do investimento nas pessoas e na capacitação como motores para o desenvolvimento de uma economia cada vez mais assente no digital, contribuindo assim para o aumento da competitividade e para a redução dos custos de contexto.

Dos programas existentes relacionados com a promoção do teletrabalho, visam promover modos mais ágeis e flexíveis de desempenho do trabalho em funções públicas, designadamente através do teletrabalho, como potenciador da melhoria da conciliação da vida pessoal e profissional e reforço da atratividade do trabalho em funções públicas.

Por seu turno, e quanto aos modelos de trabalho, seguindo o princípio de que o teletrabalho é uma modalidade de prestação que deve sempre representar uma opção do(a) trabalhador(a), esta é encarada como uma oportunidade de promover a descentralização e desconcentração gradual da Administração Pública, modificando o paradigma de prestação de trabalho a partir de um único local. A utilização das tecnologias de informação e comunicação contribui decisivamente para a facilitação do trabalho à distância.

O teletrabalho pode constituir um mecanismo de fixação de postos de trabalho em regiões menos populosas, bem como potenciar a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar e prevenir o absentismo, promovendo condições que não agudizem as assimetrias sociais de género preexistentes. Este objetivo será prosseguido através da promoção de espaços de Cowork descentralizados e distribuídos pelo território, contribuindo igualmente para a coesão territorial. Tal



permitirá utilizar o potencial do teletrabalho para promover a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar, no respeito pela segurança e saúde no trabalho, acautelando a dimensão da igualdade de género e potenciando a fixação de postos de trabalho em regiões de menor densidade populacional. Esta opção pelo teletrabalho contribui também para a diminuição da pegada de carbono, ao reduzir tendencialmente a frequência de deslocações.

Inseridos em edifícios a serem reabilitados e requalificados, situados numa zona histórica e urbana das cidades, estes novos espaços são compostos por salas com postos de trabalho partilhados, acompanhadas de serviços de apoio logístico e administrativo básicos, tais como, receção, impressora, copa, salas de reuniões e sala polivalente para os mais diversos eventos e com as devidas adaptações para acessos a pessoas com mobilidade reduzida.

Assim, considerou-se de importante relevância a abertura de espaço de trabalho partilhados, situados em locais com outras valências culturais e de inovação, facilitando o acesso a melhores condições de trabalho, a serviços de apoio gerais e de aceleração de negócios.

Apresentou-se uma candidatura ao aviso aberto associado ao PRR, tendo sido aprovada, e considerado investimento total até junho de 2023 nos locais definidos, num montante de 127.000,00€ acrescido de IVA.

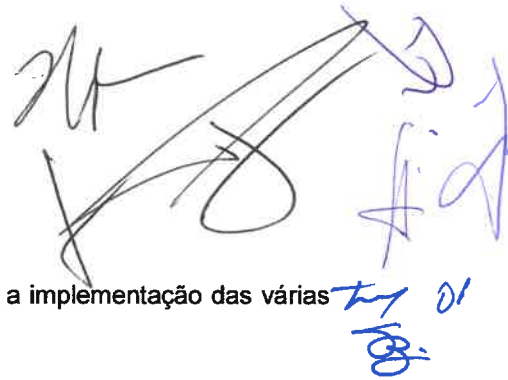
Decorrente desta candidatura, do esforço efetuado e dos procedimentos concluídos, foi possível instalar 3 espaços Cowork nos Municípios de Alfândega da Fé, Mogadouro e Vinhais em pleno funcionamento, em locais de destaque nos centros das localidades. Prevê-se em tempo útil que seja possível a expansão dos referidos espaços para alocar ainda mais serviços numa redefinição e reforço de verba no próximo ano.

Durante o ano de 2024 foi possível aumentar a dotação disponível para estes locais, no valor de 177.000,00€, permitindo o reforço de equipamento em Vinhais e Mogadouro, bem como a reabilitação do espaço físico que recebe o Espaço Cowork de Alfândega da Fé.

Em 2025, tem-se mantido o apoio técnico necessário à operacionalização e melhoramento de ações individuais em articulação com cada um dos 3 municípios no sentido de dinamizar a utilização dos espaços em si.

1.9.9 Digitalização da Administração Local em Terras de Trás-os-Montes (IT)

A candidatura "Digitalização da Administração Local em Terras de Trás-os-Montes" visa modernizar e otimizar os serviços públicos digitais na região, promovendo a eficiência e a acessibilidade para cidadãos e empresas. O projeto, promovido pela CIM-TTM, inclui a reorganização da infraestrutura de comunicações eletrónicas, a implementação de soluções de cibersegurança e o desenvolvimento de novos serviços digitais inteligentes nos Municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais.



A candidatura foi aprovada no final de 2025 e o valor de fundo para a implementação das várias atividades é de 3.630.882,00€.

Estas intervenções contêm mudanças de paradigma profundas em termos de metodologias de comunicação para com os Municípios, bem como o sustentado aumento da resiliência e segurança de dados e serão novamente utilizados os centro de Dados da CIM-TTM e do IPB.

Organizar-se-ão em 3 grandes vetores de atuação, nomeadamente:

- Reorganização da infraestrutura de comunicações eletrónicas dos municípios e dos sistemas dos centros de dados da CIM-TTM

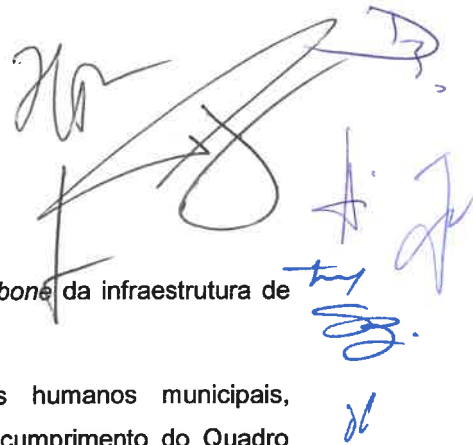
Podemos considerar como garante da universalidade de acesso à internet, a necessidade de existirem infraestruturas capazes que permitam o acesso ao ciberespaço de forma segura e permanente. Assim, pretende-se implementar um conjunto de soluções que garantam a redundância na ligação à internet em todos os municípios integrantes da CIM-TTM com recurso a soluções tecnológicas baseadas em tecnologia SDWan com recurso a conectividades de nova geração redundantes, nomeadamente através de ligações 5G, suprimindo uma necessidade efetiva de conexões físicas próprias mais dispendiosas e tecnicamente mais difíceis de implementar. Importa salientar a necessidade de remodelação dos ativos de rede existentes nos principais *cores* dos Municípios, por forma a adaptar as funcionalidades à nova realidade de rede, conseguindo uma visibilidade técnica uniforme em toda a rede da CIM-TTM.

Ainda referir que com o necessário aumento da carga de processamento e de infraestrutura de rede presente no principal DataCenter da CIM-TTM, localizado em Mirandela, existirá a necessidade da sua adequação de funcionamento com a implementação de novos sistemas de climatização, mais seguros e ecologicamente mais eficientes, bem como o reforço das unidades de redundância de energia, sejam elas ativas ou passivas.

- Medidas na área da Cibersegurança física, digital e de capacitação nos Municípios da CIM-TTM

Dada a necessidade de disponibilidade integral no que concerne à conectividade às redes locais e à internet, bem como na necessidade de transformar a infraestrutura de rede tolerante a falhas, torna-se necessário adequar as atuais infraestruturas municipais e de centro de dados da CIMTTM por forma a garantir a cibersegurança necessária com novas soluções de segurança perimétrica de dados, sistemas de gestão de ativos atualizados, bem como garantir a redundância de dados com sistemas de backups integrais e redundantes dos dados de todos os municípios. Assim, conseguirão os municípios da CIM-TTM atingir um grau de maturidade na área da cibersegurança com estratégias de mitigação de riscos, promovendo políticas públicas para a segurança da informação, defesa e resiliência no ciberespaço.

Por forma analisar e gerir a infraestrutura de rede supramunicipal, importa ainda implementar sistemas de gestão e controlo do ciclo de vida das redes com e sem fios, garantindo uma operação



análise de tráfego de rede e de controlo integral sobre a rede de *backbone* da infraestrutura de comunicações.

Importa ainda adaptar os conhecimentos técnicos dos recursos humanos municipais, desenvolvendo ações relacionadas com a capacitação associada ao cumprimento do Quadro Nacional de Referência para a Cibersegurança (QNRCS), o qual permitirá às instituições reduzir o risco associado às ciberameaças e reforçar a ciber-resiliência para que qualquer entidade possa cumprir os requisitos mínimos de segurança das redes e sistemas de informação e respondendo à necessidade de implementar medidas de Identificação, Proteção, Detecção, Resposta e Recuperação contra ameaças que colocam em causa a segurança do ciberespaço.

- Implementação de novos serviços digitais inteligentes ao cidadão

No que concerne aos sistemas aplicativos municipais e com as recentes alterações legislativas relacionadas com as delegações de competências municipais, importa assegurar um conjunto de novos serviços digitais que permitam assegurar a gestão das competências assimiladas pelos municípios, permitindo a utilização desses serviços por forma a facilitar e otimizar as operações quotidianas das organizações, nomeadamente na área social, educacional e na gestão urbanística do território e dos sistemas de informação geográfica, bem como implementar metodologias e sistemas adaptados à modelagem Building Information Modeling – BIM. Estas implementações requerem a adaptação dos sistemas internos dos municípios para que se possam publicar externamente e interagir diretamente com o cidadão.

Importa ainda implementar um conjunto de soluções relacionadas com o direto contacto e apoio ao cidadão municipal. Tendo em conta que os WebSites municipais são o principal veículo de transmissão de informação, considera-se de extrema importância aplicar os novos conceitos de *machine learning* e inteligência artificial para que o munícipe possa interagir com os temas municipais que melhor se adaptam a cada uma das suas necessidades em todas as vertentes que o município tem com o cidadão.

A CIM-TTM garantirá ainda a integração com estes sistemas transversais a informação resultante dos indicadores de gestão associados a plataformas Smart, melhorando a compreensão dos munícipes através de conteúdos multimédia e apresentação de dados interativos e permanentemente atualizados e relacionados com o território.

1.9.10 Outros projetos

Com base na execução dos planos de ação para a contratualização dos ITI previstos no Acordo de Parceria Portugal 2030, bem como de diversos investimentos candidatados pela CIM-TTM ao Plano de Recuperação e Resiliência, considera-se que os ativos da CIM-TTM são essenciais, pela sua capacidade de resposta e apoio técnico a estes projetos. Assim, encontram-se em curso alguns projetos em parceria com as equipas técnicas da AMTQT e CIM-TTM:

- Implementação das Plataformas de Gestão Urbana e verticais no âmbito da Execução da Estratégia Nacional dos Territórios Inteligentes promovidos pela Agência da Modernização Administrativa; ainda se contempla a formação/ação da execução dos Planos de Ação Regional e Local no âmbito da ENTI; Iniciaram-se em 2025 os procedimentos de contratação pública associados aos investimentos preconizados na candidatura, que resultaram no lançamento de dois concursos públicos internacionais para aquisição de uma Plataforma de Gestão Urbana e Verticais não sensorizados, e outros associado à Rede de comunicações em LoRa Wan e infraestrutura IOT.
- Consolidação de percursos de formação C-Academy promovidos pela CIM-TTM em colaboração com o Centro nacional de Cibersegurança, por forma a aumentar a capacidade de capacitação dos recursos humanos de ambas as entidades; em 2024 foram promovidos cinco cursos de formação em articulação com o IPB e em 2025 foram promovidos dois cursos;
- Participação ativa no Consórcio de IES e CIM's da Zona Norte de Portugal, associado ao centro CCC-Norte, por forma a aumentar a capacidade de resiliência e capacitação das instituições em matérias de cibersegurança, com a devida coordenação do Centro Nacional de Cibersegurança.

1.9.11 Marketing Territorial

No âmbito do Marketing Territorial a CIM desenvolveu diversas atividades de promoção e valorização dos recursos do território assente na estratégia da Marca TTM.

Esteve presente em diversas feiras e certames no país e no estrangeiro, nomeadamente a FITUR, em Madrid, na BTL, em Lisboa, na Ecocultura, em Zamora e na INTUR, em Valhadolid.

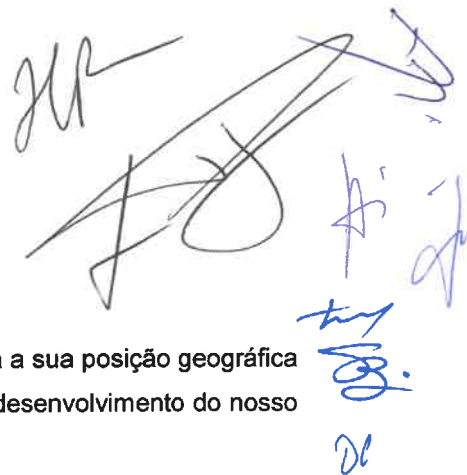
No âmbito da valorização dos produtos com a marca TTM foram realizadas várias ações designadas de "D'Gustar as Terras de Trás-os-Montes" nas principais feiras concelhias.

No ano de 2025 foi publicado um Guia turístico e reeditado o mapa da região.

Foi publicada uma edição bilingue dedicada às Terras de Trás-os-Montes da Revista Time Out, apresentada na FITUR.

Deu-se continuidade à elaboração da Agenda Cultural Intermunicipal "Aqui há Coisa" que é um excelente meio de promoção das atividades da região.

Pretende-se ao longo deste novo quadro comunitário dar continuidade e reforçar as ações de marketing territorial das TTM, continuando a apostar no aumento da notoriedade do território, através da valorização dos produtos endógenos diferenciadores da Marca "Terras de Trás-os-Montes.



1.10 Cooperação Transfronteiriça

No âmbito da Cooperação fronteiriça e transnacional a CIM não descarta a sua posição geográfica e procura desenvolver projetos e estabelecer parcerias que ajudem ao desenvolvimento do nosso território.

No âmbito do Quadro Comunitário 2021-2027, ao abrigo do Programa de Cooperação Interreg VI-A (POCTEP e SUDOE) apresentam-se de seguida os projetos em execução, os aprovados e os candidatados.

1.10.1 Projetos em execução

1.10.1.1 AgroHub

O projeto 0117_Agro_Hub 2_E Comunidade Agro_Hub pretende desenvolver um programa de ações para impulsionar o ecossistema empresarial ligado à produção agrícola local e aprofundar a ótima utilização dos recursos endógenos do território transfronteiriço.

Centra-se na criação da "comunidade AgroHUB", um ambiente de colaboração aberto à participação de todos os intervenientes na extensa cadeia de valor da produção agrícola local: produtores, empresas de transformação, marcas de garantia agrícola, cooperativas, comunidades locais, administrações públicas, etc.

Com a missão de aproveitar ao máximo os recursos endógenos do território, este projeto promete ser um catalisador para a inovação e o progresso sustentável nos territórios abrangidos, num ambiente colaborativo aberto à participação de todos os intervenientes na cadeia de valor da produção agrícola.

O Projeto Agro_HUB é mais do que uma iniciativa, é um compromisso com o futuro e compreende uma série de ações com os seguintes objetivos:

- Identificar e caracterizar os sistemas agrícolas tradicionais com o objetivo de descobrir os seus desafios, problemas e necessidades;
- Reforçar o ecossistema empresarial através da formação do empresário e de todos os agentes envolvidos no processo empresarial;
- Reforçar as relações entre os agentes e atores que desenvolvem a sua atividade no sector primário através do desenvolvimento de uma estratégia de ação de inovação social aberta;
- Assegurar que esta estratégia tem resultados positivos e liga o maior número possível de atores e agentes do sector;
- Promover e partilhar os resultados do projeto, tanto a nível interno como externo.



**Terras de
Trás-os-Montes**
Comunidade Intermunicipal

O beneficiário principal é a Associação Ibérica de Municípios do Rio Duero (AIMRD) e integram ainda a parceria a Junta de Castilla y León, Universidade de Valladolid, Câmara oficial de Comércio Industria Y Servicios de Zamora, Instituto Politécnico de Viseu, a CIM Douro e a CIM-TTM.

O valor total do projeto é de 1.104.643,90€, estando atribuído à CIM-TTM o valor de 45.823,05€ de custo total elegível sendo o valor FEDER aprovado de 34.367,29€. A taxa de financiamento é de 75%.

No ano de 2025 a CIM-TTM efetuou o acompanhamento físico e financeiro da operação, organizou a viagem de intercâmbio denominada Agrotrip que reuniu produtores agrícolas portugueses e espanhóis. Durante esta iniciativa, os participantes tiveram a oportunidade de visitar diversas explorações agrícolas, conhecer os testemunhos dos seus responsáveis sobre a evolução da atividade, compreender a organização dos canais de distribuição, bem como identificar os principais desafios enfrentados no dia a dia e as inovações adotadas para assegurar a competitividade e sustentabilidade das explorações.

Esta experiência teve ainda como propósito dar continuidade à criação da “Comunidade Agro-Hub”, promovendo um ambiente colaborativo e inclusivo, aberto à participação de todos os intervenientes da cadeia de valor dos produtos agrícolas locais. Pretendeu-se incentivar a partilha de boas práticas, tanto a nível nacional como internacional, no setor agroalimentar, contribuindo para o reforço das competências e do conhecimento dos diferentes agentes envolvidos.

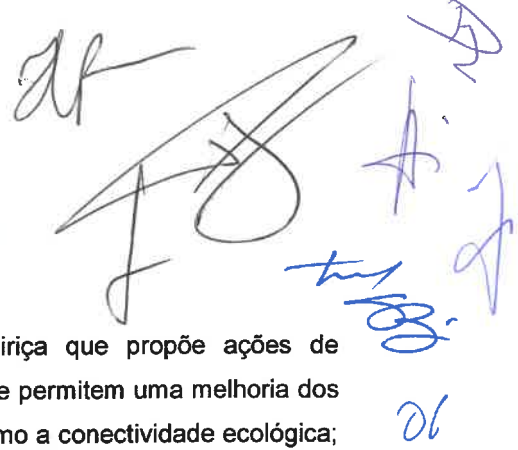
Foi ainda organizado um fórum com o objetivo de sensibilizar os diversos intervenientes para a importância do património agrícola associado aos seus produtos, promovendo o seu reconhecimento e valorização no contexto local e regional. O evento teve lugar em Vinhais inserido no programa da feira Rural Castanea.

No que respeita à página de internet do projeto, a CIM-TTM efetuou a sua atualização com as diversas atividades realizadas pelos sócios do projeto. Importa referir que a CIM-TTM participou em várias iniciativas, designadamente na sessão de encerramento do MOOC, em Lamego, no Focus Group realizado em Valladolid, na Agrotrip a Peñafiel e no evento “Tecendo Redes”, em Benavente. Marcou igualmente presença no stand do projeto durante a Feira ARPA, em Valladolid.

No ano de 2026, pretende-se dar continuidade à execução física e financeira nomeadamente à realização de uma segunda viagem Agrotrip (sujeita a aprovação pela secretaria conjunta), elaboração dos protótipos de marketing e realização do evento Tecendo Redes.

A nível financeiro o projeto foi executado conforme aprovação inicial, tendo sido efetuado um pedido de reprogramação financeira para realização de uma segunda viagem Agrotrip com orçamento sobrança da realização da primeira Agrotrip. Foi ainda solicitado a transição para 2026 do evento Tecendo Redes.

Prevê-se que o projeto termine no final de 2026.



1.10.1.2 OET_DURIUS

O projeto 0110_OET_DURIUS_2_E é uma iniciativa transfronteiriça que propõe ações de recuperação das infraestruturas verdes do território Duero-Douro que permitem uma melhoria dos serviços ecos sistémicos; a melhoria da sua biodiversidade, bem como a conectividade ecológica; e a valorização do território transfronteiriço.

O projeto atua no corredor Duero-Douro (Valladolid, Zamora, Salamanca Trás-os-Montes, Vila Real, Bragança e Alto Douro Vinhateiro), um corredor prioritário para a biodiversidade na Península Ibérica que requer ações de restauro ecológica para eliminar numerosos pontos de estrangulamento e pontos críticos que comprometem a sua funcionalidade como ligação entre os sítios da Rede Natura.

Para o efeito, OET_DURIUS define um quadro especificamente concebido para este contexto transfronteiriço e esta escala de planeamento e implementação através de 3 ações:

Ação.1 – quantifica as bases físicas para Infraestrutura verde;

Ação.2 – com base na valorização dos serviços ecos sistémicos, biodiversidade e conectividade ecológica; desenvolve ferramentas para a tomada de decisões e cria as estruturas para a boa governação, gerando uma estratégia partilhada e vários planos de ação;

Ação.3. – Estes planos são traduzidos em ações-piloto que representam possíveis soluções baseadas na natureza destinadas a assegurar a coerência ecológica e a prestação de serviços ecos sistémicos ao longo de todo o corredor.

Assim, OET_DURIUS pretende criar uma infraestrutura verde orientada para a adaptação às alterações climáticas para assegurar a conectividade em pontos de estrangulamento e ações para melhorar a biodiversidade, conectividade e serviços ecos sistémicos na Rede Natura Vermelha. Tudo é recolhido no Observatório Ecológico Transfronteiriço do Corredor Duero-Douro para Infraestruturas Verdes.

Lidera a candidatura a Fundación Santa María la Real (FSMLR) e conta com os seguintes parceiros: Asociación Ibérica Municipios Ribereños del Duero (AIMRD), AEI Construcción Eficiente (AEICE), Universidad de Salamanca, CIM-Douro, Associação de conservação da Natureza e do Património Rural (Palombar) e Ayuntamiento de Zamora.

O valor total do projeto é de 1.573.013,59€, estando atribuído à CIM-TTM o valor de 106.703,19€ de custo total elegível, sendo o valor FEDER aprovado de 80.027,39€. A taxa de financiamento é de 75%.

Em 2025 a CIM-TTM efetuou o acompanhamento físico e financeiro da operação.

Procedeu à organização do fórum internacional da biodiversidade realizado em Bragança que pretendeu juntar investigadores, representantes de instituições públicas, organizações ambientais



e especialistas para debater estratégias e desafios ligados à preservação da biodiversidade no corredor ecológico do Rio Douro.

Ao nível da execução financeira no mesmo período, e considerando que a contratação dos pilotos em soluções de infraestrutura verde para melhoria da biodiversidade estava prevista apenas para 2026, foi solicitada a reprogramação da Atividade 6, relativa à promoção desses mesmos pilotos. O restante orçamento aprovado em sede de candidatura manteve-se inalterado e devidamente executado.

Durante o ano de 2026, serão então contratados os referidos pilotos, através da implementação de ações de restauração ecológica e da recuperação de elementos de infraestrutura verde associados às paisagens culturais e às atividades tradicionais do corredor Douro/Duero.

Prevê-se que o projeto seja concluído no final de 2026.

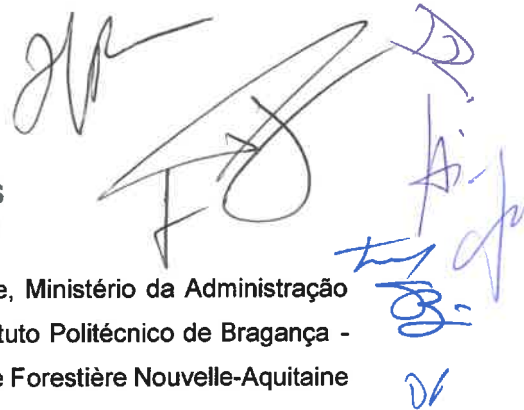
1.10.1.3 USE4FOREST

USE4FOREST – Estratégia para a prevenção de incêndios na região de Sudoe através da melhoria das áreas florestais tem como objetivo promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção dos riscos de catástrofes tendo em conta abordagens baseadas nos ecossistemas.

O projeto USE4FOREST propõe uma estratégia de prevenção de incêndios na região SUDOE através da melhoria das áreas florestais, realizada em 3 fases: conhecimento profundo das condições do problema; desenvolvimento, teste e demonstração, nos territórios participantes, de ferramentas inovadoras para a prevenção, gestão e antecipação de incêndios florestais; e a sua transferência e capitalização à escala do SUDOE. O USE4FOREST visa melhorar a capacidade de resposta das diferentes administrações, através da coordenação com organizações com experiência em investigação e gestão florestal. A análise de diferentes variáveis, tais como o ambiente (vegetação, clima...) e os fatores antropogénicos (populações, culturas...), permitirá alcançar novas soluções e avaliar o seu impacto, eficácia e transferibilidade, a fim de desenvolver estratégias inteligentes de prevenção, nas áreas florestais de maior risco, tendo em conta os seus recursos naturais, socioeconómicos, tecnológicos e de gestão, para responder a esta necessidade de uma forma abrangente.

O valor total do projeto é de 1.573.013,59€ estando atribuído à CIM-TTM o valor 100.000,00€ de custo total elegível sendo o valor FEDER aprovado de 75.000,00€. A taxa de financiamento é de 75%.

O projeto conta com 13 sócios financeiros e parceiros associados ao projeto, a saber: Xunta de Galicia - Consellería de Medio Rural, Dirección Xeral de Defensa do Monte, Junta de Castilla y León - Consejería de Medio Ambiente Vivienda y Ordenación del Territorio, Dirección General de Patrimonio Natural y Política Forestal, Fundación HAZI Fundazioa, Fundación Tecnalia Research & Innovation, Eixo Atlántico do Noroeste Peninsular, Diputación de Ourense - Sección de inversiones, planificación y programas europeos, Universidade de Vigo - Escola de Enxeñaría Forestal -



Departamento de Enxeñaría dos recursos naturais medio ambiente, Ministério da Administração Interna, Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, Instituto Politécnico de Bragança - Centro de Investigação de Montanha, Centre Régional de la Propriété Forestière Nouvelle-Aquitaine - Département de l'Aude DGA Solidarités territoriales Mission Europe de France e Syndicat Mixte du Pays Sud Charente.

Parceiros associados sem financiamento são o Concello do Barco de Valdeorras, Dirección de Atención de Emergencias y Meteorología del Gobierno Vasco, Instituto para a Conservação da Natureza e Floresta Portugal, Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular de Portugal, URCOFORNA - Union Régionale des Collectivités Forestières de Nouvelle Aquitaine, ONF - Office National des Forêts e ARDFCI - Association Régionale de Défense des Forêts Contre l'Incendie.

Em 2025 foi finalizada a caracterização do território em parceria com outros sócios. Foi realizada uma reunião de consorcio em Bragança onde participaram os sócios do projeto. Foi dado início à seleção dos locais para efetuar a intervenção do projeto piloto, tendo em conta o impacto de diferentes tipologias e densidades de vegetação na luta contra o fogo.

Foi igualmente dado início aos trabalhos para aquisição de serviços especializados para a conceção, planeamento, organização, dinamização e avaliação de ações de sensibilização e informação à população em caso de incêndio.

Em 2026 pretende-se contratar e implementar ambas as atividades bem como efetuar o acompanhamento físico e financeiro do projeto.

De referir que se prevê que o projeto termine em 2026.

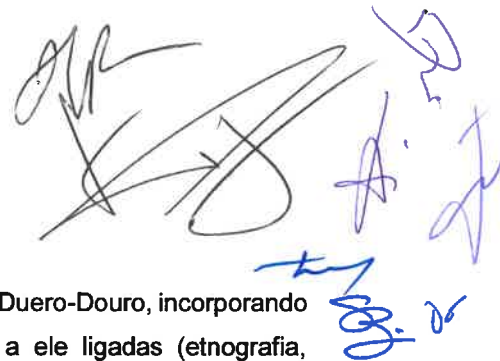
1.10.1.4 IN GENIOS

O projeto 0247_IN_GENIOS_DUERO_DOURO_2_E é um projeto de cooperação transfronteiriça que irá permitir lançar as bases para o desenvolvimento do turismo industrial no território Duero-Douro.

Entre os resultados alcançados cabe destacar a conceção e implementação de uma estratégia transfronteiriça para a ativação do turismo industrial de forma participativa entre todos os agentes do território.

Espera-se que o projeto tenha impacto e contribua para:

- A melhoria do conhecimento sobre o património industrial e pré-industrial do território de cooperação Duero-Douro e a sua importância para a identidade partilhada dos seus habitantes.
- O aumento das competências e capacidades dos agentes culturais e turísticos e das administrações públicas locais da cooperação Duero-Douro para a oferta de experiências e produtos turísticos industriais diferenciados para este destino.



– Divulgação e promoção mais eficaz do património industrial no destino Duero-Douro, incorporando também as tradições e modos de vida intangíveis das sociedades a ele ligadas (etnografia, festividades, costumes, utensílios, vestuário, etc.).

– O aumento do número de visitantes (nacionais e internacionais) do destino Duero-Douro, ao longo do ano, atraídos pelas novas experiências de turismo industrial desenvolvidas pelo projeto, criando novas razões para visitar o destino projeto.

Por último, cabe destacar que a contribuição para o desenvolvimento socioeconómico esperada pelo turismo industrial no território Duero-Douro terá um impacto positivo na redução das assimetrias regionais e na fixação da população, atenuando os processos de despovoamento que esta zona enfrenta.

São sócios do projeto a Fundación Santa Maria La Real del Patrimonio Historico, a Vice consejería de acción cultural - Dirección General de Patrimonio Cultural de la Junta de Castilla y León, a Asociación Ibérica de Municipios Ribereños del Duero, o Clúster de Hábitat Eficiente, o Ayuntamiento de Zamora, o Instituto Politécnico de Bragança, o Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R e a CIM-TTM.

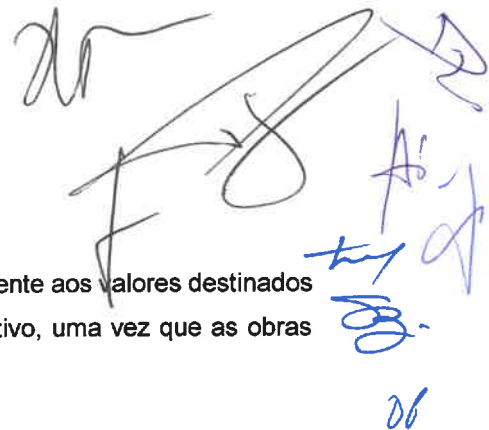
O valor total do projeto é de 1.158.059,84€, estando atribuído à CIM-TTM o valor de 123.876,64€ de custo total elegível. A taxa de financiamento é de 75%.

Em 2025 a CIM-TTM efetuou o acompanhamento físico e financeiro da operação, organizou o seminário Internacional subordinado ao tema “Património Industrial em Trás-os-Montes”, realizado no dia 24 de junho na Casa da Seda em Bragança, seguida de visita a locais do património industrial da cidade de Bragança e terminado com a reunião de consorcio do projeto.

A CIM-TTM contratou a produção de um vídeo didático e educativo dedicado ao Património Industrial e Pré-Industrial, explorando a sua ligação à indústria da seda, à indústria agroalimentar – com destaque para o complexo agroindustrial do Cachão –, às minas e incluindo ainda uma breve abordagem à ferrovia. Pretende-se que este vídeo contribua para o aumento do conhecimento coletivo sobre este património, potenciando a sua relevância cultural e turística, com vista à sua promoção, sensibilização, divulgação e valorização.

Foi dado início aos trabalhos necessários para melhoria e adaptação do espaço do Hangar da Estação do Cachão, no sentido de remodelação da cobertura do edifício, reparação e substituição de vãos exteriores, renovação de revestimentos e remodelação das instalações sanitárias, permitindo assim uma maior comodidade e segurança para os utilizadores do espaço, melhorando as condições físicas desta infraestrutura. O conjunto de trabalhos dará origem ao Centro Interpretativo do CAICA – Complexo Agroindustrial do Cachão.

Em 2026 prevê-se terminar as obras do Centro Interpretativo do CAICA – Complexo Agroindustrial do Cachão e proceder à aquisição dos materiais necessário para o equipar.



A nível financeiro foi solicitada uma reprogramação financeira relativamente aos valores destinados à aquisição dos materiais necessário para equipar o Centro interpretativo, uma vez que as obras demoraram mais tempo do que o inicialmente previsto.

Prevê-se que o projeto termine no final de 2026.

1.10.1.5 DIH_SE

O projeto DIH_SE – Digital Innovation Hub Silver Economy Ecosistema de Investigación e Innovación associado a Silver Economy pretende responder à necessidade de especialização das empresas do território em produtos e serviços destinados à Silver Economy, mas também proporciona uma componente social refletida na melhoria da qualidade de vida dos idosos do território, uma vez que muitos dos serviços e produtos a serem desenvolvidos pelas empresas estarão ligados à melhoria da saúde dos habitantes do território, à redução da solidão indesejada, à melhoria da oferta de produtos e/ou serviços específicos

Do projeto são sócios com financiamento a Diputación de Zamora, Universidade de Burgos, Caja Rural, Município de Bragança e o Brigantia Ecopark. A CIM-TTM integra o projeto como sócio não financeiro tendo acompanhado algumas reuniões e eventos, nomeadamente no Congresso Internacional de Silver Economy realizado em novembro em Zamora.

1.10.2 Projeto aprovado em 2025

No âmbito do Programa de Cooperação Interreg VI-B Europa Sudoeste (SUDOE), a CIM-TTM, em parceria com diversas entidades nacionais e internacionais, apresentou a candidatura ao projeto Resilient Vines, a qual foi aprovada.

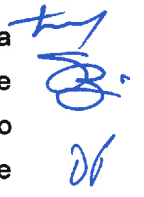
O projeto centra-se na melhoria da sustentabilidade da viticultura na região SUDOE, através da implementação de modelos de viticultura regenerativa. Tem como objetivo principal adaptar práticas agroecológicas a diferentes condições edafoclimáticas, promovendo a proteção da natureza, o aumento da biodiversidade e a redução da poluição. Para o efeito, prevê a criação de Living Labs transnacionais para validação de técnicas, a constituição de Think Tanks SUDOE para debate e influência em políticas públicas e o desenvolvimento de uma plataforma de formação agroecológica.

As ações-piloto visam reforçar a cooperação transnacional através de uma rede de Laboratórios Vivos, centrados na avaliação da biodiversidade funcional — incluindo artrópodes, microbiologia do solo, flora e fauna úteis —, na gestão agroecológica da vinha, nomeadamente ao nível da cobertura vegetal, e na incorporação de tecnologias que permitam reduzir o uso de produtos fitossanitários.

O projeto responde ao desafio comum de adaptação da viticultura do território rural SUDOE às alterações climáticas, promovendo práticas sustentáveis e soluções inovadoras que contribuam para a melhoria da biodiversidade e para a preservação do património natural, nomeadamente através da redução da utilização de pesticidas.



O objetivo central do Resilient Vines consiste em validar e adaptar as melhores práticas de viticultura regenerativa aos diferentes solos e climas da região SUDOE, que dedica mais de 1,6 milhões de hectares à viticultura. Pretende-se, assim, desenvolver estratégias e políticas regionais, bem como assegurar a transferência de conhecimento para o território, através dos Think Tanks SUDOE e de ações de formação, incentivando a adoção destas práticas por viticultores e entidades científicas e tecnológicas.



O consórcio é composto por 10 parceiros com financiamento, incluindo entidades de Espanha, Portugal e França, entre as quais a CIM-TTM, e integra ainda nove entidades associadas sem financiamento, representativas do setor vitivinícola europeu.

O investimento total do projeto ascende a 1.068.750,00€, sendo atribuída à CIM-TTM uma dotação de 110.000,00€ de custo total elegível, com uma taxa de financiamento de 75%.

Em 2025 foi dado início ao projeto em que a CIM-TTM apenas participou nas reuniões de acompanhamento do projeto, conforme previsto.

Em 2026 a CIM-TTM irá proceder à contratação de um vídeo no qual será efetuado o registo da intervenção piloto a efetuar, ou seja, o vídeo irá mostrar o local antes, durante e após as intervenções. Será igualmente contratada a produção de folhetos informativos.

Prevê-se que o projeto termine em 2027.

1.10.3 Projetos candidatados em 2025

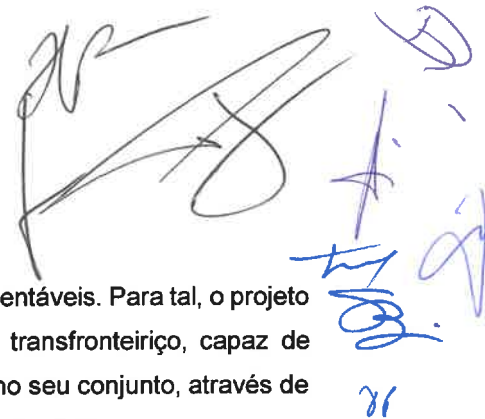
No âmbito da 6.ª convocatória do Programa de Cooperação Interreg VI-A Espanha–Portugal (POCTEP) para o período 2021–2027 foram apresentadas nove candidaturas das quais uma foi recusada – Reartis e oito foram aprovadas, a saber: DRLH, ESGROWTH, OETERRA, SENSOALIMENTE, NORCYL, ZAM TTM, TRANSTOURSOCIAL E TRASNATURA que abaixo se descrevem.

No âmbito da 7.ª convocatória do Programa de Cooperação Interreg VI-A Espanha–Portugal (POCTEP) para o período 2021–2027 a CIM-TTM apresentou a candidatura ATIVA RURAL.

1.10.3.1 NORCYL_CULTURA

O projeto NORCyL-Cultura baseia-se nos profundos laços históricos, culturais e patrimoniais entre as regiões do Norte de Portugal e de Castela e Leão, unidas por séculos de herança, intercâmbios culturais e gestão partilhada de um património de relevância ibérica, europeia e global. No entanto, estes laços não estão a ser explorados em prol do desenvolvimento conjunto deste espaço de cooperação e da construção da identidade comum que é necessário alimentar e construir através da salvaguarda e preservação destes valores.

Sob conceito dos recursos culturais partilhados (tangíveis e intangíveis), o objetivo é avançar na valorização destes recursos, no reforço da cooperação transfronteiriça e na construção da resiliência



do território com base em sectores culturais e turísticos resilientes e sustentáveis. Para tal, o projeto centrará as suas ações no estabelecimento de um corredor cultural transfronteiriço, capaz de abarcar e dar resposta aos valores culturais do espaço de cooperação no seu conjunto, através de uma ação coordenada e estruturada de todo o ecossistema cultural transfronteiriço.

Com a participação ativa de todos os atores-chave da cultura e do turismo no espaço NorCyL, serão testadas diferentes fórmulas de cooperação transfronteiriça para a promoção conjunta da cultura e do turismo cultural nas suas diferentes vertentes: romana, românica, paisagística, património mundial, património literário, artístico e simbólico.

Lidera a candidatura a FRAH – Fundação Rei Afonso Henriques e tem como parceiros a Fundación Santa Maria la Real del Patrimonio Historico, o Município de Braga, o Turismo do Porto e Norte de Portugal, a CCDR-N, a Fundación las Médulas, a VALSOUSA – Associação de Municípios do Vale do Sousa – Rota do Românico, o Município de Vila Pouca de Aguiar, Ayuntamiento de Zamora, a Fundação Foz Côa Parque e a Fundación Siega Verde.

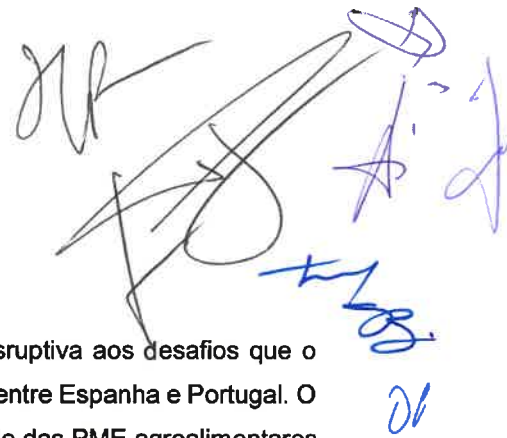
O orçamento destinado à CIM-TTM é de 38.742,23€, sendo o valor total da candidatura de 1.170.558,48€.

1.10.3.2 DRIH

A zona transfronteiriça enfrenta desafios na modernização e sustentabilidade do meio rural, especialmente na gestão agro-pecuária, culturas, florestas, indústria e infraestruturas. Apesar dos avanços tecnológicos, a adoção de drones continua a ser limitada devido à falta de formação e cooperação transfronteiriça. Este projeto visa integrar drones em setores estratégicos (agroalimentar, florestal, industrial e monitorização de infraestruturas) com o objetivo de desenvolver e transferir tecnologia para as empresas, bem como contribuir para fixar a população a partir da formação específica. O projeto será desenvolvido em várias fases: análise de necessidades e regulamentações, estudo do potencial dos drones, formação de pessoas e empresas em design, fabricação, manutenção e desenvolvimento de aplicações, bem como testes-piloto e avaliação de resultados. Como parte fundamental da iniciativa, serão criados o Centro DRIH em Zamora e a Estação Satélite de Bragança, espaços de referência para a inovação e capacitação em aplicações com drones, o que garantirá o apoio às empresas e a sustentabilidade do projeto a longo prazo.

Lidera a candidatura a Junta de Castilla Y León direção geral de Indústria e tem como parceiros mais duas direções gerais da junta de Castilla y León, a Fundación General de la Universidad de Burgos, o IPB e a CIM-TTM.

O orçamento destinado à CIM-TTM é de 173.438,40€, sendo o valor total da candidatura de 1.954.572,28€.



1.10.3.3 SENSORIALIMENT

O projeto SensorIAIment nasceu como uma resposta inovadora e disruptiva aos desafios que o sector agroalimentar enfrenta na Área de Cooperação Transfronteiriça entre Espanha e Portugal. O principal objetivo deste projeto centra-se na melhoria da competitividade das PME agroalimentares no território transfronteiriço através do desenvolvimento de soluções sensoriais avançadas baseadas na neurociência e na inteligência artificial (IA). Estas soluções permitirão analisar as respostas sensoriais dos consumidores aos produtos agroalimentares de forma científica, gerando dados precisos e úteis para melhorar os produtos existentes e desenvolver novos produtos.

Lidera a candidatura a Junta de Castilla y León e tem como parceiros o Ayuntamiento de Guijuelo, o Centro de Competências do Agroalimentar para o Setor das Carnes – Tecmeat, Iter investigación s.l., a Diputación de Salamanca, a Universidad de Salamanca, o IPB, a Zasnet e a CIM-TTM. O orçamento destinado à CIM-TTM é de 40.124,69€, sendo o valor total da candidatura de 848.154,35€.

1.10.3.4 OETERRA

O território transfronteiriço entre Castela e Leão e o Norte de Portugal enfrenta desafios ambientais e socioeconómicos estruturais que comprometem a sua sustentabilidade e a sua capacidade de adaptação às alterações climáticas. A fragmentação dos habitats, a degradação das margens dos rios e dos prados, a proliferação de espécies exóticas invasoras e a perda de biodiversidade estão a alterar o equilíbrio ecológico e a reduzir a prestação de serviços ecossistémicos essenciais, como a regulação do ciclo da água, a retenção do solo, a polinização e o controlo de pragas. Estes problemas são agravados pelas alterações climáticas, que estão a acelerar os processos de desertificação e a aumentar a frequência e a intensidade de fenómenos meteorológicos extremos, como os incêndios florestais, as inundações e as secas prolongadas.

O projeto posiciona-se como uma ferramenta fundamental para enfrentar estes desafios através de uma estratégia inovadora que combina a restauração ecológica, a digitalização e a participação social. A sua implementação reforçará a infraestrutura verde transfronteiriça, promovendo uma governação ambiental eficiente e assegurando a sustentabilidade do território a longo prazo.

Através do projeto, o Observatório Ecológico do Douro não só irá garantir a sua continuidade, mas também se irá consolidar como um modelo de referência na gestão ambiental transfronteiriça, proporcionando um quadro sólido para o planeamento, implementação e avaliação de estratégias de restauração ecológica e paisagística, tornando-se um modelo replicável noutras regiões da UE, promovendo o desenvolvimento territorial sustentável baseado na cooperação institucional, na inovação tecnológica e na resiliência ecológica.

Esta é a segunda fase da candidatura OET que não só dá continuidade à monitorização ambiental, como também transforma este conhecimento em ações estratégicas concretas, centradas em três linhas-chave:



1. Digitalização e tecnologia para a monitorização ambiental;
2. Conectividade ecológica e recuperação de paisagens culturais;
3. Governação participativa e cooperação transfronteiriça.

Lidera a candidatura a Fundación Santa María la Real e tem como parceiros a Universidad de Salamanca, Palombar, Universidade de Valladolid, ZASNET, CIM-TTM, FAFCYLE - Federación de las asociaciones forestales de Castilla Y Leon e Ayuntamiento de Zamora.

O orçamento destinado à CIM-TTM é de 173.438,40€, sendo o valor total da candidatura de 1.954.572,28€.

1.10.3.5 ESGROWTH

O projeto ESGROWTH – Integração de Estratégias ESG para a Competitividade e Sustentabilidade Empresarial no Espaço Transfronteiriço Castela e Leão (CyL) – Norte de Portugal (NdP) é um programa de trabalho para impulsionar a integração dos critérios Ambientais, Sociais e de governança (ESG) nas PME de CyL e da região NdP, promovendo um modelo empresarial sustentável e competitivo no espaço transfronteiriço.

Estas PME representam 99% do tecido empresarial e 64% do emprego, mas enfrentam barreiras como falta de recursos, formação e acesso a financiamento para adotar critérios ESG. O projeto adota uma abordagem integral e transfronteiriça, independentemente do setor em que as empresas desenvolvem a sua atividade produtiva.

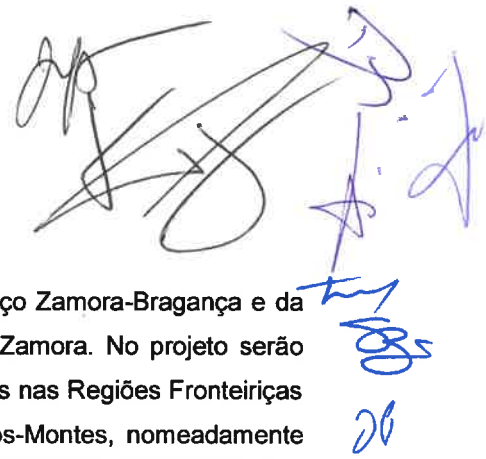
Através de uma abordagem estruturada que combina sensibilização, formação, aconselhamento, desenvolvimento de ferramentas metodológicas, acesso a financiamento e fortalecimento institucional, o projeto procura reduzir as barreiras (principalmente a falta de recursos e formação) que dificultam a adoção de critérios ESG, o cumprimento regulamentar e o alinhamento com o Pacto Verde, a fim de gerar um impacto positivo na competitividade, resiliência e sustentabilidade do tecido empresarial da região.

Lidera a candidatura a universidade de Valladolid e tem como parceiros a Asociacion de la industria alimentaria de Castilla y Leon (vitartis), Nervir - associação empresarial, Confederación de organizaciones empresariales de Castilla y León, Junta de Castilla y León - consejería de industria, comercio y empleo, Lusaenor, Ida, CIM Douro e CIM-TTM.

O orçamento destinado à CIM-TTM é de 35.533,55€, sendo o valor total da candidatura de 811.116,97€.

1.10.3.6 ZAM TTM

A cooperação territorial é um meio para atingir os objetivos de coesão territorial europeia e de desenvolvimento equilibrado e sustentável. A sua ação centrar-se na seleção cuidadosa dos projetos ou iniciativas que trazem valor acrescentado ao território quando realizados em conjunto.



Este projeto propõe a criação de um Grupo de Trabalho Transfronteiriço Zamora-Bragança e da Comunidade de Trabalho entre a CIM-TTM e a Diputación Foral de Zamora. No projeto serão integrados os Grupos de Ação Local da Província de Zamora, presentes nas Regiões Fronteiriças e o Grupo de Ação Local presente no território de Terras de Trás-os-Montes, nomeadamente ADISAC, La Voz – Asociación para el Desarrollo Integrado de Sanabria Y Carballeda, a ADATA - Asociación para el Desarrollo de Aliste, Tábara y Alba, a ADERISA – Asociación para el Desarrollo Economico Rural Integral de Sayago, Bermillo de Sayago e a Corane – Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordeste.

Lidera a candidatura a CIM-TTM e tem como parceiro a Diputación de Zamora. Integram ainda a candidatura como sócios sem financiamento a Câmara municipal de Bragança e o Ayuntamiento de Zamora. O orçamento destinado à CIM-TTM é de 165.394,70€, sendo o valor total da candidatura de 262.498,00€.

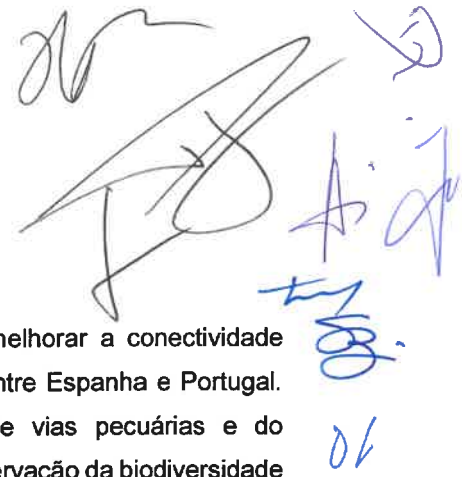
1.10.3.7 TRANSTOURSOCIAL

O projeto conjunto TRANSTOURSOCIAL aborda desafios como o despovoamento rural, o envelhecimento e a exclusão social na região transfronteiriça entre Portugal e Castela e Leão. O seu objetivo é promover uma Europa mais social e inclusiva através da melhoria da empregabilidade, do acesso a empregos de qualidade e do desenvolvimento de infraestruturas sociais. O projeto centra-se no desenvolvimento socioeconómico, na inclusão e na sustentabilidade, promovendo um modelo de desenvolvimento rural integral que melhore a qualidade de vida dos habitantes, especialmente das pessoas em risco de exclusão, preservando o património natural.

As suas componentes principais incluem o CIVAL em Valdelosa (Centro de Interpretação do Sobreiro e Albergue de Educação Ambiental), o Caminho Inclusivo no Sobreiral de Valdelosa, o CIIR Valdelosa, o CIIR La Besana (Centro de Inovação e Inclusão Rural), a Faculdade de Belas Artes da Universidade de Salamanca e Trás-os-Montes em Portugal.

O objetivo é melhorar a empregabilidade, facilitar a acessibilidade no ambiente natural, garantir a sustentabilidade do ambiente rural, promover o turismo sustentável e a educação ambiental e dinamizar a economia local. O projeto procura criar um modelo replicável de desenvolvimento rural que combine inclusão social, sustentabilidade ambiental e coesão económica, reforçando a resiliência das comunidades rurais face aos desafios demográficos e socioeconómicos.

Lidera a candidatura o Ayuntamiento de Valdelosa e tem como parceiros a Asociación de famílias de la Armuña “La Besana”, a Universidade de Salamanca e a CIM-TTM. Como sócios sem financiamento integram a candidatura a Junta de Castilla Y León e os Servicios e Iniciativas Laborales S.L. O orçamento destinado à CIM-TTM é de 78.037,40€, sendo o valor total da candidatura de 1.177.492,07€.



1.10.3.8 Transnatura

O projeto TRANSNATURA visa restaurar ecossistemas degradados, melhorar a conectividade ecológica e promover a bioeconomia rural no território transfronteiriço entre Espanha e Portugal. Através da regeneração de florestas autóctones, da recuperação de vias pecuárias e do desenvolvimento de infraestruturas verdes, o projeto contribui para a conservação da biodiversidade e a adaptação às alterações climáticas. Promove-se a pecuária extensiva com raças autóctones como ferramenta para a gestão sustentável da paisagem, reduzindo o risco de incêndios e favorecendo a regeneração do solo. Além disso, desenvolvem-se estratégias para melhorar a rentabilidade das explorações agrosilvopastoris, fomentando a comercialização de produtos locais e a sua certificação em mercados transfronteiriços.

O TRANSNATURA também impulsiona mecanismos de compensação de carbono e pagamentos por serviços ecossistémicos, garantindo que a conservação do território gere oportunidades económicas. Através da cooperação transfronteiriça, o projeto fortalece a governação partilhada, harmonizando políticas de conservação e desenvolvimento rural, garantindo assim a sustentabilidade ambiental e socioeconómica do território.

Lidera a candidatura a Diputación Provincial de León e tem como parceiros a CIM-TTM, a Junta de Andalucía, Centro de Investigaciones Aplicadas al Desarrollo Agroforestal S.L., Universidade de Córdoba, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Aguiarfloresta – Associação Florestal e Ambiental de Vila Pouca de Aguiar, Junta Extremadura, Bóreas Desarrollo y Tecnología, S.L. e o Município de Moura.

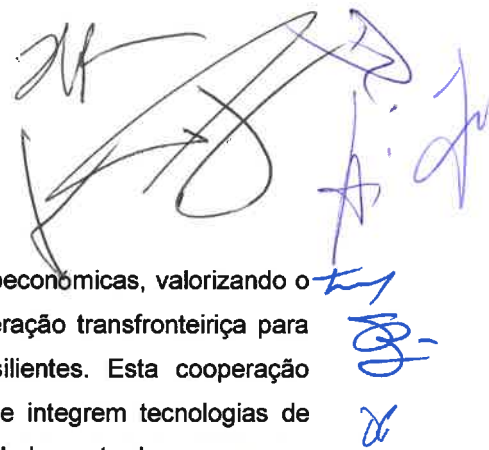
O orçamento destinado à CIM-TTM é de 169.562,00€, sendo o valor total da candidatura de 2.104.020,94€.

1.10.3.9 Activa Rural

O projeto aborda a problemática do envelhecimento da população em áreas rurais transfronteiriças entre Espanha e Portugal, onde os idosos enfrentam dificuldades para aceder a serviços de assistência adequados. A falta de serviços integrados, o fosso digital, a solidão indesejada e a escassez de infraestruturas tecnológicas geram desigualdades que afetam a sua qualidade de vida e inclusão social.

O objetivo geral do projeto é promover um modelo inclusivo, acessível e sustentável de cuidados através da criação de Aldeias Smarthaus, que atuam como laboratórios vivos de inovação em bem-estar, saúde comunitária, cuidados e envelhecimento ativo, aplicando os princípios da Nova Bauhaus Europeia (NEB): sustentabilidade, inclusão e estética. Esta abordagem interdisciplinar promove a cocriação para transformar espaços, promovendo a ligação com a natureza e a valorização do local.

O conceito de Aldeias Smarthaus (Aldeias Inteligentes) refere-se a comunidades rurais em Portugal e na Europa que utilizam tecnologias digitais, soluções inovadoras e abordagens participativas para



melhorar a qualidade de vida, a sustentabilidade e as condições socioeconómicas, valorizando o património tradicional. O projeto será desenvolvido através da cooperação transfronteiriça para impulsionar serviços de cuidados mais acessíveis, eficazes e resilientes. Esta cooperação estratégica permitirá conceber e implementar soluções conjuntas que integrem tecnologias de assistência, digitalização inclusiva e modelos de cuidados de proximidade centrados na pessoa, priorizando serviços comunitários adaptados ao meio rural. A implementação deste modelo inovador visa garantir a acessibilidade a serviços essenciais, promover a autonomia pessoal, a participação comunitária e o envelhecimento ativo dos idosos e contribuir para o desenvolvimento socioeconómico das áreas rurais envolvidas.

Lidera a candidatura a Diputación Provincial de Pontevedra e tem como parceiros a Universidade de Vigo, a Diputación Provincial de Ourense, a Universidade de Santiago de Compostela, a Xunta de Galicia, a Diputación Provincial de León, a Diputación Provincial de Cáceres, a CIM Alto Minho, a CIM Alto Tâmega e Barroso, a CIM do Alto Alentejo, a CIM Beiras e Serra da Estrela, a CIM Beira Baixa, a CIM-TTM, o Instituto Politécnico de Bragança e Instituto Politécnico de Leiria.

O orçamento destinado à CIM-TTM é de 263.725,00€, sendo o valor total da candidatura de 4.492.695,00€.

1.10.3.10 Cilume

No âmbito do Programa de Cooperação Interreg VI-B Europa Sudoeste (SUDOE), a CIM-TTM, em parceria com diversas entidades nacionais e internacionais, apresentou a candidatura ao projeto Cilume como sócio sem financiamento.

O projeto CILUMES Interopera será uma oportunidade para estreitar os laços entre regiões e melhorar a resposta comum aos grandes incêndios florestais na zona transfronteiriça entre Espanha e Portugal. Esta melhoria virá acompanhada de investimentos em infraestruturas estratégicas, como bases aéreas. As bases serão pontos de referência para a inovação e o desenvolvimento da utilização de veículos não tripulados para a vigilância e/ou extinção de incêndios florestais transfronteiriços. Estas infraestruturas, que serão as referências do projeto, serão complementadas com outras estratégicas, como a melhoria dos heliportos, pontos de vigilância ou salas de coordenação para a melhoria da resposta comum dentro da zona POCTEP.

O projeto visa a melhoria da interoperabilidade ou resposta comum. Para tal, será aprofundada a capacitação dos operacionais de resposta, desenvolvendo um programa de padronização da capacitação e programas de intercâmbio de especialistas e pessoal operacional, tanto em ações de formação como na execução de queimadas prescritas de acordo com as normas internacionais.

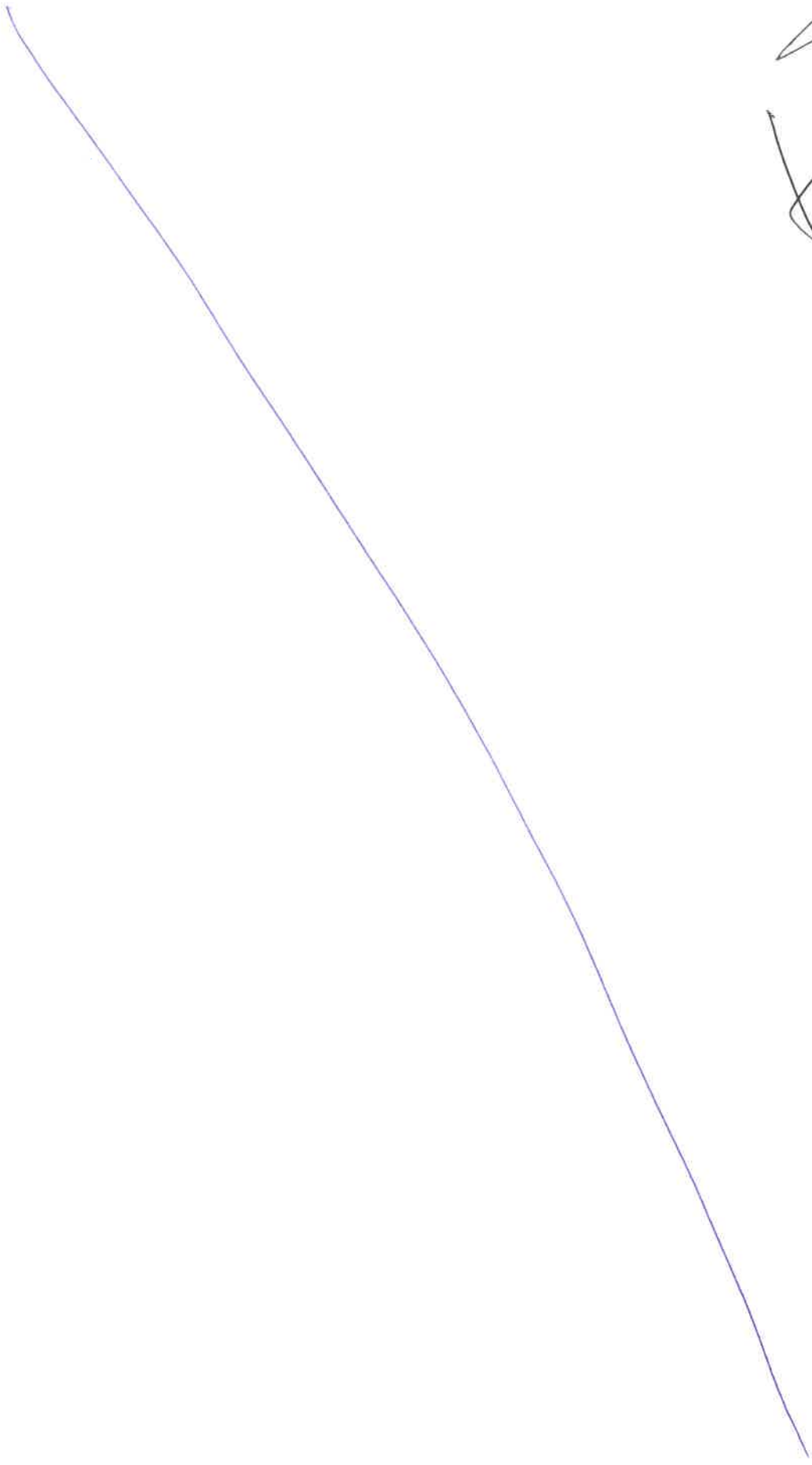
Lidera a candidatura a Agência de segurança e gestão de emergência de Andalucia, a Junta de Galicia, Junta de Castilla y León, Fundacion Finnova, Municipio de Arcos de Valdevez, CIM Algarve, Municipio de Monchique e Junta da Extremadura.



**Terras de
Trás-os-Montes**
Comunidade Intermunicipal

Handwritten signatures and initials in black and blue ink, including the letters 'AP' and 'Aid'.

O projeto conta com parceiros sem financiamento, a saber: CIM-TTM, Diputación de Orense e Diputación de Huelva.



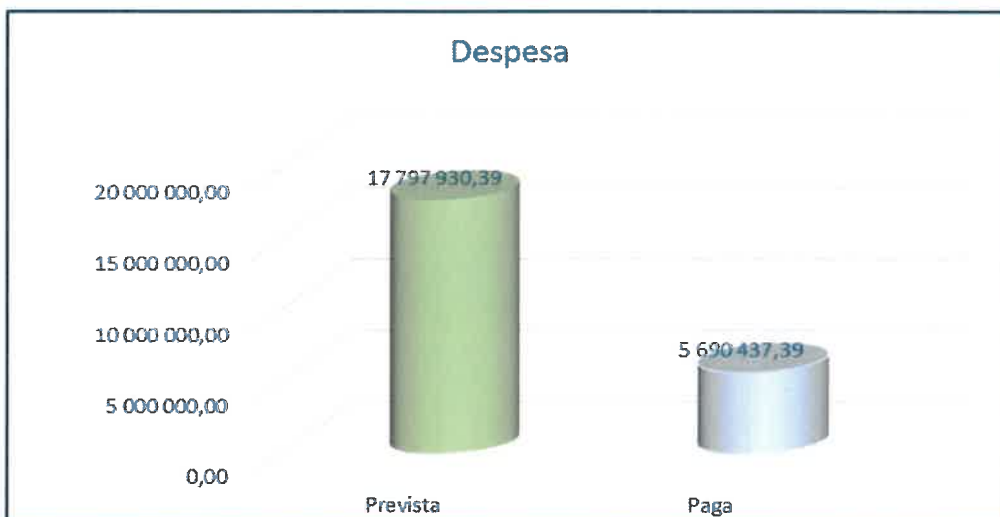
Handwritten notes in blue ink, including a large stylized symbol, a vertical scribble, and several smaller symbols and characters.

Handwritten notes in blue ink, including the letters "RF" and "RF" written multiple times, and a large, stylized signature or scribble.

2 Análise da Execução Orçamental

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

O orçamento da receita teve uma execução correspondente a 41,60% e a despesa apresentou uma execução correspondente a 31,97%. Poder-se-á dizer que apresenta um nível de execução baixo face aos anos anteriores.





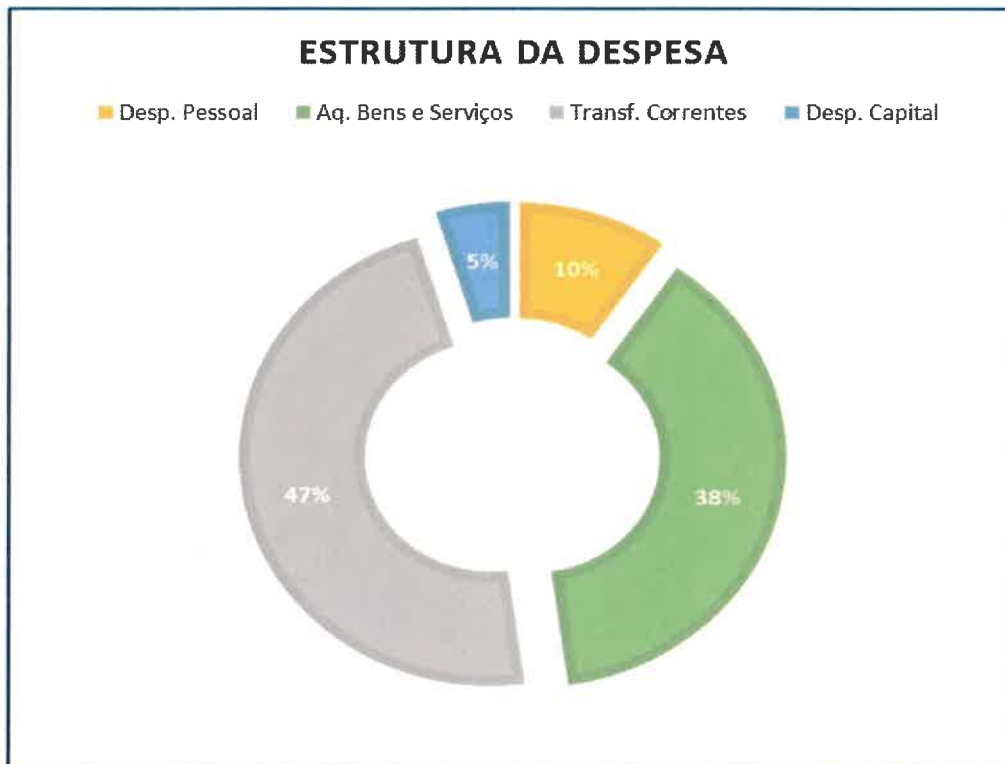
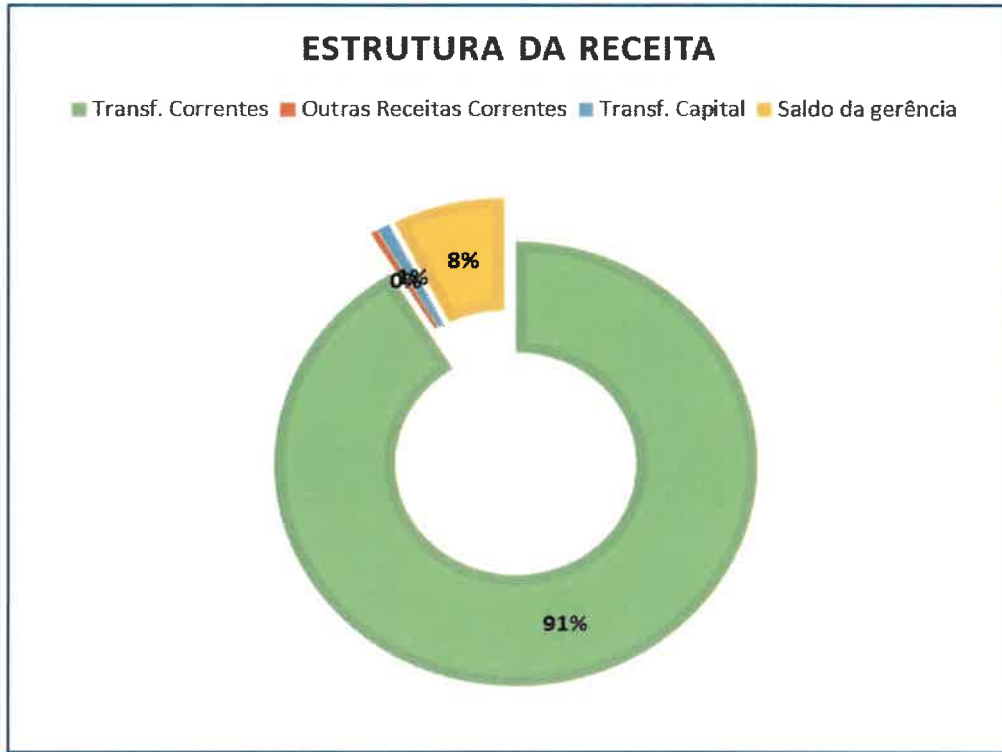
Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature and some illegible scribbles.





[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Observando o princípio do equilíbrio Orçamental Corrente, verifica-se que as receitas correntes são superiores às despesas correntes.



Handwritten notes in blue ink, including a large signature and several smaller scribbles.

3 Análise da Situação Económica e Financeira

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'JPR', 'Ad', 'huy', and 'B'.

A presente análise económica e financeira sintetiza os resultados obtidos pela CIM-TTM, bem como a sua situação patrimonial e financeira a 31 de dezembro de 2025.

3.1 Demonstração de Resultados

As contas relativas ao exercício económico de 2025 foram encerradas tendo sido apurado um resultado líquido positivo de **225.981,75€**. O Resultado Líquido é formado pelas seguintes componentes:

<i>Designação</i>	<i>31.12.2024</i>	<i>31.12.2025</i>	<i>Var</i>
R. antes Dep. E Gastos de Financ.	1 393 398,53	527 793,64	-37,88%
R.Operacional(Antes gastos Fin.)	932 360,04	225 978,98	-24,24%
Resultados Antes Impostos	932 362,66	225 981,75	-24,24%
Resultado Líquido do Exercício	932 362,66	225 981,75	-24,24%



3.2 Resultados Operacionais

Os Resultados Operacionais (antes de gastos de financiamento) têm a seguinte composição:



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials.

Designação	31.12.2025	31.12.2024
Custos Operacionais		
Fornecimentos e Serviços Externos	2 633 411,96€	1 593 404,38€
Gastos com Pessoal	572 151,94€	473 131,13€
Transferências e Subs. Concedidos	2 493 034,46€	2 948 687,77€
Amortizações	301 814,66€	461 038,49€
Outros Gastos	0,00€	18 627,38€
Total Custos Operacionais	6 000 413,02€	5 494 889,15€

Designação	31.12.2025	31.12.2024
Proveitos Operacionais		
Impostos, Contribuições e Taxas		
Vendas e Prestações de Serviços		
Transferências e Sub. Correntes Obtidos	5 894 915,66€	5 987 844,78€
Outros Rendimentos	331 476,34€	439 404,41€
Total dos Proveitos Operacionais	6 226 392,00€	6 427 249,19€
RESULTADOS OPERACIONAIS	225 978,98€	932 362,66€



Analisando os custos operacionais (antes de gastos de financiamento), regista-se um acréscimo nos fornecimentos e serviços externos e nos gastos com o pessoal, verificando-se um decréscimo nas transferências e subsídios, amortizações e outros gastos. O aumento nos custos com pessoal justifica-se pelo aumento dos salários e quadro de pessoal.

Quanto aos proveitos operacionais, registou-se um ligeiro decréscimo fruto da execução dos projetos em curso financiados e um decréscimo dos proveitos relacionados com os bens de capital.



3.3 Situação Financeira e Patrimonial

3.3.1 Evolução da Dívida de Terceiros

Designação	31.12.2024	31.12.2025
Dívidas de Curto Prazo		
Cientes, contribuinte e utentes	263 236,45€	20 336,85€
Outras contas a receber	1 626 816,92€	1 368 040,61€
Total	1 890 053,37 €	1 388 377,46 €

As dívidas de terceiros correspondem a transferências dos Municípios e transferências do FEDER a efetuar no ano de 2026 relativas a gastos do ano de 2025.

3.3.2 Evolução da Dívida a Terceiros

Designação	31.12.2024	31.12.2025
Dívidas de Curto Prazo		
Empréstimos de curto prazo		
Fornecedores c/c	149,10€	26 121,88€
Fornecedores de imobilizado	,00€	,00€
Estado e outros entes públicos	7 401,98€	10 636,57€
Outras Contas a pagar	1 089 735,51€	1 341 056,00€
Diferimentos	194 801,86€	445 739,92€
Total	1 292 088,45€	1 823 554,37 €

Relativamente à evolução da dívida a terceiros, constata-se que em 31 de dezembro de 2025 a CIM-TTM tinha 1 823 554,37 Euros em dívidas de curto prazo. Esta dívida refere-se a faturas em trânsito, cuja liquidação ainda não tinha sido efetuada. Deste valor salientamos a rubrica outras contas a pagar na qual constam valores dos transportes efetuados no ano de 2025 a faturar no ano de 2026. O valor em dívida ao Estado e Outros Entes Públicos corresponde aos descontos efetuados no mês de dezembro a liquidar em janeiro de 2026.

3.3.3 Indicadores de Gestão

	31.12.2024	31.12.2025
Autonomia Financeira	62,00%	58,57%
Solvabilidade	1,67	1,41
Liquidez Geral	1,64	2,41



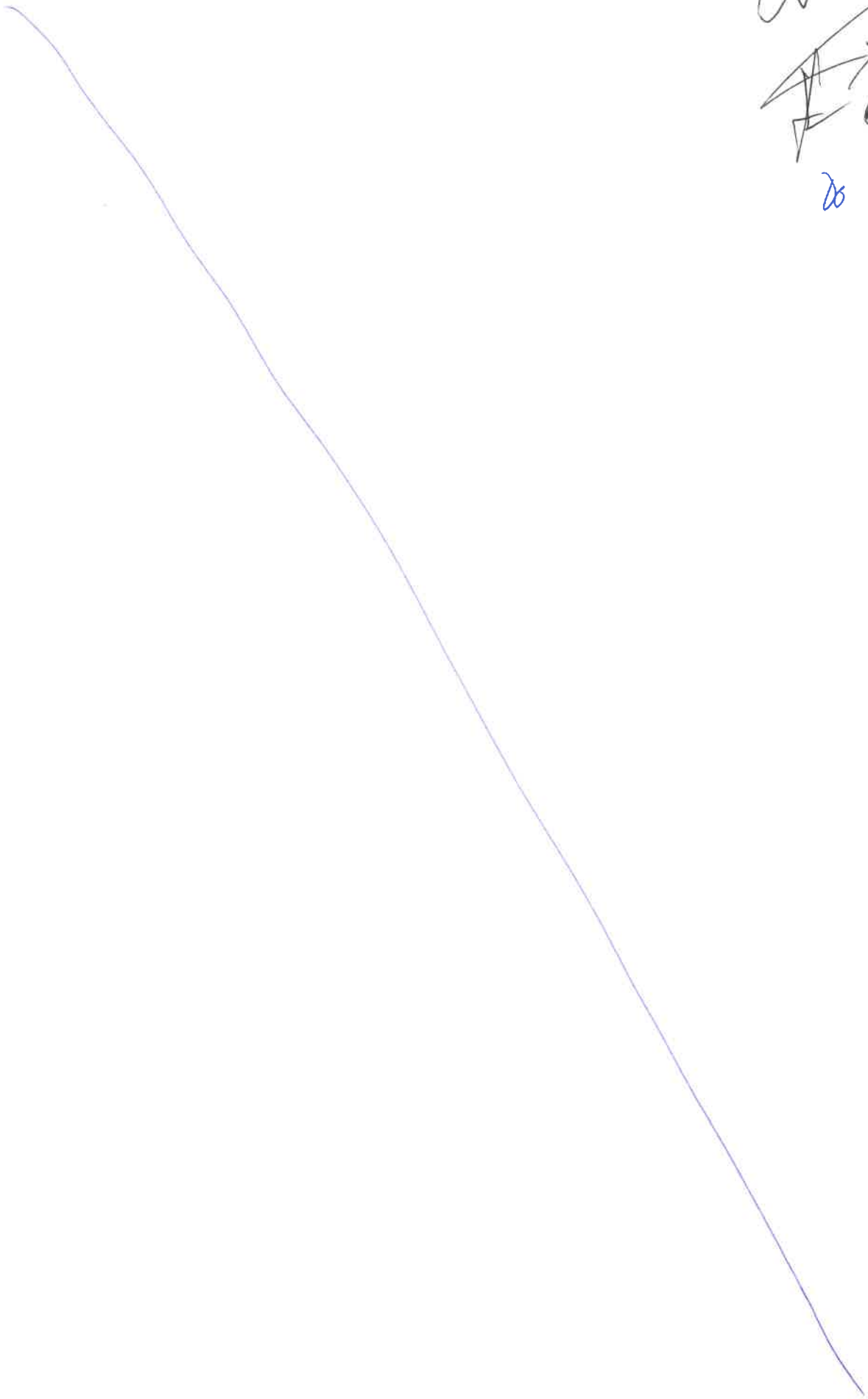
[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Pela análise dos indicadores de gestão acima indicados pode concluir-se que a situação financeira da CIM-TTM é aceitável, tendo em conta o tipo de entidade. A autonomia financeira, que mede a sustentabilidade da entidade através da determinação da proporção dos ativos que são financiados com o Património, apresenta um valor positivo, tendo decrescido em relação ao ano anterior. Quanto à solvabilidade, que evidencia a capacidade de cumprir os seus compromissos a médio longo prazo, verifica-se que o valor apresentado, sendo superior a 1, indica solidez no médio e longo prazo. A liquidez geral, que mede a capacidade de a entidade fazer face às suas responsabilidades de curto prazo, apresenta igualmente um valor superior a 1, indicando não ter dificuldade em cumprir com os seus compromissos no curto prazo.

3.4 Proposta de aplicação de resultados

A CIM-TTM apresenta um resultado líquido positivo, no valor de 225.981,75€, pelo que se propõe a seguinte aplicação de resultados:

Resultados Transitados: 225.981,75€



at
A of
the
of

Handwritten notes in blue ink, including a large stylized signature or symbol, and several smaller scribbles and characters.

4 Demonstrações Financeiras

4.1 Balanço

BLC - BALANÇO			
<i>CIM-TTM</i>			
PERÍODO		ANO	
2025-01-01 - 2025-12-31		2025	
Rubricas	Notas	Datas	
		2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente		575 773,62 €	606 412,64 €
Ativos fixos tangíveis	5	450 375,58 €	562 597,34 €
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	3	120 089,86 €	38 507,12 €
Ativos biológicos			
Participações financeiras	18	5 308,18 €	5 308,18 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
Outras contas a receber			
Ativo corrente		5 812 717,18 €	5 201 713,66 €
Inventários			
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	20 336,85 €	263 236,45 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	18	1 368 040,61 €	1 626 816,92 €
Diferimentos	23	3 534,67 €	2 343,42 €
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	1	4 420 805,05 €	3 309 316,87 €
Total Ativo		6 388 490,80 €	5 808 126,30 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		3 741 833,18 €	3 639 760,80 €
Património/Capital	23	1 890 741,98 €	1 890 741,98 €
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas	23	115 769,54 €	115 769,54 €
Resultados transitados	23	949 559,72 €	17 197,06 €
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido	23	559 780,19 €	683 689,56 €
Resultado líquido do período	23	225 981,75 €	932 362,66 €
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total Património Líquido		3 741 833,18 €	3 639 760,80 €
PASSIVO			
Passivo não corrente		7 560,53 €	5 100,00 €
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Fornecedores			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar		7 560,53 €	5 100,00 €
Passivo corrente		2 639 097,09 €	2 163 265,50 €
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Fornecedores	18	26 121,88 €	149,10 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos	23	10 636,57 €	7 401,98 €
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Outras contas a pagar	18	2 153 064,05 €	1 958 569,14 €
Diferimentos	23	449 274,59 €	197 145,28 €
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Total Passivo		2 646 657,62 €	2 168 365,50 €
Total Património Líquido e Passivo		6 388 490,80 €	5 808 126,30 €

4.2 Demonstração de Resultados por Natureza

DR - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA	
<i>CIM-TTM</i>	
PERÍODO	ANO
2025-01-01 - 2025-12-31	2025

Rubricas	Notas	Datas	
		2025	2024
Impostos, contribuições e taxas			
Vendas			
Prestações de serviços e concessões			
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	5 894 915,66 €	5 987 844,78 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos			
Fornecimentos e serviços externos	23	-2 633 411,96 €	-1 593 404,38 €
Gastos com pessoal	19	-572 151,94 €	-473 131,13 €
Transferências e subsídios concedidos	23	-2 493 034,46 €	-2 948 687,77 €
Prestações sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	14	331 476,34 €	439 404,41 €
Outros gastos	23	0,00 €	-18 627,38 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		527 793,64 €	1 393 398,53 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3-5	-301 814,66 €	-461 038,49 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		225 978,98 €	932 360,04 €
Juros e rendimentos similares obtidos	23	2,77 €	2,62 €
Juros e gastos similares suportados	23	0,00 €	0,00 €
Resultado antes de impostos		225 981,75 €	932 362,66 €
Imposto sobre o rendimento		0,00 €	0,00 €
Resultado líquido do período		225 981,75 €	932 362,66 €

4.3 Demonstrações das Alterações no Patrimônio Líquido

CAPL - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Período : 2024/01/01 a 2024/12/31		Visualizar Contas at Nov. 20 Acumulados : S		Cm Dos Dctas de Tran - Os - Mntes		R\$	
--	--	-----------------------------------	--	---	--	-----------------------------------	--	-----	--

Período : 2024/01/01 a 2024/12/31 Visualizar Contas at Nov. 20 Acumulados : S (Repositividade Mensal / Período Mensal, após Ajustamento dos resultados)

Descrição	Nota 2	Patrimônio Líquido atribuído aos detentores do Patrimônio Líquido da entidade que controla							Interesses que não controlam	Total do patrimônio líquido			
		Capital / Patrimônio Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros ajustes de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros			Excedentes de reavaliação	Outras vars. no patrimônio líquido	Realizado líquido do período
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		1.897.341,98				115.749,50	104.628,04		80.018,77	-41.431,00	2.863.227,35	2.863.227,35	2.863.227,35
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)	ESTE VIGAS DAPLOS ESTE DAPLOS TESTE								339.576,63		339.576,63	339.576,63	339.576,63
Ajustamentos de transição de referencial contábil/líquido													
Alterações de políticas contábeis/líquido													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de reavaliação													
Excedentes de reavaliação e respectivas variações													
Transferências e subsídios de capital													
Outras alterações reconhecidas de Patrimônio líquido													
Correção de erros anteriores													
RESUMIDA LÍQUIDO DO PERÍODO (3)													
RESUMIDA TOTAL (4) = (1) + (2) + (3)													
GERAÇÕES COM DIFERENÇAS DE CAPITAL NO PERÍODO (5)													
Subscrições de capital/patrimônio													
Emissões para cobertura de perdas													
Outras operações													
Subscrições de prêmio de emissão													
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO (6) = (4) + (5) + (3) + (5)		1.897.341,98				115.749,50	17.187,06		633.409,56	932.362,66	3.039.760,41	3.039.760,41	3.039.760,41

[Cim Dos Terras de Trás - Os - Montes]

Ano
2025

Período
01/01/2025
31/12/2025

Visualizar Contas s/ Mov. Sim Não

Acumulados Sim Não

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla										Interesses que não controlam	Total do património líquido	
		Capital / Património	Acções (quotas) próprias	Outros instrum. de capital	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património	Resultado líquido do			TOTAL
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		1.890.741,99 €				115.769,54 €	17.197,06 €			683.689,56 €	992.362,66 €	3.639.760,80 €		3.639.760,80 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)										64.123,50 €		64.123,50 €		64.123,50 €
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização e respetivas variações														
Transferências e subsídios de capital														
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido														
Correção de erros materiais														
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)											225.981,75 €	225.981,75 €		225.981,75 €
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)											225.981,75 €	290.105,25 €		290.105,25 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)							992.362,66 €							
Subscrições de capital/património														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
Subscrições de prémios de emissão														
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)		1.890.741,98 €				115.769,54 €	949.559,72 €			559.780,19 €	225.981,75 €	3.741.833,18 €		3.741.833,18 €

4.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

DFC - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (S/ REFERÊNCIAÇÃO DE CONTAS)			
<i>CIM-TTM</i>			
PERÍODO		ANO	
2025/01/01 - 2025/12/31		2025	
Rubricas	Notas	Datas	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes			
Recebimentos de contribuintes			
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		6 759 584,51 €	5 596 330,06 €
Recebimentos de utentes			
Pagamentos a fornecedores		-2 170 859,54 €	-1 625 013,22 €
Pagamentos ao pessoal		-548 011,95 €	-470 538,64 €
Pagamentos a contribuintes / Utentes			
Pagamentos de transferências e subsídios		-2 700 390,26 €	-2 248 542,07 €
Pagamentos de prestações sociais			
Caixa gerada pelas operações		1 340 322,76 €	1 252 236,13 €
Pagamento / Recebimento do Imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		-21 785,21 €	131 424,00 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		1 318 537,55 €	1 383 660,13 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-98 105,10 €	-166 616,57 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-173 070,54 €	-7 143,50 €
Pagamentos - Propriedades de Investimento			
Pagamentos - Investimentos financeiros			
Pagamentos - Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis			
Recebimentos - Ativos intangíveis			
Recebimentos - Propriedades de Investimento			
Recebimentos - Investimentos financeiros			
Recebimentos - Outros ativos			
Recebimentos - Subsídios ao investimento			
Recebimentos - Transferências de capital		64 123,50 €	334 226,66 €
Recebimentos - Juros e rendimentos similares			
Recebimentos - Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-207 052,14 €	160 466,59 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos			
Recebimentos - Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Recebimentos - Cobertura de prejuízos			
Recebimentos - Doações			
Recebimentos - Outras operações de financiamento		2,77 €	2,62 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos			
Pagamentos - Juros e gastos similares			
Pagamentos - Dividendos			
Pagamentos - Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Pagamentos - Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		2,77 €	2,62 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		1 111 488,18 €	1 544 129,34 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		3 309 316,87 €	1 765 187,53 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		4 420 805,05 €	3 309 316,87 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		3 309 316,87 €	1 765 187,53 €
Equivalentes a caixa no início do período			
Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
Variações cambiais de caixa no início do período			
Saldo da gerência anterior (SGA)		3 309 316,87 €	1 765 187,53 €
SGA De execução orçamental		2 435 383,24 €	979 416,84 €
SGA De operações de tesouraria		873 933,63 €	785 770,69 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		4 420 805,05 €	3 309 316,87 €
Equivalentes a caixa no fim do período			
Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
Variações cambiais de caixa no fim do período			
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		4 420 805,05 €	3 309 316,87 €
SGS De execução orçamental		3 601 236,47 €	2 435 383,24 €
SGS De operações de tesouraria		819 568,58 €	873 933,63 €

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais

Para o exercício findo em 31 de dezembro 2025

Adoção pela primeira vez do SNC-AP – Divulgação transitória

A entidade aplicou pela primeira vez o SNC-AP Pequenas Entidades no exercício de 2020. A transição do anterior normativo para as Normas de Contabilidade Públicas (NCP) não afetou a posição financeira, o desempenho financeiro nem os fluxos de caixa relatados.

A reconciliação do resultado relatado segundo os normativos anteriores, relativo ao último período das mais recentes demonstrações financeiras anuais, com o resultado segundo as NCP relativo ao mesmo período não originou qualquer ajustamento.

A reconciliação do património líquido relatado segundo os normativos anteriores com o património líquido segundo as NCP, entre a data de transição para as NCP e o final do último período apresentado nas mais recentes demonstrações financeiras anuais, elaboradas segundo os normativos anteriores originou os seguintes ajustamentos:

1. Rubricas de Balanço	2. Valores decorrentes da reclassificação (POCAL>SNC-AP)	3. Reconhecimento (+) / Desreconhec. (-)	4. Critérios de mensuração (+)/(-)	5. Imparidades (-) / Reversão (+)	6. Erros (+)/(-)	7. Alterações de estimativas contabilística (+)/(-)	8. Outras alterações decorrentes de políticas contabilísticas (+)/(-)	9. = 2. + 3 + 4 + 5 + 6 + 7 + 8. = SNC-AP
ATIVO								
Ativo não corrente								
Ativos fixos tangíveis	1 009 771,76							1 009 771,76
Propriedades de investimento								
Ativos intangíveis	247 522,84							247 522,84
Participações financeiras	1 364,60							1 364,60
Outros ativos financeiros								
Ativos por impostos diferidos								
Cientes, contribuintes e utentes								
Outras contas a receber								
	1 258 659,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 258 659,20
Ativo corrente								0,00
Inventários								0,00
Ativos biológicos								0,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis								0,00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis								0,00
Cientes, contribuintes e utentes								0,00
Estado e outros entes públicos								0,00
Acionistas/sócios/associados								0,00
Outras contas a receber	736 557,09							736 557,09
Diferimentos	1 391,00							1 391,00
Ativos financeiros detidos para negociação								0,00
Outros ativos financeiros								0,00
Caixa e depósitos	61 204,71							61 204,71
	799 152,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	799 152,80
Total do ativo	2 057 812,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 057 812,00

PATRIMÓNIO LÍQUIDO								0,00
Património/Capital	222 342,45							222 342,45
Ações (quotas) próprias								
Outros instrumentos de capital próprio								
Prémios de emissão								
Reservas	27 959,04							27 959,04
Resultados transitados	115 594,58							115 594,58
Ajustamentos em ativos financeiros								
Excedentes de revalorização								
Outras variações no património líquido						1 209 813,76		1 209 813,76
Resultado líquido do período	209 697,42							209 697,42
Interesses que não controlam								0,00
Total do Património Líquido	575 593,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 209 813,76	1 785 407,25
PASSIVO								0,00
Passivo não corrente								0,00
Provisões								0,00
Financiamentos obtidos								0,00
Fornecedores de investimentos								0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego								0,00
Outras contas a pagar							14 776,42	14 776,42
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14 776,42	14 776,42
Passivo corrente								0,00
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos								0,00
Fornecedores	112 418,43							112 418,43
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes								0,00
Estado e outros entes públicos	5 105,95							5 105,95
Financiamentos obtidos								0,00
Fornecedores de investimentos	84 259,14							84 259,14
Outras contas a pagar	55 844,81							55 844,81
Diferimentos	1 209 813,76						-1 209 813,76	0,00
Passivos financeiros detidos para negociação								0,00
Outros passivos financeiros	14 776,42						-14 776,42	0,00
	1 482 218,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 224 590,18	257 628,33
Total do Passivo	1 482 218,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 209 813,76	272 404,75
Total do Património Líquido e Passivo	2 057 812,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 057 812,00

Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

A Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, adiante designada por CIM-TTM, é uma pessoa coletiva de direito público, de natureza associativa e âmbito territorial, com N.I.P.C. 510957544, com sede na Rua Visconde da Bouça, apartado 238, 5300-318 Bragança.

A Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes foi constituída em 29/10/2013 e os seus estatutos foram publicados no Diário da República em 26-09-2014.

O regime financeiro da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes é o consagrado na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, pretendendo assegurar uma efetiva coordenação entre a administração central e local no plano financeiro, e contribuir para o controlo orçamental e para a prevenção de situações de instabilidade e desequilíbrio financeiro.

A Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes está sujeita aos princípios consagrados na Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro.

As demonstrações financeiras foram preparadas, pela primeira vez, com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP Pequenas Entidades), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de

11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a instituição.

1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP PEQUENAS ENTIDADES), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e refletem de forma verdadeira e apropriada as operações AMTFNT, bem como a sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, ou significativas, para a compreensão das Demonstrações financeiras em análise.

b) Comparabilidade

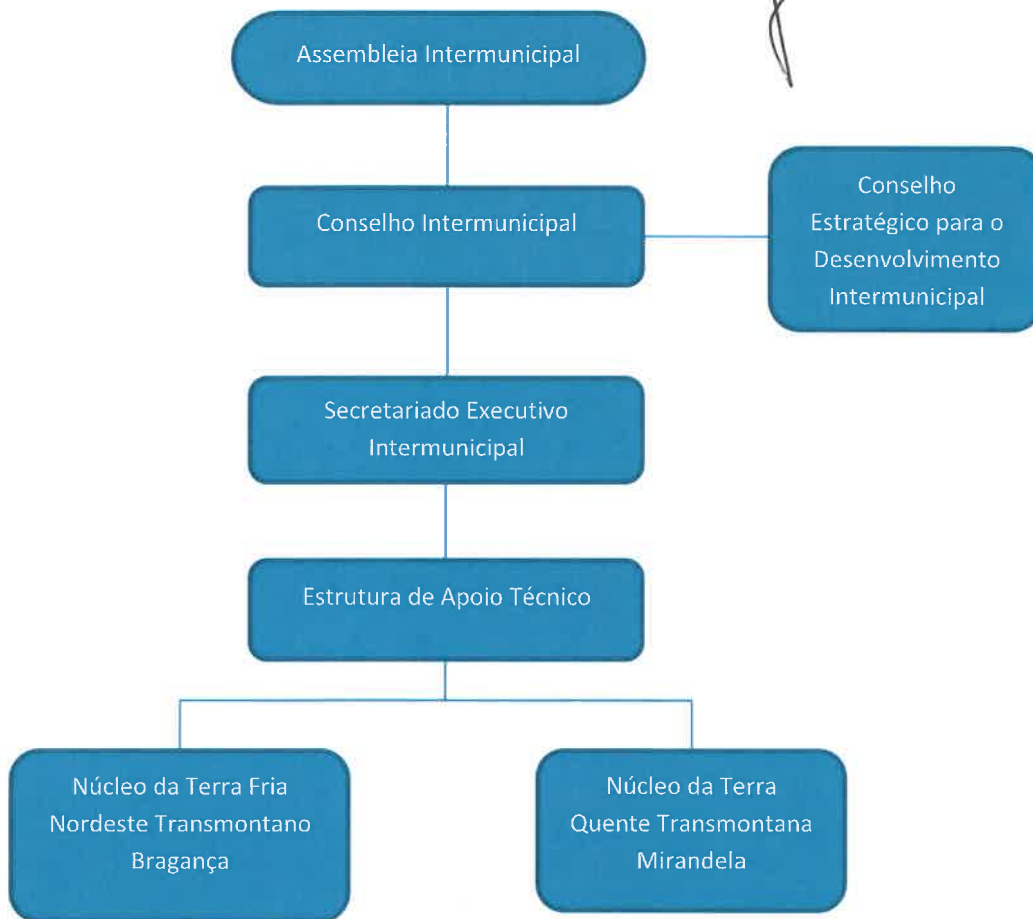
Em 2020 a CIM-TTM passou a aplicar o referencial contabilístico SNC-AP, sendo a data de transição para o novo referencial contabilístico o dia 1 de janeiro de 2020.

c) Comentário do órgão de gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso

Os depósitos de garantias e cauções referem-se a montantes retidos nos pagamentos a fornecedores.

d) Valores de caixa e depósitos bancários

Relativamente ao modelo organizacional de gestão a CIM-TTM é composta pela Assembleia Intermunicipal, pelo Conselho Intermunicipal, pelo Secretariado Executivo e pela Estrutura de apoio Técnico.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones.

De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes:

DESAGREGAÇÃO DE CAIXA E DEPÓSITOS

(Cim Das Terras de Trás - Os - Montes)

PERÍODO	2025-01-01 - 2025-12-31
DO ANO CONTABILÍSTICO	2025

Conta	Designação	2024			2024
		Débito	Crédito	Saldo	
11	Caixa	210,57 €	0,00 €	210,57 €	210,57 €
12	Depósitos à ordem	10 490 413,40 €	6 069 818,92 €	4 420 594,48 €	3 309 106,30 €
12.1	Depósitos à ordem no Tesouro				
12.2	Depósitos bancários à Ordem	10 490 413,40 €	6 069 818,92 €	4 420 594,48 €	3 309 106,30 €
13.1	Depósitos a prazo				
13.2	Depósitos consignados				
13.3	Depósitos de garantias e cauções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	TOTAL	10 490 623,97 €	6 069 818,92 €	4 420 805,05 €	1 823 554,55 €

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP Pequenas Entidades), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Outras Políticas contabilísticas relevantes

As políticas contabilísticas relacionadas com o reconhecimento e mensuração de ativos, passivos rendimentos e gastos são apresentadas nas notas anexas em que cada assunto é tratado.

Julgamentos dos órgãos de gestão

Não foram efetuados julgamentos pelos órgãos de Gestão no processo de aplicação das políticas contabilísticas com impacto relevante nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da CIM-TTM, mantidos de acordo com os princípios definidos no sistema de normalização contabilística vigente em Portugal.

Fontes de Incerteza de estimativas

Não existem fontes de incerteza de estimativas apuradas.

Erros materiais de períodos anteriores

Não existem erros materiais apurados de períodos anteriores.

Nota 3 - Ativos intangíveis

O reconhecimento dos ativos intangíveis está sujeito aos requisitos da identificabilidade, do poder de controlar a obtenção de benefícios económicos futuros ou do potencial de serviço e da existência desses mesmos benefícios.

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo.

As depreciações são calculadas a partir do momento em que os bens se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, de acordo com as respetivas estimativas de vida útil.

Em 2025, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes.

Handwritten signatures and initials in blue ink at the top right of the page.

AI - QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO												
(Cm Das Terras de Trás - Os - Montes)												
Período												Ano
01/01/2025												2025
31/12/2025		Visualizar Contas s/ Mov.										Sim
Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final	
			Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais	Diminuições		
A11	Ativos Intangíveis Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	34 016,12 €	173 070,54 €						91 487,80 €		120 089,86 €	
A12	Goodwill											
A13	Projetos de desenvolvimento											
A14	Programas de computador e sistemas de informação	34 016,12 €	173 070,54 €					90 988,80 €			116 097,86 €	
A15	Propriedade industrial e intelectual											
A16	Outros	4 491,00 €	0,00 €					499,00 €			3 992,00 €	
A17	Ativos intangíveis em curso	0,00 €								0,00 €	0,00 €	
TOTAL		38 507,12 €	173 070,54 €					91 487,80 €			120 089,86 €	

AI - DESAGREGAÇÃO DAS ADIÇÕES												
(Cm Das Terras de Trás - Os - Montes)												
Período												Ano
01/01/2024												2024
31/12/2024		Visualizar Contas s/ Mov.										Sim
Rubrica	Designação	Adições									Total	
		internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras		
A11	Ativos Intangíveis Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural		173 070,54 €								173 070,54 €	
A12	Goodwill											
A13	Projetos de desenvolvimento											
A14	Programas de computador e sistemas de informação		173 070,54 €								173 070,54 €	
A15	Propriedade Industrial e intelectual											
A16	Outros											
A17	Ativos intangíveis em curso											
TOTAL			173 070,54 €								173 070,54 €	

AI - VARIAÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS

(Cim Das Terras de Trás - Os - Montes)

Período
01/01/2025
31/12/2025

Ano
2025

Visualizar Contas s/ Mov.	Sim
---------------------------	-----

RUBRICAS [1]	Início do Período				Final do Período			
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada
	[2]	[3]	[4]	[5]=[2]-[3]-[4]	[6]	[7]	[8]	[9]=[6]-[7]-[8]
AI1	Ativos Intangíveis	1 105 704,59 €	1 066 698,47 €		34 016,12 €	1 278 775,13 €	1 157 687,27 €	121 087,86 €
	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural							
AI2	Goodwill							
AI3	Projetos de desenvolvimento	27 675,00 €	27 675,00 €			27 675,00 €	27 675,00 €	0,00 €
AI4	Programas de computador e sistemas de Informação	405 034,70 €	371 018,58 €		34 016,12 €	578 105,24 €	462 007,38 €	116 097,86 €
AI5	Propriedade industrial e intelectual	668 004,89 €	668 004,89 €		0,00 €	668 004,89 €	668 004,89 €	0,00 €
AI6	Outros	4 990,00 €	499,00 €		4 491,00 €	4 990,00 €	998,00 €	3 992,00 €
AI7	Ativos intangíveis em curso	0,00 €			0,00 €			
	TOTAL	1 105 704,59 €	1 067 197,47 €		38 507,12 €	1 278 775,13 €	1 157 687,27 €	120 089,86 €

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas a partir do momento em que os bens se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, de acordo com as respetivas estimativas de vida útil.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Em 2025, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se nos quadros seguintes.

AFT - QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO

(Cim Das Terras de Trás - Os - Montes)

Período
01/01/2025
31/12/2025

Ano
2025

Visualizar Contas s/ Mov.	Sim
---------------------------	-----

Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações no período							Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	
Outros ativos fixos tangíveis	562 597,34 €	98 105,10 €					210 326,86 €		450 375,58 €
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções	51 357,00 €	0,00 €				2 703,00 €		48 654,00 €	
Equipamento básico	101 728,93 €	36 990,18 €				50 418,15 €		88 300,96 €	
Equipamento de transporte	134 242,71 €	0,00 €				51 065,97 €		83 176,74 €	
Equipamento administrativo	172 029,48 €	8 951,57 €				54 520,09 €		126 460,96 €	
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €				0,00 €		0,00 €	
Outros	103 239,22 €	0,00 €				51 619,65 €		51 619,57 €	
Ativos fixos tangíveis em curso		52 163,35 €						52 163,35 €	
TOTAL	562 597,34 €	98 105,10 €				210 326,86 €		450 375,58 €	

AFT - DESAGREGAÇÃO DAS ADIÇÕES

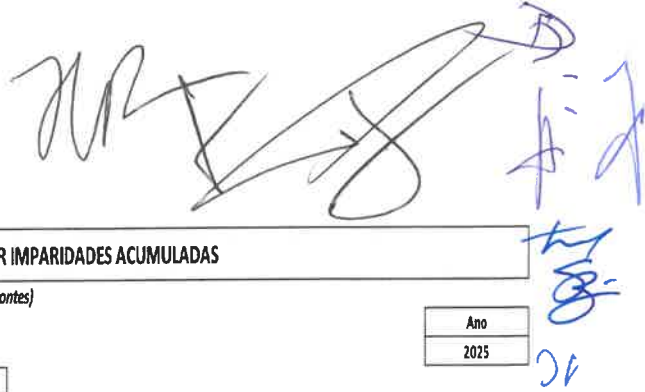
(Cim Das Terras de Trás - Os - Montes)

Período
01/01/2025
31/12/2025

Ano
2025

Visualizar Contas s/ Mov.	Sim
---------------------------	-----

Ativos Fixos Tangíveis	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Outros ativos fixos tangíveis		98 105,10 €									98 105,10 €
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções		0,00 €									0,00 €
Equipamento básico		36 990,18 €									36 990,18 €
Equipamento de transporte		0,00 €									0,00 €
Equipamento administrativo		8 951,57 €									8 951,57 €
Equipamentos biológicos											0,00 €
Outros		0,00 €									0,00 €
Ativos fixos tangíveis em curso		52 163,35 €									52 163,35 €
TOTAL		98 105,10 €									98 105,10 €



AFT - VARIAÇÃO DAS DEPRECIÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS

(Cim Das Terras de Trás - Os - Montes)

Período
01/01/2025
31/12/2025

Ano
2025

Visualizar Contas s/ Mov.	Sim
---------------------------	-----

RUBRICAS [1]	Início do Período				Final do Período			
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
	[2]	[3]	[4]	[5]=[2]-[3]-[4]	[6]	[7]	[8]	[9]=[6]-[7]-[8]
AFT31 Outros ativos fixos tangíveis	4 706 044,58 €	4 143 447,24 €		562 597,34 €	4 804 149,68 €	4 353 774,10 €		450 375,58 €
AFT32 Terrenos e recursos naturais								
AFT33 Edifícios e outras construções	54 060,00 €	2 703,00 €		51 357,00 €	54 060,00 €	5 406,00 €		48 654,00 €
AFT34 Equipamento básico	476 964,20 €	375 235,27 €		101 728,93 €	513 954,38 €	425 653,42 €		88 300,96 €
AFT35 Equipamento de transporte	657 144,72 €	522 902,01 €		134 242,71 €	657 144,72 €	573 967,98 €		83 176,74 €
AFT36 Equipamento administrativo	3 267 061,79 €	3 095 032,31 €		172 029,48 €	3 276 013,36 €	3 149 552,40 €		126 460,96 €
AFT37 Equipamentos biológicos								
AFT37 Outros	250 813,87 €	147 574,65 €		103 239,22 €	250 813,87 €	199 194,30 €		51 619,57 €
AFT38 Ativos fixos tangíveis em curso						52 163,35 €		52 163,35 €
TOTAL	4 706 044,58 €	4 143 447,24 €		562 597,34 €	4 804 149,68 €	4 353 774,10 €		450 375,58 €

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

Os rendimentos decorrentes de transações sem contraprestação são reconhecidos no momento, em que os correspondentes influxos são considerados como ativo, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo. O rendimento é mensurado pela quantia do aumento no ativo reconhecido.

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 14.1 - Rendimentos sem contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do Período Reconhecido em			Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	2024	2025		Início do Período	Final do Período	
	Resultados	Resultados	Património líquido			
Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Derrama						
Imposto municipal sobre imóveis						
Imposto único de circulação						
Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Loteamentos e obras						
Ocupação da via pública						
Publicidade						
Taxa municipal de direitos de passagem						
Taxa de depósito da ficha técnica de habitação						
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis						
Outros						
Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e outras penalidades						
Outras multas e penalidades						
Transferências e subsídios correntes obtidos	5 007 450,26	5 188 423,03	0,00	263 236,45	20 336,85	0,00
Estado	409 417,00	430 026,00				
Serviços e fundos Autónomos	851 886,64	1 812 477,30				
Administração Local	1 796 703,69	1 083 693,59		263 236,45	20 336,85	
Projetos co-financiados	1 949 442,93	1 862 226,14				
Outros	0,00	0,00				
Reversões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De perdas por imparidade						
De provisões						
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	626 661,40	298 896,50				
TOTAL	5 634 111,66	5 487 319,53	0,00	263 236,45	20 336,85	0,00

Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato

Não existem factos relevantes a serem tratados, embora a invasão da Rússia à Ucrânia, a guerra entre Israel e o Hamas e mais recentemente a guerra dos EUA no Irão tenham impacto no aumento do preço das matérias-primas bem como da energia e dos juros que podem vir a ser penalizadores no futuro.

Apesar destas contingências, a sua continuidade não está posta em causa.

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

Nota 18 – Instrumentos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, pelo seu justo valor, sendo a mensuração subsequente feita pelo custo amortizado.

Em 2025, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos instrumentos financeiros encontra-se nos quadros seguintes.

Quadro 18.1 - Ativos Financeiros

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por Imparidade	Outras	
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	1 632 125,10	0,00		0,00	1 224 283,03	0,00		0,00	1 483 059,34	1 373 348,79
Outros ativos financeiros:										0,00
Outros investimentos financeiros	5 308,18	0,00								5 308,18
Outras contas a receber	1 626 816,92				1 224 283,03				1 483 059,34	1 368 040,61
TOTAL	1 632 125,10	0,00	0,00	0,00	1 224 283,03	0,00	0,00	0,00	1 483 059,34	1 373 348,79

Quadro 18.2 - Passivos Financeiros

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
		Aquisições	Ganhos de justo valor	Outros	Liquidações	Perdas de justo valor	Outras	
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	1 097 094,14	5 233 367,21		1 797 891,12	5 203 967,39		1 089 735,51	1 834 649,57
Outros passivos financeiros:								0,00
Fornecedores	149,10	4 754 150,68		0,00	4 728 177,90		0,00	26 121,88
Estado e outros entes públicos	7 209,53	207 241,89			203 814,85			10 636,57
Fornecedores de Investimentos	0,00	271 974,64			271 974,64			0,00
Outras contas a pagar	1 089 735,51	0,00		1 797 891,12	0,00		1 089 735,51	1 797 891,12
TOTAL	1 097 094,14	5 233 367,21	0,00	1 797 891,12	5 203 967,39	0,00	1 089 735,51	1 834 649,57

Nota 19 – Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados classificam-se em:

a) Benefícios de curto-prazo - Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).


O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações deve ser relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/construtiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade).

b) Benefícios de cessação - Resultam de benefícios pagos em consequência de decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2025 e em 31/12/2024 foi de 18 e 14 respetivamente.

A 31/12/2025 não existem funcionários a usufruir de benefícios pós emprego relativamente a planos de contribuição definida.

A repartição dos “Gastos com pessoal” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:



Gastos com Pessoal		
Rubrica	2025	2024
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	1 125,60 €	2 288,00 €
Abonos variáveis ou eventuais	1 125,60 €	2 288,00 €
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	68 965,05 €	69 177,06 €
Remunerações certas e permanentes	67 533,58 €	66 152,90 €
Abonos variáveis ou eventuais	1 431,47 €	3 024,16 €
Remunerações do pessoal	393 977,28 €	312 729,59 €
Remunerações certas e permanentes	363 570,61 €	295 771,59 €
Abonos variáveis ou eventuais	30 406,67 €	16 958,00 €
Encargos sobre remunerações	103 284,87 €	83 761,49 €
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	4 773,15 €	4 293,19 €
Outros gastos com pessoal	25,99 €	881,80 €
TOTAL	572 151,94 €	473 131,13 €

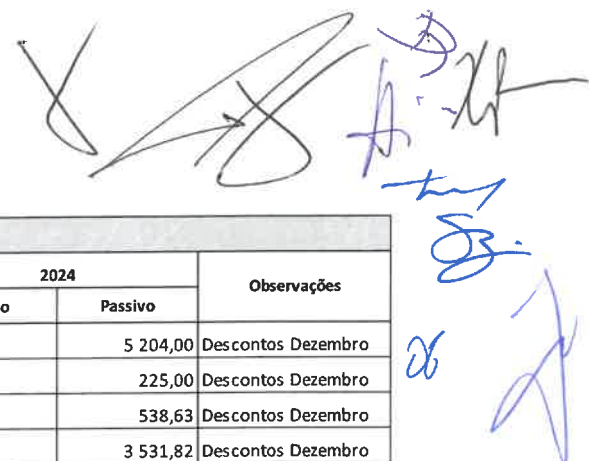
Nota 23 - outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do período:

- Património Líquido

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
51 Património	1 890 741,98	0,00	0,00	1 890 741,98
Reservas:				0,00
55.1 Legais	115 769,54	0,00	0,00	115 769,54
Resultados transitados:				0,00
56.1 De anos anteriores	17 197,06	932 362,66	0,00	949 559,72
Outras variações no património líquido:				0,00
59.3 Transferências e Subsídios de capital	683 689,56	239 110,63	363 020,00	559 780,19
				0,00
Sub Total	2 707 398,14	1 171 473,29	363 020,00	3 515 851,43
88 Resultado Líquido	932 362,66	225 981,75	932 362,66	225 981,75
Total Fumdos Próprios	3 639 760,80	1 397 455,04	1 295 382,66	3 741 833,18

O aumento verificado nos Resultados Transitados reflete a afetação do resultado líquido do ano de 2024. Já os valores registados em transferências e subsídios de capital refletem os subsídios obtidos para aquisição de bens de capital. As diminuições provêm da afetação do resultado líquido e da especialização dos subsídios ao investimento.

- Estado e outros entes públicos



Estado e Outros Entes Públicos						
Conta	Designação	2025		2024		Observações
		Activo	Passivo	Activo	Passivo	
2421	IRS Trabalho Dependente		3 778,00		5 204,00	Descontos Dezembro
2422	IRS Trabalho Independente		0,00		225,00	Descontos Dezembro
245111	Caixa Geral de Aposentações		527,29		538,63	Descontos Dezembro
245112	IGFSS - TSU		2 285,42		3 531,82	Descontos Dezembro
24521	ADSE		811,27		1 137,12	Descontos Dezembro
	Total		7 401,98		10 636,57	

Os valores registados correspondem aos descontos do mês de dezembro a liquidar em janeiro.

A 31 de dezembro de 2025 não se verifica qualquer dívida em mora ao estado.

- Diferimentos

Descrição	2025	2024
Gastos a reconhecer	3 534,67	2 343,42
Total	2 343,42	2 148,56

Gastos a reconhecer – Valor do seguro de acidentes no trabalho a reconhecer no ano de 2025.

Descrição	2025	2024
Transferências e subsídios a reconhecer	449 274,59	197 145,28
Total	449 274,59	197 145,28

- Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Trabalhos especializados	699 403,25	605 206,42
Publicidade e propaganda	83 280,59	44 500,99
Honorários	0,00	0,00
Conservação e reparação	418,55	339,74
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	868,75	907,73
Livros e documentação técnica	0,00	0,00
Material de escritório	690,11	615,79
Artigos para oferta de publicidade e divulgação	24 490,40	30 899,99
Outros materiais diversos de consumo	1 671,11	2 723,99
Combustíveis e lubrificantes	4 198,49	3 936,32
Deslocações e estadas	21 430,26	17 130,40
Transportes	1 766 283,54	835 947,67
Rendas e alugueres	3 169,99	2 318,00
Comunicação	5 264,43	7 869,51
Seguros	1 441,07	1 693,42
Despesas de representação	2 316,23	2 134,89
Outros serviços	18 485,19	37 179,52
Total	2 633 411,96	1 593 404,38

– Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Outros Gastos	0,00	18 627,38
Total	0,00	18 627,38

– Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Outros	331 476,34	439 404,41
Imputação subsídios ao investimento	298 896,50	417 258,70
Outros	32 579,84	22 145,71
Total	331 476,34	439 404,41

– Juros, dividendos e outros rendimentos similares

A rubrica de “Juros, dividendos e outros rendimentos similares” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Juros obtidos	2,77	2,62
Total	2,73	2,62

– Transferências e subsídios obtidos

A rubrica de “Transferências e subsídios obtidos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Transferências correntes obtidos	5 894 915,66	5 987 844,78
Total	5 894 915,66	5 987 844,78

– Transferências e subsídios concedidos

A rubrica de “Transferências e subsídios concedidos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Transferências correntes concedidas	2 493 034,46	2 948 687,77
Total	2 493 034,46	2 948 687,77

- Contabilidade analítica

A contabilidade analítica está dividida em duas funções, funções gerais que comportam os gastos que não se associam a projetos e as atividades que comportam os gastos e proveitos, imputados através de centro de custo, a projetos cofinanciados.

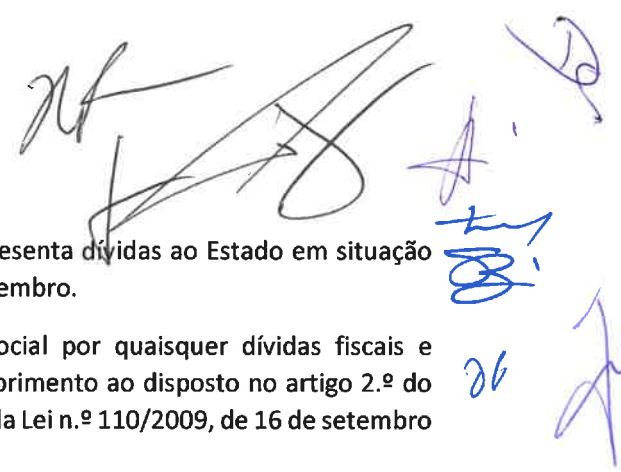
BALANCETE ANALÍTICO DO PLANO ANALÍTICO

Ano	Período	Emissão
2025	Janeiro - Apuramento	31/12/2025

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA		DO PERÍODO		ACUMULADO		SALDO	
		DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO
Código	Designação						
		7 389 083,96 €	7 615 065,71 €	7 389 083,96 €	7 615 065,71 €	- €	225 981,75 €
92	CUSTOS DE ESTRUTURA	1 112 285,41 €	1 110 865,64 €	1 112 285,41 €	1 110 865,64 €	1 419,77 €	- €
92.1	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1 112 285,41 €	1 110 865,64 €	1 112 285,41 €	1 110 865,64 €	1 419,77 €	- €
92.1.1	FUNÇÕES GERAIS	1 112 285,41 €	1 110 865,64 €	1 112 285,41 €	1 110 865,64 €	1 419,77 €	- €
92.1.1.1	SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1 112 285,41 €	1 110 865,64 €	1 112 285,41 €	1 110 865,64 €	1 419,77 €	- €
92.1.1.1.1	ADMINISTRACAO GERAL	1 112 285,41 €	1 110 865,64 €	1 112 285,41 €	1 110 865,64 €	1 419,77 €	- €
93	ACTIVIDADE	6 276 798,55 €	6 504 200,07 €	6 276 798,55 €	6 504 200,07 €	- €	227 401,52 €
93.1	PROJETOS FINANCIADOS	6 276 798,55 €	6 504 200,07 €	6 276 798,55 €	6 504 200,07 €	- €	227 401,52 €
93.1.1	PROJETOS	6 276 798,55 €	6 504 200,07 €	6 276 798,55 €	6 504 200,07 €	- €	227 401,52 €
93.1.1.1	FEDER	437 032,85 €	1 358 035,25 €	437 032,85 €	1 358 035,25 €	- €	921 002,40 €
93.1.1.1.01	NORTE-10-6177-FEDER-00028	- €	45 340,09 €	- €	45 340,09 €	- €	45 340,09 €
93.1.1.1.02	NORTE-09-0550-FEDER-000089	141 542,32 €	355 010,66 €	141 542,32 €	355 010,66 €	- €	213 468,34 €
93.1.1.1.03	NORTE-09-0550-FEDER-000036	1 684,59 €	5 044,74 €	1 684,59 €	5 044,74 €	- €	3 360,15 €
93.1.1.1.04	NORTE-09-0550-FEDER-000044	39 668,94 €	- €	39 668,94 €	- €	39 668,94 €	- €
93.1.1.1.05	NORTE-10-6177-FEDER-000047	- €	30 269,79 €	- €	30 269,79 €	- €	30 269,79 €
93.1.1.1.06	NORTE-06-3928-FEDER-000043	13 860,76 €	38 688,23 €	13 860,76 €	38 688,23 €	- €	24 827,47 €
93.1.1.1.08	NORTE-02-0853-FEDER-000083	- €	3 179,70 €	- €	3 179,70 €	- €	3 179,70 €
93.1.1.1.09	NORTE-06-3928-FEDER-000073	82 809,93 €	261 901,14 €	82 809,93 €	261 901,14 €	- €	179 091,21 €
93.1.1.1.10	NORTE-04-2114-FEDER-000231	- €	7 057,12 €	- €	7 057,12 €	- €	7 057,12 €
93.1.1.1.11	NORTE-04-2114-FEDER-000399	- €	29 928,60 €	- €	29 928,60 €	- €	29 928,60 €
93.1.1.1.12	NORTE-10-6177-FEDER-000070	- €	32 793,01 €	- €	32 793,01 €	- €	32 793,01 €
93.1.1.1.14	NORTE-09-0550-FEDER-000218-SMART REGION	8 147,77 €	10 206,06 €	8 147,77 €	10 206,06 €	- €	2 058,29 €
93.1.1.1.16	NORTE-10-6177-FEDER-000083	3 179,70 €	16 340,87 €	3 179,70 €	16 340,87 €	- €	13 161,17 €
93.1.1.1.18	NORTE-04-2114-FEDER-000517	- €	8 771,06 €	- €	8 771,06 €	- €	8 771,06 €
93.1.1.1.22	NORTE-10-6177-FEDER-000096	41 230,70 €	179 751,79 €	41 230,70 €	179 751,79 €	- €	138 521,09 €
93.1.1.1.23	NORTE-06-3928-FEDER-000178	16 030,28 €	72 607,78 €	16 030,28 €	72 607,78 €	- €	56 577,50 €
93.1.1.1.24	NORTE-06-3928-FEDER-000240	83 770,90 €	83 770,90 €	83 770,90 €	83 770,90 €	- €	- €
93.1.1.1.26	NORTE-10-6177-FEDER-000013	- €	35 925,41 €	- €	35 925,41 €	- €	35 925,41 €
93.1.1.1.27	NORTE2030-FEDER-01253400	- €	113 309,47 €	- €	113 309,47 €	- €	113 309,47 €
93.1.1.1.29	NORTE2030-FEDER-02179200	5 106,96 €	4 340,92 €	5 106,96 €	4 340,92 €	766,04 €	- €
93.1.1.1.30	POAT-01-6177-FEDER-000429	- €	23 797,91 €	- €	23 797,91 €	- €	23 797,91 €
93.1.1.2	FSE	213 934,91 €	805 218,12 €	213 934,91 €	805 218,12 €	- €	591 283,21 €
93.1.1.2.04	NORTE-08-5266-FSE-000152	352,80 €	- €	352,80 €	- €	352,80 €	- €
93.1.1.2.10	NORTE-09-5762-FSE-000075	181 774,59 €	181 774,59 €	181 774,59 €	181 774,59 €	- €	- €
93.1.1.2.13	NORTE2030-FSE+-01702100	- €	567 216,33 €	- €	567 216,33 €	- €	567 216,33 €
93.1.1.2.14	NORTE2030-FSE+-02457500	8 683,52 €	- €	8 683,52 €	- €	8 683,52 €	- €
93.1.1.2.15	NORTE2030-FSE+-02488400	23 124,00 €	27 517,56 €	23 124,00 €	27 517,56 €	- €	4 393,56 €
93.1.1.2.16	PP1_NORTE2030-FSE+-02457500	- €	13 409,64 €	- €	13 409,64 €	- €	13 409,64 €
93.1.1.2.17	PP1_NORTE2030-FSE+-02791000	- €	15 300,00 €	- €	15 300,00 €	- €	15 300,00 €
93.1.1.3	FC	15 370,69 €	15 370,69 €	15 370,69 €	15 370,69 €	- €	- €
93.1.1.3.03	POSEUR-03-2215-FC-000164	15 370,69 €	15 370,69 €	15 370,69 €	15 370,69 €	- €	- €
93.1.1.9	ATIVIDADES DIVERSAS	5 610 460,10 €	4 325 576,01 €	5 610 460,10 €	4 325 576,01 €	1 284 884,09 €	- €
93.1.1.9.02	PART	1 565 326,25 €	98 097,57 €	1 565 326,25 €	98 097,57 €	1 467 228,68 €	- €
93.1.1.9.03	COMPENSAÇÕES	3 177 039,03 €	1 737 749,86 €	3 177 039,03 €	1 737 749,86 €	1 439 289,17 €	- €
93.1.1.9.05	0595-DISCOVER-DUERO-DOURO-2-E	- €	3 746,13 €	- €	3 746,13 €	- €	3 746,13 €
93.1.1.9.09	CF N.º 148*PRR/GEPAC/2023	150 489,27 €	144 740,75 €	150 489,27 €	144 740,75 €	5 748,52 €	- €
93.1.1.9.10	0117 AGRO HUB 2 E	12 171,29 €	18 760,17 €	12 171,29 €	18 760,17 €	- €	6 588,88 €
93.1.1.9.11	INCENTIVA + TP	- €	1 589 867,76 €	- €	1 589 867,76 €	- €	1 589 867,76 €
93.1.1.9.12	0247 IN GENIOS DUERO DOURO 2 E	114 177,48 €	95 874,01 €	114 177,48 €	95 874,01 €	18 303,47 €	- €
93.1.1.9.13	USE4FOREST	3 927,68 €	9 266,50 €	3 927,68 €	9 266,50 €	- €	5 338,82 €
93.1.1.9.14	0110 OET DURIUS 2 E	3 755,49 €	14 142,08 €	3 755,49 €	14 142,08 €	- €	10 386,59 €
93.1.1.9.15	P077423 - TURISMO INTELIGENTE	7 201,83 €	5 041,28 €	7 201,83 €	5 041,28 €	2 160,55 €	- €
93.1.1.9.16	Operação 5265 - Cadastro da propriedade rútica	- €	1 649,98 €	- €	1 649,98 €	- €	1 649,98 €
93.1.1.9.17	Aviso 01/c19-i08/2024: Plataformade Gestão Urb	267 500,00 €	295 000,00 €	267 500,00 €	295 000,00 €	- €	27 500,00 €
93.1.1.9.18	S2/2.7/E0319 - RESILIENT VINES GERAL	- €	7 507,42 €	- €	7 507,42 €	- €	7 507,42 €
93.1.1.9.99	GERAL	308 871,78 €	304 132,50 €	308 871,78 €	304 132,50 €	4 739,28 €	- €
TOTAL:		6 257 129,83 €	6 897 257,36 €	6 257 129,83 €	6 897 257,36 €	2 937 469,67 €	1 652 585,58 €

- Divulgações exigidas por diplomas legais

Nos termos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é necessária a Revisão e Certificação Legal das contas anuais da CIM-TTM. Os honorários do Revisor Oficial de Contas do período de 2025 foram de € 2.880,00.



O Conselho Intermunicipal informa que a CIM-TTM não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

A CIM-TTM não é devedora ao Estado e à Segurança Social por quaisquer dívidas fiscais e contributivas em situação de mora. Dá-se deste modo cumprimento ao disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro, e no artigo 210.º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro (Código Contributivo).

- Proposta de aplicação de resultados

A CIM-TTM apresenta um resultado líquido positivo, no valor de 225.981,75 Euros pelo que se propõe a seguinte aplicação de resultados:

Resultados Transitados: 225.981,75€

- Termo de responsabilidade

O Conselho Intermunicipal e o Contabilista Certificado, confirmam que à data de 31 de dezembro de 2025:

- Não existem quaisquer responsabilidades com garantias, hipotecas e penhores a favor e terceiros;
- Não existem processos concluídos ou em curso (em fase de recurso hierárquico ou judicial) contra a CIM-TTM, decorrente de levantamentos processuais referentes a contingências fiscais, legais ou laborais, ou de outra natureza, para os quais a CIM-TTM, no âmbito do SNC-AP, seja obrigada a constituir ou divulgar as respetivas responsabilidades nas suas demonstrações financeiras.

Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à entidade ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

Bragança, 8 de abril de 2026

A DIREÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Handwritten notes in black and blue ink, including the word "not" and various scribbles.

5 Demonstrações Orçamentais

5.1 Demonstração do Desempenho Orçamental

Periodicidade : Mensal	DOGRC - DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL	Acumulados : S	Mag. : 2025
Período : 2023/01/01 C 2025/12/31 C	Cim Das Terras de Trás - Os - Montes		1

RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (m)					TOTAL	2024
		R P	R G	U E	EMDE	F. ALHEIOS		
RA01	Saldo de gerência anterior	2.435.383,24					2.435.383,24	1.765.187,53
R101	Operações Orçamentais (1)	2.435.383,24					2.435.383,24	979.416,84
R102	Devolução do saldo oper. orçamentais							
R104	Recebimento do saldo devolvido por terceiros entidades							
R103	Operações de tesouraria (A)					873.933,63		873.933,63
RA02	Receita corrente	6.792.167,12					6.792.167,12	785.770,60
R1	Receita fiscal							
R1.1	Impostos diretos							
R1.1.1	Impostos indiretos							
R1.2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistema de saúde							
R3	Taxas, multas e outras penalidades							
R4	Rendimentos de propriedade	2,77					2,77	2,62
R5	Transferências e subsídios correntes	6.759.584,51					6.759.584,51	5.596.330,06
R5.1	Transferências correntes	6.759.584,51					6.759.584,51	5.596.330,06
R5.1.1	Administrações Públicas	6.759.584,51					6.759.584,51	5.596.330,06
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	5.675.890,92					5.675.890,92	3.569.179,73
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							
R5.1.1.3	Segurança Social							
R5.1.1.4	Administração Regional							
R5.1.1.5	Administração Local	1.083.693,59					1.083.693,59	2.027.153,33
R5.1.2	Exterior - U E							
R5.1.3	Outras							
R5.2	Subsídios correntes							
R6	Venda de bens e serviços							
R7	Outras receitas correntes	32.579,84					32.579,84	43.261,06
RA03	Receita de capital	64.123,50					64.123,50	334.226,66
R8	Venda de bens de investimento							
R9	Transferências e subsídios de capital	64.123,50					64.123,50	334.226,66
R9.1	Transferências de capital	64.123,50					64.123,50	334.226,66
R9.1.1	Administrações Públicas	64.123,50					64.123,50	334.226,66
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	64.123,50					64.123,50	209.956,36
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							
R9.1.1.3	Segurança Social							
R9.1.1.4	Administração Regional							
R9.1.1.5	Administração Local							
R9.1.2	Exterior - U E							
R9.1.3	Outras							
R9.2	Subsídios de capital							
R10	Outras receitas de capital							
RA04	Receita efetiva (2)	6.856.290,62					6.856.290,62	5.973.870,40
R11	Reposições não abtidas aos pagamentos							
RA05	Receita não efetiva (3)							
R12	Receita com ativos financeiros							
R13	Receita com passivos financeiros							
RA06	Como (4) - (1) + (2) + (3)	3.291.673,86					3.291.673,86	6.953.237,24
RA07	Operações de tesouraria (B)					325.744,45		360.073,94
DA01	Despesa corrente	5.419.261,75					5.419.261,75	4.344.093,93
DI	Despesas com o pessoal	546.886,35					546.886,35	468.250,64
DI.1	Remunerações Certas e Permanentes	412.882,34					412.882,34	360.128,85

* Os documentos, recebimentos, assim como os saldos deverão estar discriminados de acordo com os anexos de fontes de financiamento.

Periodicidade : Mensal
Período :

DOORC - DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL
Cim Das Terras de Trás - Os - Montes

Pág. : 2
Ano : 2025

Acumulados : S

Período : 2025/01/01 C 2025/12/31 C

Euros

RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					TOTAL	2024
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS		
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	31.480,14					31.480,14	19.923,37
D1.3	Segurança social	102.523,87					102.523,87	88.198,42
D3	Aquisição de bens e serviços	2.171.985,14					2.171.985,14	1.627.301,22
D4	Juros e outros encargos							
D4.1	Transferências e subsídios correntes	2.700.390,26					2.700.390,26	2.248.542,07
D4.1.1	Transferências correntes	2.700.390,26					2.700.390,26	2.248.542,07
D4.1.1.1	Administrações Públicas	183.271,21					183.271,21	209.224,20
D4.1.1.1.1	Administração Central - Estado							
D4.1.1.1.2	Português	15.370,69					15.370,69	45.836,82
D4.1.1.1.3	entidades							
D4.1.1.1.4	Segurança Social							
D4.1.1.1.5	Administração Regional							
D4.1.1.2	Administração Local	167.900,52					167.900,52	163.387,38
D4.1.1.3	Entidades do Setor Não Lucrativo							
D4.1.1.4	Famílias							
D4.1.1.5	Outras							
D4.2	Subsídios Correntes	2.517.119,05					2.517.119,05	2.039.317,87
D5	Outras despesas correntes							
DA02	Despesa de capital	271.175,64					271.175,64	173.760,07
D6	Aquisição de bens de capital	271.175,64					271.175,64	173.760,07
D7	Transferências e subsídios de capital							
D7.1	Transferências de capital							
D7.1.1	Administrações Públicas							
D7.1.1.1	Administrações Públicas							
D7.1.1.1.1	Administração Central - Estado							
D7.1.1.1.2	Português							
D7.1.1.1.3	entidades							
D7.1.1.1.4	Segurança Social							
D7.1.1.1.5	Administração Regional							
D7.1.1.2	Administração Local							
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo							
D7.1.3	Famílias							
D7.1.4	Outras							
D7.2	Subsídios de capital							
D8	Outras despesas de capital							
DA03	Despesa efetiva [5]	5.690.437,39					5.690.437,39	4.517.854,00
DA04	Despesa não efetiva [6]							
O9	Despesa com ativos financeiros							
D10	Despesa com passivos financeiros							
DA05	Soma [7]-[5]+[6]	5.690.437,39					5.690.437,39	4.517.854,00
D0T1	Operações de tesouraria [C]							
DA06	Saldo para a gerência seguinte	3.601.236,47					3.601.236,47	3.309.316,87
DA07	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	3.601.236,47					3.601.236,47	2.435.383,24
DA08	Operações de tesouraria [D] = [A]-[B]-[C]							
DA09	Saldo global [2] - [5]	1.165.853,23					1.165.853,23	873.933,63
DA10	Despesa primária	5.690.437,39					5.690.437,39	1.455.966,40
DA11	Saldo corrente	1.372.905,37					1.372.905,37	1.295.499,81
DA12	Saldo de capital	-207.052,14					-207.052,14	160.466,59
DA13	Saldo primário	1.165.853,23					1.165.853,23	1.455.966,40
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	9.291.673,86					9.291.673,86	6.953.237,24
DA15	Despesa total [5] + [6]	5.690.437,39					5.690.437,39	4.517.854,00

* Os pagamentos, recebimentos, assim como os saldos deverão estar discriminados de acordo com os grupos de fontes de financiamento.

Handwritten signatures and initials at the top left of the page.

Handwritten signature at the bottom left of the page.

Período : 31/12/2011 C Visualizar Contas e Mtr. 1 0 Formulador : 3
 Pág. : 1
 Ano : 2012

Razão	Destinação	Previsão corrigida	Previsão por liquidar	Receitas por conta de período anteriores	Anexos liquidados	Liquidações em curso	Receitas brutas	Receitas e Restrições		Receitas cobradas líquidas		Recebimentos diferidos	Bancas por cobrar no final do período	Liquidações de períodos futuros				
								Receitas	Restrições	Período anterior	Período corrente			Total	(n-1)	(n-2)	(n-3)	(n-4)
0101	Verbas de bens																	
010101	Merchandises																	
010102	Depreciação, amortizações e reduções																	
010103	Produtos acabados e inacabados																	
010104	Services																	
010105	Services sociais, recreativos, culturais e de desporto																	
010106	Services recreativos																	
010107	Services culturais																	
010108	Services específicos de atividades																	
010109	Transportes coletivos de pessoas e mercadorias																	
010110	Bordas	24.644,65	34.046,81		32.576,84	32.576,84	32.576,84			32.576,84								
010111	Outras receitas correntes	24.644,65	34.046,81		32.576,84	32.576,84	32.576,84			32.576,84								
010112	Outras	24.644,65	34.046,81		32.576,84	32.576,84	32.576,84			32.576,84								
010113	Outras	24.644,65	34.046,81		32.576,84	32.576,84	32.576,84			32.576,84								
010114	Subsidios																	
010115	RECEITA CORRENTE	1.554.467,47	1.874.741,77		64.123,51	64.123,51	64.123,51			64.123,51								
010116	Verba de bens de investimento																	
010117	Terrenos																	
010118	Edifícios																	
010119	Edifícios																	
010120	Outros bens de investimento																	
010121	Sociedades e quasi-sociedades não financeiras																	
010122	Sociedades financeiras																	
010123	Administrativa Pública - Administração central - Estado																	
010124	Administrativa Pública - Administração central - Serviços e fundos autônomos																	
010125	Administrativa Pública - Administração regional																	
010126	Administrativa Pública - Administração local - Municípios																	
010127	Administrativa Pública - Segurança social																	
010128	Indicadores sem fins lucrativos																	
010129	Fundação																	
010130	Banco do mundo - União Europeia																	
010131	Banco do mundo - Países terceiros e organizações internacionais																	
010132	Transferências de capital																	
010133	Sociedades e quasi-sociedades não financeiras	2.324.487,27	1.874.741,77		64.123,51	64.123,51	64.123,51			64.123,51								
010134	Sociedades financeiras																	
010135	Sociedades financeiras																	
010136	Sociedades financeiras	2.324.487,27	1.874.741,77		64.123,51	64.123,51	64.123,51			64.123,51								
010137	Estado - Participação capitalizada em projetos financiados por serviços e fundos autônomos																	
010138	Administrativa regional																	
010139	Total	37.641.627,53	44.145.016,12	241.236,45	4.643.743,82	352,80	1.851.603,42	352,80	352,80	1.453.054,17	64.123,51		24.206,45					

Handwritten signatures and initials in blue ink at the top left of the page.

PROGNOZA DEVENIRULUI SI RISCUL

Numarator: 1000
Denominator: 1000

Categorie	Descriere	Unitate	Anul 2010		Anul 2011		Anul 2012		Anul 2013		Anul 2014		Anul 2015		Anul 2016		Anul 2017		Anul 2018
			Valoare	Indice	Valoare	Indice	Valoare	Indice	Valoare	Indice	Valoare	Indice	Valoare	Indice	Valoare	Indice			
1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000	1000
1001
1002
1003
1004
1005
1006
1007
1008
1009
1010
1011
1012
1013
1014
1015
1016
1017
1018
1019
1020

5.5 DTAS – Dívidas a Terceiros por Antiquidade de Saldos

2024/03/27
Humberto

Período : 2125/31/01 C 2025/12/31 C Visualizar Contas e Mov. e S. [Periodicidade Mensal] > Período Mensal Após Apuramento dos Resultados

DTAS - DIVIDAS A TERCEIROS POR ANTIGUIDADE DE SALDOS

119. : 1
Ano : 2125

Suavos

Designação	Passivo	Dívida Vincenda		Internos de Antiquidade da dívida vencida (em dias) (C)				Exceder	Pagamentos em atraso (B)=[13]+[4]-[9]	Total dívida por natureza no despesa	
		Curto prazo (A)	Médio/Longo prazo (B)	<60 (1)	(90-180) (2)	(180-365) (3)	365 (4)			Exceder (9)	Curto prazo (F)=[A]+(C)
Despesas correntes	36.758,45	17.103,60		11.454,85						36.758,45	36.758,45
Despesas de pessoal	11.411,57	10.411,57								10.411,57	11.411,57
Reembolsar certas e permanentes	3.813,23	3.813,23								3.813,23	3.813,23
Alugueres variáveis ou eventuais	592,34	592,34								592,34	592,34
SS - Encargos com saúde											
ASSE e outros da AP											
Outros setores fora da AP											
SS - Contribuições de segurando social											
CGA											
Segurancas social - Bacia geral											
Outras											
SS - Outras											
SS - Outras											
Aquisições de bens e serviços	1.284,23	1.192,33		391,20						1.192,33	1.284,23
Aquisições de bens e serviços	1.284,23	1.192,33		391,20						1.192,33	1.284,23
Alugueres e outros encargos											
Juros e outros encargos											
Transferências correntes	13.062,65			13.062,65						13.062,65	13.062,65
Transferências públicas	13.062,65			13.062,65						13.062,65	13.062,65
Outras transferências correntes											
Subsídios											
Subsídios											
Outras despesas correntes											
Outras despesas correntes											
Despesas de capital											
Aquisições de bens de capital											
Aquisições de bens de capital											
Transferências de capital											
Transferências de capital											
Administracões Públicas											
Outras transferências de capital											
Aquisição de ativos financeiros											
Aquisição de ativos financeiros											
Reembolsos de passivos financeiros											
Reembolsos de passivos financeiros											
Reembolsos de passivos financeiros											
Reembolsos de passivos financeiros											
Outras despesas de capital											
Outras despesas de capital											
Total :	36.758,45	17.103,60		11.454,85						36.758,45	36.758,45



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

Anexo às Demonstrações Orçamentais Para o exercício findo em 31 de dezembro 2025

“As demonstrações orçamentais são uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental de uma entidade. Consequentemente, os objetivos das demonstrações orçamentais de finalidades gerais são o de proporcionar informação acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental. (...)” Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, NCP 26.

Face ao orçamento de uma entidade pública, os registos da contabilidade orçamental nele previstos permitem, por classificação económica, acompanhar o orçamento da despesa e da receita, desde a sua abertura, modificações, execução, até ao encerramento.

As demonstrações orçamentais permitem, nomeadamente: o acompanhamento de todas as fases da receita e da despesa na classe 0 - Contabilidade Orçamental, a verificação através do balancete da contabilidade orçamental do conteúdo das demonstrações orçamentais, conhecer de forma mais simples e direta os cabimentos registados, ou seja, a reserva de dotação orçamental disponível, bem como, o montante daqueles que ainda não se converteram em compromisso, ou seja, assunção perante terceiros da responsabilidade por um possível passivo.

Assim sendo, apresentam-se no anexo às demonstrações orçamentais os seguintes elementos:

- 1 – Alterações orçamentais da receita
- 2 – Alterações orçamentais da despesa
- 3 – Alterações ao plano plurianual de investimentos
- 4 – Operações de tesouraria
- 5.1 – Contratação administrativa – Situação dos contratos
- 5.2 – Contratação administrativa – Adjudicações por tipo de procedimento
- 5.3 – EC Encargos Contratuais
- 6 – Transferências e subsídios – receita
- 7 – Transferências e subsídios - despesa

1 - Alterações orçamentais da receita

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA Cim Das Terras de Trás - Os - Montes	Pág. : 1
PERÍODO : 2125/01/12 C 2015/12/3 C TOTAL DE ALTERAÇÕES PERMITATIVAS I TOTAL DE ALTERAÇÕES MODIFICATIVAS I DO ANO ORÇAMENTAL DE 2015	ORÇAMENTO DO ANO : 2015 I

Tipo de Visualização : APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO Desagregar : 5 Considerar os anos seguintes : Euros

Rubricas (1)	Designação	Tipo (2)	Previsões iniciais (3)	Alterações Orçamentais			Previsões corrigidas (7)=(3)+(4)+ (5)-(6)	Observações (8)
				Inscri./reintorç. (4)	Dimin./ancl. (5)	Créditos espec. (6)		
05	Transferências e subsídios correntes	P/M	3.445.635,21	2.445.710,58	990.000,00		11.153.411,73	
05	Transferências correntes	P/M	3.445.635,21	2.445.710,58	990.000,00		11.153.411,73	
051	Administrações Públicas	P/M	3.445.635,21	2.445.710,58	990.000,00		11.153.411,73	
0511	Administração Central - Estado Português	P/M	1.328.236,66	1.869.584,47			3.797.841,13	
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	P/M	1.328.236,66	1.869.584,47			3.797.841,13	
0613	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	P/M	1.328.236,66	1.869.584,47			3.797.841,13	
061301	ESTADO	P	1.536.445,95	200.000,00			1.736.445,95	
06130199	OUTRAS	P	1.536.445,95	200.000,00			1.736.445,95	
0613019901	DIREÇÃO GERAL DO TESOURO E FINANÇAS	P	1.536.445,95	200.000,00			1.736.445,95	
061306	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	P/M	191.796,67	1.669.584,47			2.061.371,14	
06130601	FEDER (CORRENTE)	P/M	161.552,44	885.908,35			1.047.540,79	
06130602	FSE (CORRENTE)	P/M	24.672,05	421.920,72			451.593,61	
06130603	OUTRAS (CORRENTE)	M	204.561,34	361.675,40			562.236,74	
05115	Administração Local	P/M	7.721.382,55	580.154,11	990.000,00		7.311.576,66	
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	P/M	7.721.382,55	580.154,11	990.000,00		7.311.576,66	
0613	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	P/M	7.721.382,55	580.154,11	990.000,00		7.311.576,66	
061301	CONTINENTE	P/M	7.721.382,55	580.154,11	990.000,00		7.311.576,66	
06130101	MUNICÍPIOS	P/M	7.721.382,55	580.154,11	990.000,00		7.311.576,66	
0613010101	MUNICÍPIO DE ALTAVIEGA DA FE	M	465.905,07	35.533,07			501.438,94	
0613010102	MUNICÍPIO DE BRALGANÇA	M	742.638,05	132.725,64			875.363,69	
0613010103	MUNICÍPIO DE MARCO DE CAVALEIRAS	P/M	1.297.616,38	90.959,20	200.000,00		1.197.575,58	
0613010104	MUNICÍPIO DE MIRASER DO IGUAL	M	738.736,96	43.382,18			782.119,14	
0613010105	MUNICÍPIO DE MIRASERLA	P/M	1.541.340,32	88.029,95	570.000,00		1.051.370,27	
0613010106	MUNICÍPIO DE MOURGADO	P/M	1.081.036,73	56.882,52	220.000,00		911.365,25	
0613010107	MUNICÍPIO DE VILA FLOR	M	404.637,75	36.176,33			440.814,08	
0613010108	MUNICÍPIO DE VIMIEIRO	M	103.536,31	36.910,43			140.446,74	
0613010109	MUNICÍPIO DE VIMRAIS	M	964.130,18	57.548,79			1.021.678,97	
09	Transferências e subsídios de capital	M	255.446,24	3.476.670,57			3.732.136,61	
091	Transferências de capital	M	255.446,24	3.476.670,57			3.732.136,61	
0911	Administrações Públicas	M	255.446,24	3.476.670,57			3.732.136,61	
09111	Administração Central - Estado Português	M	255.446,24	3.476.670,57			3.732.136,61	
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	M	255.446,24	3.476.670,57			3.732.136,61	
1013	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	M	255.446,24	3.476.670,57			3.732.136,61	
101307	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	M	255.446,24	3.476.670,57			3.732.136,61	
10130701	FEDER (CAPITAL)	M	181.631,11	1.513.287,92			2.111.335,03	
10130702	OUTRAS (CAPITAL)	M	66.815,13	1.563.382,65			1.630.197,78	
14	Saldo da Gestão Anterior - Operações Orçamentais	M		551.553,34			551.553,34	
16	SALDO DE GESTÃO ANTERIOR	M		551.553,34			551.553,34	
1611	SALDO ORÇAMENTAL	M		551.553,34			551.553,34	
Total			3.305.105,45	5.826.449,15	990.000,00		14.841.554,60	

(*) NOTAS:
 (2) Tipo - campo de identif. de tipo de alteração:
 P se alteração permutativa
 M se alteração modificativa

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA
Cim Das Ferras de Trás - Or - Montes

Pág. : 2

PERÍODO : 2025/01/01 c 2025/12/31 C TOTAL DE ALTERAÇÕES PERMUTATIVAS | TOTAL DE ALTERAÇÕES MODIFICATIVAS | DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2025 | ORÇAMENTO DO ANO : 2025 |

Tipo de Visualização : APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO Desagregar : 5 Considerar os anos seguintes : Euros

Rubricas (1)	Designação	Tipo (2)	Previsões iniciais (3)	Alterações Orçamentais			Previsões corrigidas (7)=[3]+[4]+ [5]+[6]	Observações (8)
				Inscr./reforc. (4)	Elimin./anzl. (5)	Créditos espec. (6)		
162 01	NA POSSE DO SERVIÇO	M		551.559,34			551.559,34	
Total			3.305.195,45	4.478.082,49	990.080,30		15.873.107,94	

(*) METAS:
(2) Tipo - campo de identif.
do tipo de alteração:
P se alteração permutativa
M se alteração modificativa

2 – Alterações orçamentais da despesa

[Handwritten signatures and initials: "AF", "AF", "AF", "AF"]

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA		Pág. 1
Cim Das Terras de Trás - Oe - Moçicos		
PERÍODO : 2025/01/00 a 2025/12/31 E TOTAL DE ALTERAÇÕES PERMITIVATIVAS 1 TOTAL DE ALTERAÇÕES MODIFICATIVAS 1 DO ANO ORÇAMENTAL DE 2025		(ORÇAMENTO DO ANO : 2025)

Tipo de Visualização : APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO Desagregar : S Considerar as atas seguintes : Escras

Rubricas	Designação	Tipo	Dotações iniciais	Alterações Orçamentais			Dotações corrigidas	Observações
				Inscr./Reforços	Em. Cancelações	Créditos espec.		
(1)		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)-(4)+(5)+(6)	(8)
D1	Despesas com o pessoal	F/M	791.283,17	71.401,42	58.855,66		719.828,93	
D11	Remunerações Certas e Permanentes	F/M	567.225,61	58.855,66	58.855,66		567.225,61	
M1	ADMINISTRAÇÃO	F/M	567.225,61	58.855,66	58.855,66		567.225,61	
M12	CONSELHO INTERMUNICIPAL	F/M	567.225,61	58.855,66	58.855,66		567.225,61	
E1	DESPESAS COM O PESSOAL	F/M	567.225,61	58.855,66	58.855,66		567.225,61	
E101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	F/M	567.225,61	58.855,66	58.855,66		567.225,61	
E10122	GRANDE SOCIAL	F	45.194,89	1.457,70			46.652,59	
E10133	PESSOAL NOS QUADROS - REGIME DE FUNÇÃO PÚBLICA	M	29.476,56		1.047,50		29.429,06	
E10133E1	PESSOAL EM FUNÇÕES	M	29.476,56		1.047,50		29.429,06	
E10134	PESSOAL NOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	M	208.703,52	51.949,28			208.652,24	
E10134E1	PESSOAL EM FUNÇÕES	M	208.703,52	51.949,28			208.652,24	
E10136	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	F/M	121.381,96		54.405,40		66.976,56	
E10136E1	PESSOAL EM FUNÇÕES	F/M	121.381,96		54.405,40		66.976,56	
E10111	REPRESENTAÇÃO	F	13.553,66	448,66	0,14		14.002,46	
E10113	SUBSÍDIO DE REFECÇÃO	M	34.776,00		692,40		35.468,40	
E10114	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E DE NATAL	M	74.127,15		1.519,72		75.646,87	
D12	Montes Variáveis de Despesas	F/M	24.000,00	5.901,40			29.901,40	
M1	ADMINISTRAÇÃO	F/M	24.000,00	5.901,40			29.901,40	
M12	CONSELHO INTERMUNICIPAL	F/M	24.000,00	5.901,40			29.901,40	
E1	DESPESAS COM O PESSOAL	F/M	24.000,00	5.901,40			29.901,40	
E102	MONTES VARIÁVEIS DE EVENTUAIS	F/M	24.000,00	5.901,40			29.901,40	
E10222	HORAS EXTRAPROFissionais	F/M	24.000,00	5.901,40			29.901,40	
E10224	JUÍZAS DE CUSTO	M	4.000,00	4.000,00			8.000,00	
D13	Segurança social	M	112.057,56	1.645,76			113.703,32	
M1	ADMINISTRAÇÃO	M	112.057,56	1.645,76			113.703,32	
M12	CONSELHO INTERMUNICIPAL	M	112.057,56	1.645,76			113.703,32	
E1	DESPESAS COM O PESSOAL	M	112.057,56	1.645,76			113.703,32	
E103	SEGURANÇA SOCIAL	M	112.057,56	1.645,76			113.703,32	
E10305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	M	112.057,56	1.645,76			113.703,32	
E10305E2	SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (GRUP)	M	112.057,56	1.645,76			113.703,32	
E10305E2E2	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL	M	112.057,56	1.645,76			113.703,32	
E10309	SEGUROS	M	5.000,00	1.000,00			6.000,00	
E10309E1	SEGURO DE ACIDENTES NO TRABALHO E DOENÇAS PROFissionais	M	5.000,00	1.000,00			6.000,00	
D2	Aquisição de bens e serviços	F/M	1.631.291,60	1.794.124,59	558.413,62		1.883.809,31	
M1	ADMINISTRAÇÃO	F/M	1.631.291,60	1.794.124,59	558.413,62		1.883.809,31	
M12	CONSELHO INTERMUNICIPAL	F/M	1.631.291,60	1.794.124,59	558.413,62		1.883.809,31	
E1	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	F/M	1.631.291,60	1.794.124,59	558.413,62		1.883.809,31	
E101	AQUISIÇÃO DE BENS	F/M	25.900,00	1.431,29	5.000,00		32.331,29	
E10102	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	M	5.000,00	500,00			5.500,00	
E10102E2	GÁS/LÍQ	M	5.000,00	500,00			5.500,00	
E10103	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	M	500,00	500,00			1.000,00	
E10102	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS	F/M	500,00	1.931,29			2.431,29	
E10105	PREMIOS, COMEMORAÇÕES E OFERTAS	F	18.500,00		5.000,00		23.500,00	
E10103	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	M	500,00	1.500,00			2.000,00	
E10121	DIVERSOS BENS	M	1.000,00	4.000,00			5.000,00	
Total			729.883,17	81.832,71	64.855,66		785.568,54	

(*) NOTAS:
 (1) Tipo - campo de identif. de tipo de alteração:
 F se alteração permutativa
 M se alteração modificativa

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RESPOSTA
 Cur Das Terras do Três - Os - Minas

Pág. : 2

PERÍODO : 2025/01/01 a 2025/12/31 e TOTAL DE ALTERAÇÕES PERMUTATIVAS : TOTAL DE ALTERAÇÕES MODIFICATIVAS : DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2025 (DOCUMENTO DE ADO : 2025)

Tipo de Visualização : APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO Desagregar : 5 Consolidar os anos seguintes : Escus

Rubricas (1)	Designação	Tipo (2)	Dotações iniciais (3)	Alterações Orçamentais			Dotações corrigidas (7)=(3)+(4) -(5)-(6)	Observações (8)
				Inscr./reforces (4)	Ext./anulações (5)	Créditos espec. (6)		
R202	ATIVIDADE DE SERVIÇOS	F/M	2.612.491,69	1.775.693,70	553.415,62		1.834.771,68	
R20203	CONSERVAÇÃO DE BENS	F	501,00	275,45			776,45	
R20209	COMUNICAÇÃO	M	6.204,00	11.214,40			16.418,40	
R20211	TRANSPORTES	F/M	1.877.695,02	154.743,61	31.955,40		2.003.402,23	
R2021101	IDENTICA - TP	F	1.494.201,00	116.793,21			1.610.994,21	
R2021109	OUTROS	F/M	383.494,02	37.950,40	31.955,40		383.495,23	
R20211	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	M	1.501,00	1.001,40			2.502,40	
R20212	SERVÍCIOS	M	1.501,00	501,40			2.002,40	
R20213	DELOCAÇÕES E ESTACIAS	M	14.000,00	1.901,40			21.901,40	
R20214	ESTIMOS, PARCELOS, PROJETOS E CONSULTORIA	F/M	72.002,00	353.302,26			425.304,26	
R2021401	USUÁRIOS	M	20.001,00	4.003,40			24.004,40	
R2021402	PIRSE	M		23.124,40			23.124,40	
R2021403	AÇÕES COLETIVAS	M		225.572,76			225.572,76	
R2021409	OUTROS	F	51.001,00	35.605,40			145.606,40	
R20215	FORMAÇÃO	M	21.001,00	47.987,24			78.988,24	
R20216	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	M	12.000,00	36.254,49			48.254,49	
R20217	PUBLICIDADE	F/M	14.279,03	114.569,22	61.650,40		67.178,15	
R2021701	JOGOS TRADICIONAIS	F/M	17.779,03	135,40	750,40		17.164,23	
R2021707	PUBLICAÇÕES EM DEB	M	501,00	501,40			1.002,40	
R2021709	AÇÕES COLETIVAS	F/M		135.914,22	61.900,40		49.014,12	
R20219	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	F/M	541.847,75	1.028.921,43	455.608,22		1.129.961,46	
R2021907	JOGOS TRADICIONAIS	F/M	13.264,50	415,50	4.941,20		9.738,80	
R2021909	PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS/EXPOSTAS	F	128.013,00	61.000,40			152.013,40	
R2021913	INFORMÁTICA	F	252.351,25		45.599,47		203.353,78	
R2021914	TURISMO INTELIGENTE	M		31.001,40			31.001,40	
R2021915	TERCENÁRIOS INTELIGENTES	F/M		235.051,40	215.250,40		73.801,40	
R2021916	ECOFISMA DO TIA	F/M		31.001,40	67.230,34		22.769,66	
R2021916	PIRSE	F/M		171.442,56	116.793,21		54.655,35	
R2021919	OUTROS	F/M	134.501,00	321.311,87	6.000,40		516.613,27	
R20225	OUTROS SERVIÇOS	M	21.953,60	21.091,20			50.000,00	
R2022502	OUTROS SERVIÇOS - OUTROS	M	21.953,60	21.091,20			50.000,00	
D01	Transferências a sociedades correntes	F/M	2.612.753,61	302.693,65	81.378,20		2.629.285,26	
D01	Transferências correntes	F/M	2.612.753,61	302.693,65	81.378,20		2.629.285,26	
D011	Administrações Públicas	F/M	224.499,62	37.649,65	81.378,20		239.771,27	
D0112	Administração Central - Outras entidades	M	1,00	15.371,69			15.371,69	
D1	ADMINISTRAÇÃO	M	1,00	15.371,69			15.371,69	
D102	CONSELHO INTERMUNICIPAL	M	1,00	15.371,69			15.371,69	
D4	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	M	1,00	15.371,69			15.371,69	
E403	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	M	1,00	15.371,69			15.371,69	
E4031	SERVÍCIOS E FUNDES AUTÔNOMOS- PARTICIPAÇÃO COMUNIT	M	1,00	15.371,69			15.371,69	
D0115	Administração Local	F/M	224.499,62	72.271,46	81.378,20		215.199,58	
D1	ADMINISTRAÇÃO	F/M	224.499,62	72.271,46	81.378,20		215.199,58	
D102	CONSELHO INTERMUNICIPAL	F/M	224.499,62	72.271,46	81.378,20		215.199,58	
D4	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	F/M	224.499,62	72.271,46	81.378,20		215.199,58	
E405	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	F/M	224.499,62	72.271,46	81.378,20		215.199,58	
E40511	CONTINGENTE	F/M	224.499,62	72.271,46	81.378,20		215.199,58	
E405114	ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	F/M	224.499,62	72.271,46	81.378,20		215.199,58	
E40511401	AMOT	F/M	141.108,77	55.271,46	74.018,87		149.168,36	
	Total		3.516.694,94	3.327.176,86	681.288,25		4.744.572,45	

(*) NOTAS:
 (1) Tipo - campo de identif. de tipo de alteração:
 F = alteração permutativa
 M = alteração modificativa

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA
Cm Das Terras de Trás - de - Montez

Pág. 13

PERÍODO : 2025/01/02 a 2025/12/31 | TOTAL DE ALTERAÇÕES PERMUTATIVAS | TOTAL DE ALTERAÇÕES MODIFICATIVAS | DO ANO-CURRIBILÍSTICO DE 2025 | ORÇAMENTO DO ANO : 2025 |

Tipo de Visualização : APENAS AS RUBRICAS ORÇAMENTAIS QUE CONSTAM NA ALTERAÇÃO Desagregar : S Considerar as atas seguintes : Erros

Rubricas (1)	Designação	Tipo (2)	Dotações Iniciais (3)	Alterações Orçamentais			Dotações corrigidas (7)=(3)+(4)- (5)+(6)	Observações (8)
				Alter. Permutativas (4)	Alter. Modificativas (5)	Créditos espec. (6)		
D414	440511403	F	56.383,05		7.554,12		48.829,93	
	440511499	F	1,00	13.000,40			13.001,40	
		F	2.377.253,99	215.250,40			2.592.513,39	
	44	F	2.377.253,99	215.250,40			2.592.513,39	
	4401	F	2.377.253,99	215.250,40			2.592.513,39	
	440112	F	2.377.253,99	215.250,40			2.592.513,39	
D6		F	2.377.253,99	215.250,40			2.592.513,39	
	44	F/M	255.900,00	4.426.478,44	391.234,12		4.287.623,31	
	4401	F/M	255.900,00	4.426.478,44	391.234,12		4.287.623,31	
	440113	F	75.500,00	26.173,23			101.673,23	
	44011365	F	75.500,00	26.173,23			101.673,23	
	4401161	F/M	45.000,00	36.173,23	42.009,70		39.163,42	
	44011611	F/M	45.000,00	36.173,23	42.009,70		39.163,42	
	44011613	F/M	1.500,00	273.312,56	137.634,15		137.818,15	
	440116131	M		7.218,25			7.218,15	
	440116134	F/M		137.634,15	137.634,15			
	440116139	M	1.500,00	128.200,40			130.700,31	
	4401161391	F/M	131.900,00	2.476.515,40	218.349,60		2.359.565,21	
	4401161392	M		56.673,16			56.673,21	
	4401161393	F/M		1.011.699,60	218.349,60		793.350,31	
	44011613931	M		1.386.433,34			1.386.433,14	
	4401161399	M	131.900,00	12.300,40			112.700,31	
	44011613991	M	1.300,00	12.346,40			13.145,31	
	44011613992	M	2.000,00	12.346,40			13.145,31	
	44011613993	F/M		1.536.645,10			1.536.645,21	
	440116139931	F/M		1.536.645,10			1.536.645,21	
	440116139932	M		145.404,20			145.404,21	
	440116139933	F/M		879.450,40			879.450,31	
	440116139934	M		567.160,40			567.160,31	
	440116139935	M		6.900,40			6.900,31	
	Total		6.232.738,58	6.535.904,20	1.037.901,61		11.800.741,37	

(*) MÓDULO:
(1) Tipo = campo de identif.
de tipo de alteração:
F se alteração permutativa
M se alteração modificativa

3 – Alterações ao plano plurianual de investimentos

PROJETO : 2025/11/02.C.2025/11/01 :
 TITULO DE ALTERAÇÕES PERMANENTES 2 - FORMA DE ALTERAÇÕES SUCESSEIVAS 1 - DO ANO CONTABILISTICO DE 2025
 Com Das Recursos de Trib - O - Honoras

Folha : 1
 Ano : 2025

Objetivo	Número de projeto (Código Ano Tipo Natureza)	Descrição	Classificação	Data		Des. atual (5)	Det. corrigida (7)	2024 (8)	2025 (9)	Períodos seguintes			Modificado (14)
				Início (4)	Fim (5)					2026 (10)	2029 (11)	Sucess (11)	
1.		Finanças gerais				214.400,30	3.348.454,48	3.583.349,98	275.157,54			4.034.054,48	
1.1.		Serviços gerais de administração pública				214.400,30	3.348.454,48	3.583.349,98	275.157,54			4.034.054,48	
1.1.1.		Administração geral				214.400,30	3.348.454,48	3.583.349,98	275.157,54			4.034.054,48	
1.1.1.1.		Modernização administrativa				214.400,30	3.348.454,48	3.583.349,98	275.157,54			4.034.054,48	
1.1.1.1.1.	2014 1 13	INVESTIMENTOS EM OBRAS											
1.1.1.1.1.1.	2014 1 13	OUTROS INVESTIMENTOS											
1.1.1.1.1.1.1.	2014 1 13	EQUIPAMENTOS BÁSICOS GERAIS											
1.1.1.1.1.1.1.1.	2021	SOFTWARES INFORMÁTICOS											
1.1.1.1.1.1.1.1.1.	2021 1 1	SOFTWARES GERAIS				190.400,30	132.700,00					13.300,00	
1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	2021 1 1	EQUIPAMENTOS ADMINISTRATIVOS				190.400,30	132.700,00					13.300,00	
1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	2021 1 1	EQUIPAMENTOS ADMINISTRATIVOS GERAIS				2.000,30	22.846,00					11.346,00	
1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	2021 1 1	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA				2.000,30	22.846,00					11.346,00	
1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	2024 1 1	ARQUIVO				2.500,30	130.700,00					128.200,00	
1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	2024 1 1	SISTEMA DE CONTABILIDADE DE DEBITAÇÕES DE TRM				2.500,30	130.700,00					128.200,00	
1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	2025 1 1	SISTEMA DE SERVIÇOS DE E											
1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	2025 1 1	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA											
1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	2025 1 1	DIGITALIZAÇÃO DA ADM. LOCAL											
1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	2025 1 1	SOFTWARES INFORMÁTICOS											
1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.	2025 1 1	SISTEMAS DE INTELIGENTES											
1.	2025 1 1	DIGITALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL											
1.	2025 1 1	EQUIPAMENTOS BÁSICOS											
1.	2025 1 1	DIGITALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL											
1.	2025 1 1	TERMINAIS INTELIGENTES											
1.	2025 1 1	CONTADORES INTELIGENTES											
1.	2025 1 1	COM. EM SERVIÇOS DE TI											
1.	2025 1 1	OUTROS											
1.	2025 1 1	COM. EM SERVIÇOS DE TI											
1.	2025 1 1	EQUIPAMENTOS BÁSICOS											
1.	2025 1 1	PROTEÇÃO CIVIL											
1.	2025 1 1	TURISMO INTELIGENTE											
1.	2025 1 1	SOFTWARES INFORMÁTICOS											
1.	2025 1 1	TURISMO INTELIGENTE											
1.	2025 1 1	Finanças administrativas											
1.	2025 1 1	Transportes e comunicações											
1.	2025 1 1	Transportes rodoviários											
1.	2025 1 1	Locação financeira											
1.	2025 1 1	MATERIAL DE TRANSPORTE											
1.	2025 1 1	MATERIAL DE TRANSPORTE											
Total :						219.400,30	3.187.423,97	3.583.349,98	275.157,54			4.034.054,48	

4 – Operações de tesouraria

PERÍODO 2025/01/02 c 2025/12/31 c DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2025	OPERAÇÕES DE TESOURARIA Cim Das Terras de Trás - Os - Montes	PÁG. 1
--	---	--------

TIPO DE CONTAS : AMBAS

VISUALIZAR CONTAS S/ MOVIMENTO :

Código das Contas		Designação	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo Final
07	07	Operações de tesouraria	873.933,63	326.744,45	381.109,50	819.568,58
07.1	07.2	Recebimentos por operações de tesouraria / Pagamentos por operações de tesouraria	873.933,63	326.744,45	381.109,50	819.568,58
07.1.9	07.2.3	Outras receitas de operações tesouraria / Outras despesas de operações de tesouraria	873.933,63	326.744,45	381.109,50	819.568,58
TOTAL			873.933,63	326.744,45	381.109,50	819.568,58

20

Handwritten signatures and initials in blue ink at the top of the page.

PROVA DE CONHECIMENTO DE LÍNGUA PORTUGUESA - 2011

Nome do candidato: _____ Nº de inscrição: _____

Questão	Enunciado	Alternativas		Resposta correta		Pontuação		Observações
		A	B	C	D	Nota	Nota máxima	
1	Leia o texto a seguir e responda à pergunta.							
2	Assinale a alternativa correta.							
3	Assinale a alternativa correta.							
4	Assinale a alternativa correta.							
5	Assinale a alternativa correta.							
6	Assinale a alternativa correta.							
7	Assinale a alternativa correta.							
8	Assinale a alternativa correta.							
9	Assinale a alternativa correta.							
10	Assinale a alternativa correta.							
11	Assinale a alternativa correta.							
12	Assinale a alternativa correta.							
13	Assinale a alternativa correta.							
14	Assinale a alternativa correta.							
15	Assinale a alternativa correta.							
16	Assinale a alternativa correta.							
17	Assinale a alternativa correta.							
18	Assinale a alternativa correta.							
19	Assinale a alternativa correta.							
20	Assinale a alternativa correta.							
21	Assinale a alternativa correta.							
22	Assinale a alternativa correta.							
23	Assinale a alternativa correta.							
24	Assinale a alternativa correta.							
25	Assinale a alternativa correta.							
26	Assinale a alternativa correta.							
27	Assinale a alternativa correta.							
28	Assinale a alternativa correta.							
29	Assinale a alternativa correta.							
30	Assinale a alternativa correta.							
31	Assinale a alternativa correta.							
32	Assinale a alternativa correta.							
33	Assinale a alternativa correta.							
34	Assinale a alternativa correta.							
35	Assinale a alternativa correta.							
36	Assinale a alternativa correta.							
37	Assinale a alternativa correta.							
38	Assinale a alternativa correta.							
39	Assinale a alternativa correta.							
40	Assinale a alternativa correta.							
41	Assinale a alternativa correta.							
42	Assinale a alternativa correta.							
43	Assinale a alternativa correta.							
44	Assinale a alternativa correta.							
45	Assinale a alternativa correta.							
46	Assinale a alternativa correta.							
47	Assinale a alternativa correta.							
48	Assinale a alternativa correta.							
49	Assinale a alternativa correta.							
50	Assinale a alternativa correta.							
51	Assinale a alternativa correta.							
52	Assinale a alternativa correta.							
53	Assinale a alternativa correta.							
54	Assinale a alternativa correta.							
55	Assinale a alternativa correta.							
56	Assinale a alternativa correta.							
57	Assinale a alternativa correta.							
58	Assinale a alternativa correta.							
59	Assinale a alternativa correta.							
60	Assinale a alternativa correta.							
61	Assinale a alternativa correta.							
62	Assinale a alternativa correta.							
63	Assinale a alternativa correta.							
64	Assinale a alternativa correta.							
65	Assinale a alternativa correta.							
66	Assinale a alternativa correta.							
67	Assinale a alternativa correta.							
68	Assinale a alternativa correta.							
69	Assinale a alternativa correta.							
70	Assinale a alternativa correta.							
71	Assinale a alternativa correta.							
72	Assinale a alternativa correta.							
73	Assinale a alternativa correta.							
74	Assinale a alternativa correta.							
75	Assinale a alternativa correta.							
76	Assinale a alternativa correta.							
77	Assinale a alternativa correta.							
78	Assinale a alternativa correta.							
79	Assinale a alternativa correta.							
80	Assinale a alternativa correta.							
81	Assinale a alternativa correta.							
82	Assinale a alternativa correta.							
83	Assinale a alternativa correta.							
84	Assinale a alternativa correta.							
85	Assinale a alternativa correta.							
86	Assinale a alternativa correta.							
87	Assinale a alternativa correta.							
88	Assinale a alternativa correta.							
89	Assinale a alternativa correta.							
90	Assinale a alternativa correta.							
91	Assinale a alternativa correta.							
92	Assinale a alternativa correta.							
93	Assinale a alternativa correta.							
94	Assinale a alternativa correta.							
95	Assinale a alternativa correta.							
96	Assinale a alternativa correta.							
97	Assinale a alternativa correta.							
98	Assinale a alternativa correta.							
99	Assinale a alternativa correta.							
100	Assinale a alternativa correta.							

Handwritten notes and scores at the bottom of the page.

Handwritten signatures and initials in blue ink at the top left of the page.

MINISTERE DE L'ÉDUCATION, DU LOCAUX ET DES COLÈGES
 Direction des services éducatifs - Direction des services administratifs
 Direction des services administratifs - Direction des services éducatifs

N°	Nom	Fonction	Date de naissance	Sexe	N° de naissance	N° de carte d'identité	N° de permis de conduire	N° de permis de conduire	N° de permis de conduire	Séjour en France		Séjour à l'étranger		N° de permis de conduire	N° de permis de conduire
										Années	Jours	Années	Jours		
000001	M. L. L.	Professeur principal	15/05/1965	M	15050100000	15050100000	15050100000	15050100000	15050100000	15050100000	15050100000	15050100000	15050100000	15050100000	15050100000

Handwritten signature in blue ink at the bottom right of the page.

5.2 – Contratação administrativa – Adjudicações por tipo de procedimento

GO AÇO GOVERNAMENTAL DE 2023	ADJUDICAÇÕES POR TIPO DE PROCEDIMENTO Civ Das Terras de Bras - Os - Montes	PAG. 1
------------------------------	---	--------

Excluir as contratações diretas : 3 Excluir as modalidades no âmbito do COVID : 5

Tipo de contratação : Todos, com exceção das anuladas e arquivadas	Concurso público 2		Concurso limitado por prévia qualificação 2		Processamento de respeço 2		Billor microcontrato 2		Ajuste direto 2		Consulta prévia 2		Parceria para invoco 2		Total 2	
	Número das contratas microcontrato 2	Preço microcontrato 2	Número das contratas microcontrato 2	Preço microcontrato 2	Número das contratas microcontrato 2	Preço microcontrato 2	Número das contratas microcontrato 2	Preço microcontrato 2	Número das contratas microcontrato 2	Preço microcontrato 2	Número das contratas microcontrato 2	Preço microcontrato 2	Número das contratas microcontrato 2	Preço microcontrato 2	Número das contratas microcontrato 2	Preço microcontrato 2
Depositar de obras públicas	72	31.154.212,19	0	152.536,40											2	151.969,41
Aquisição de serviços	1	1.453.639,86													259	19.244.684,43
Locação ou aquisição de bens móveis															34	2.386.336,67
Compras de obras públicas	0	385.599,96	5	2.276.426,70											1	2.756.875,04
Compras de serviços públicos																
Outros																
TOTAL	79	34.993.447,81	13	2.428.963,10											313	44.442.450,95

7 - Transferências e subsídios concedidos

Período	Data		Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária		Despesas orçamentárias	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devoluções / transferências / subsídios ocorridos no exercício	Observações
	01/01/2025	31/12/2025				NIF	Nome / designação						
			Transferências correntes										
			040102 - PRIVADAS	LEI 165/99 DE 18 SETEMBRO, ART64E, PONTO 4. ALÍNEA B) NA REDACÇÃO QUE LHE FOI DADA	Compensação Transportes	500038619	Auro Viação Tâmega, Lda	2.592.513,99	261.627,49				
			040102 - PRIVADAS	LEI 165/99 DE 18 SETEMBRO, ART64E, PONTO 4. ALÍNEA B) NA REDACÇÃO QUE LHE FOI DADA	Compensação Transportes	500095817	Alfândega Lda	2.592.513,99	511.302,04				
			040102 - PRIVADAS	LEI 165/99 DE 18 SETEMBRO, ART64E, PONTO 4. ALÍNEA B) NA REDACÇÃO QUE LHE FOI DADA	Compensação Transportes	500095314	Nordenorte Transportes Portugueses, Lda	2.592.513,99	340.386,99				
			040102 - PRIVADAS	LEI 165/99 DE 18 SETEMBRO, ART64E, PONTO 4. ALÍNEA B) NA REDACÇÃO QUE LHE FOI DADA	Compensação Transportes	500262113	Soc. Transp. Carris do Vila Flor	2.592.513,99	298.318,70				
			040102 - PRIVADAS	LEI 165/99 DE 18 SETEMBRO, ART64E, PONTO 4. ALÍNEA B) NA REDACÇÃO QUE LHE FOI DADA	Compensação Transportes	500716218	Santos Viagens e Turismo, Lda	2.592.513,99	56.255,38				
			040102 - PRIVADAS	LEI 165/99 DE 18 SETEMBRO, ART64E, PONTO 4. ALÍNEA B) NA REDACÇÃO QUE LHE FOI DADA	Compensação Transportes	500538613	António Augusto Santos, Lda	2.592.513,99	1.064.739,69				
			040102 - PRIVADAS	LEI 165/99 DE 18 SETEMBRO, ART64E, PONTO 4. ALÍNEA B) NA REDACÇÃO QUE LHE FOI DADA	Compensação Transportes	503096253	Inter 2000 Transportes de Passageiros, Lda	2.592.513,99	3.551,41				
			040309 - Serviços e Puntadas Autônomas	LEI 165/99 DE 18 SETEMBRO, ART64E, PONTO 4. ALÍNEA B) NA REDACÇÃO QUE LHE FOI DADA	Despesa Corrente	600013758	IPB - Instituto Politécnico de Bragança	15.374,69	15.370,69				
			0405010402 - AMVOT	LEI 165/99 DE 18 SETEMBRO, ART64E, PONTO 4. ALÍNEA B) NA REDACÇÃO QUE LHE FOI DADA	Despesa Corrente	501383018	Terra Quente Transmaniana	149.368,86	103.036,14			46362,72	
			0405010403 - AMVINT	LEI 165/99 DE 18 SETEMBRO, ART64E, PONTO 4. ALÍNEA B) NA REDACÇÃO QUE LHE FOI DADA	Despesa Corrente	504004452	Associação de Municípios de Terra Fria do Nordeste Transmaniana	49.023,72	48.695,22				
			40500499	LEI 165/99 DE 18 SETEMBRO, ART64E, PONTO 4. ALÍNEA B) NA REDACÇÃO QUE LHE FOI DADA	Despesa Corrente	503092694	Distribe - Associação Para o Desenvolvimento da Terra Quente	17.001,00	16.189,16				
			Total transferências correntes					2.823.285,26	2.765.865,63				
			Total transferências de capital										
			Total transferências de capital										
			Total subsídios										

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
06